

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

INEZ ROCHA ZACARIAS

**A INFLUÊNCIA DA TEORIA MARXIANA NO
TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

PORTO ALEGRE
2013

INEZ ROCHA ZACARIAS

**A INFLUÊNCIA DA TEORIA MARXIANA NO
TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dra. Jane Cruz Prates

PORTO ALEGRE
2013

INEZ ROCHA ZACARIAS

**A INFLUÊNCIA DA TEORIA MARXIANA NO
TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jane Cruz Prates (Orientadora – FSS)

Profª Drª Idília Fernandes (FSS)

Prof. Dr. Thadeu Weber (FFCH)

PORTO ALEGRE

2013

Dedico esta dissertação aos meus pais, Josué e Silvia, trabalhadores incansáveis, que me proporcionaram com muito esforço o direito de estudar.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial aos meus pais Sílvia e Josué e aos meus irmãos Felipe e Daniela que me acompanham nesta caminhada desde sempre, compartilhando amor nos momentos mais difíceis e nas maiores alegrias.

Às amigas queridas, Silvânia, Márcia, Cris e Débora, pela amizade fraterna e amor incondicional desde tempos muito distantes.

Às amigas assistentes sociais, Thaísa, Letícia, Tati e Elisa, pela parceria e companheirismo, assim como pelos debates calorosos sobre a profissão e a vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, pelos ensinamentos que me acompanham desde a época da graduação.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates, pelos conselhos sábios, pelos ensinamentos, pela amizade, pelos debates políticos, pela motivação e principalmente por acreditar neste trabalho ajudando a torná-lo possível.

E, por fim, ao meu amado, companheiro e comunista lutador, Roberto Robaina, por seu incentivo, pelo compartilhamento de seus conhecimentos e pelo amor incondicional.

“Até agora, os homens formaram sempre idéias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal, etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. Libertemo-los portanto das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários cujo jugo os faz degenerar. Revoltemo-nos contra o império dessas idéias. Ensinemos os homens a substituir essas ilusões por pensamentos que correspondam à essência do homem, afirmam um; a ter perante elas uma atitude crítica, afirma outro; a tirá-las da cabeça, diz um terceiro – e a realidade existente desaparecerá.” (MARX, 1980, p.7)

Resumo

A presente dissertação tem como objeto de estudo a teoria marxiana e sua influência no trabalho do assistente social. O objetivo é conhecer como estes trabalhadores mediam a teoria marxista no seu exercício profissional com vistas a contribuir para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social. Para tanto, foram considerados os aspectos sócio-históricos da profissão, assim como as condições reais de trabalho dos assistentes sociais. Os primeiros capítulos de elaboração teórica constituem-se no resgate da teoria marxiana sobre o método de investigação e de exposição, seguido do método dialético-crítico e das categorias dialéticas. Também se resgatou a história do Serviço Social desde a sua fundação no Brasil até a sua aproximação com a teoria marxista a partir do Movimento de Reconceituação, o que culminou no atual projeto ético-político profissional. Para o alcance dos objetivos propostos, o trabalho dos assistentes sociais foi investigado a partir de sua intencionalidade, finalidade e materialização. O método de estudo que norteou esta pesquisa é o dialético-crítico com enfoque misto. Para a coleta de dados foram utilizados numa primeira etapa – questionários, seguidos de entrevistas para aprofundamento. Os sujeitos participantes da pesquisa foram os assistentes sociais trabalhadores da FASC no Município de Porto Alegre. Os principais resultados dão conta de que a maioria dos sujeitos da pesquisa admite utilizar o referencial marxista para o desenvolvimento do seu trabalho. A apreensão deste referencial foi explicitada através da mediação com categorias e conceitos, como por exemplo: questão social, totalidade, contradição, historicidade, participação, transformação social, entre outros. A formação profissional também apresentou peso expressivo na justificativa pelo uso do método marxista no trabalho profissional.

Palavras-chave: Método Marxiano. Trabalho do Assistente Social. Fundamentos do Serviço Social.

Abstract

This essay is focused on studying the Marxian theory and its influence on the work of social care professionals. The goal is to understand how these professionals mediate Marxist theory in their professional practice in order to contribute to the materialization of the professional project. Therefore, it has been considered the socio-historical aspects of the profession, as well as the actual working conditions of social care professionals. The chapters of theoretical elaboration seek to enlighten the Marxian theory on the method of investigation and exposure, followed by the critical-dialectical method and dialectical categories. It has also been described the history of Social Service since its foundation in Brazil until its approach to Marxist theory starting from the Reconceptualization Movement, which culminated in the current ethical-political professional project. In order to achieve our purpose, the work of social care professionals has been investigated from its intentionality, purpose and materialization. The method of study that has guided this research is the critical-dialectical approach with mixed focus. For data collection it has been used - in a first step - questionnaires, followed by interviews to go deeper. The participants of the study were "FASC" (Foundation for Social Welfare and Citizenship) social care professionals in the city of Porto Alegre. The main results show that most of the subjects admitted using the Marxist framework for the development of their work. The apprehension of this referential has been clarified through mediation with categories and concepts, such as: social issue, totality, contradiction, historicity, participation, social change, among others. The professional education has also shown to be significantly relevant in justifying the use of the Marxist method in professional work.

Keywords: Marxian method. Social care professionals work. Fundamentals of Social Service

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sujeitos da pesquisa, segundo setor de lotação na FASC.....	81
Gráfico 2: Profissionais, segundo modalidade de contrato de trabalho na FASC.....	82
Gráfico 3: Sujeitos da pesquisa que mencionaram o referencial marxista como opção de referencial teórico profissional, segundo o período que realizaram a graduação em Serviço Social.....	85
Gráfico 4: Sujeitos pesquisados que não realizaram nenhum curso de qualificação profissional, segundo sua opção de referencial teórico profissional.....	86
Gráfico 5: Sujeitos da pesquisa, segundo o referencial utilizado para instrumentalizar o trabalho profissional.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro metodológico da pesquisa.....	40
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sujeitos da pesquisa conforme ano de término da graduação..... 83

Tabela 2: Sujeitos da pesquisa segundo a justificativa para a escolha do referencial marxista como instrumento do trabalho profissional..... 88

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
- CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CEAS: Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
- CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
- CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas
- CMAS: Conselho Municipal de Assistência Social
- CORAS: Conselho Regional de Assistência Social
- CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- EAD: Ensino à Distância
- ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
- FASC: Fundação de Assistência Social e Cidadania
- FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- NOB-RH SUAS: Norma Operacional Básica – Recursos Humanos / Sistema Único de Assistência Social
- PNAS: Política Nacional de Assistência Social
- RH: Recursos Humanos
- RS: Rio Grande do Sul
- SUAS: Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 MÉTODO EM MARX: APROXIMAÇÕES À TEORIA MARXIANA	19
2.1 O MÉTODO NA OBRA DE MARX: MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO E MÉTODO DE EXPOSIÇÃO	19
2.2 ENSAIO SOBRE AS CATEGORIAS DIALÉTICAS	21
2.3 TRABALHO, PRÁXIS E ALIENAÇÃO	29
2.4 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	35
3 SERVIÇO SOCIAL E MARXISMO	47
3.1 INTRODUÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	47
3.2 DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO À RUPTURA COM O CONSERVADORISMO: A ENTRADA DO MARXISMO NO SERVIÇO SOCIAL	54
3.3 A REFERÊNCIA MARXISTA NO PROJETO PROFISSIONAL	63
3.4 O TRABALHADOR ASSISTENTE SOCIAL: AUTONOMIA RELATIVA, POSSIBILIDADES E ENFRENTAMENTOS	69
4 A PRÁXIS PROFISSIONAL: A MATERIALIDADE DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E SUA MEDIAÇÃO COM O MARXISMO	75
4.1 ENFRENTANDO DESAFIOS: AS DIFÍCEIS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS	76
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PRIMEIRA FASE DE COLETA DA PESQUISA	80
4.2.1 Os fundamentos teóricos do trabalho profissional do assistente social	86
4.3 O MARXISMO PRESENTE NO TRABALHO PROFISSIONAL: DESVENDANDO A PRÁXIS DO ASSISTENTE SOCIAL	92
4.3.1 Orientação teórica para o exercício profissional: como e por que o marxismo	93
4.3.2 Contribuições do marxismo à profissão	96
4.3.3 Relação entre a teoria e a prática no trabalho profissional	99
4.3.4 O objeto de trabalho e suas manifestações no cotidiano	104
4.3.5 Instrumentais de trabalho	107
4.3.6 A práxis profissional	109
4.3.7 Fatores que facilitam e/ou dificultam a materialização do trabalho	113
4.3.8 O produto do trabalho	115
4.3.9 Materialização do projeto profissional	118

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
APÊNDICES.....	131
Apêndice A: Questionário para os assistentes sociais participantes da primeira etapa de coleta de dados da pesquisa	132
Apêndice B: Roteiro de entrevista para os assistentes sociais participantes da segunda etapa de coleta de dados da pesquisa	135
Apêndice C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	137

1 INTRODUÇÃO

Inúmeras são as exigências colocadas ao Serviço Social na atualidade, principalmente no âmbito do trabalho cotidiano, onde obstáculos e pressões sociopolíticas interferem na condução do trabalho e no resultado da intervenção profissional, distanciando este resultado do planejado e idealizado, sob os princípios e as diretrizes éticas e profissionais. Além disso, se complexificam as expressões da questão social, exigindo deste profissional um rol de competências que possibilite a criação de estratégias de trabalho coerentes com o projeto profissional da categoria, sabendo reconhecer e enfrentar as contradições do mundo do trabalho que se expressam no seu espaço de atuação.

Inserido na dinâmica dos processos de reprodução social do sistema capitalista, esse profissional enfrenta a disputa de interesses opostos que conformam o seu trabalho: a demanda institucional, a demanda da população usuária dos serviços e a demanda da rede de serviços. Além disso, enfrenta condições muitas vezes precárias de trabalho impostas pelo mundo do trabalho¹, sendo agravadas por políticas sociais cada vez mais focalizadas. O Assistente Social se vê como um malabarista do cotidiano, frente a tantos condicionantes que reduzem o seu protagonismo e a sua autonomia, no desenvolvimento do exercício profissional. Com isso, o afastamento das bases teóricas da profissão, conjugada às respostas de caráter imediatistas respaldadas por técnicas e instrumentos “vazios” de fundamentos profissionais, torna-se cada vez mais presente.

Considerando os mais diversos e complexos desafios, está claro que não basta ao Assistente Social somente saber conduzir uma entrevista, preencher bem um formulário ou coordenar primorosamente um grupo de usuários para obter resultados mais efetivos e substantivos, pautados nos princípios e diretrizes ético-profissionais. O que diferencia este profissional e o torna socialmente necessário é a

¹ Há uma polêmica que ainda cerca a profissão no que se refere ao caráter de seu trabalho. Neste estudo, se parte da premissa de que o Assistente Social é um trabalhador, pois vende sua força de trabalho e, portanto, sofre com as mazelas presentes no mundo do trabalho como qualquer outro trabalhador. Ver mais em: IAMAMOTO; CARVALHO. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 2008.

sua capacidade de analisar a realidade social e de propor estratégias para o seu enfrentamento, através do reconhecimento das contradições e das possibilidades de sua superação, mesmo que limitadas as condições contextuais e históricas. É fundamental, também, saber realizar mediações com a totalidade que determina este cotidiano, assim como ter apropriação dos instrumentos de trabalho, a fim de garantir uma intervenção que possibilite a garantia de direitos, a redução das desigualdades e contribua para a construção de uma sociedade realmente democrática.

Talvez esteja no método, ou melhor, na capacidade de apropriação deste, sob a sua mediação com a realidade concreta, a chave para a superação de muitas polêmicas no interior da profissão, derrotando as posições que equivocadamente fazem uma dicotomia entre teoria e prática, assim como ao discurso de que o projeto profissional hegemônico, defendido pelo Serviço Social, fundamentado no materialismo dialético e histórico, não traz subsídios para a intervenção concreta.

Felizmente, a profissão avançou muito nos últimos anos com a consolidação de um projeto profissional, fundamentado no referencial marxista que ricamente oferece instrumentos para a apropriação e intervenção na complexa realidade social, que atribui ao trabalho uma direção social comprometida com uma nova ordem societária. É unânime no Serviço Social a necessidade de se avançar no domínio da produção teórico-metodológica, para qualificar progressivamente a intervenção profissional.

Iamamoto, uma das grandes responsáveis pela produção de conhecimentos no Serviço Social, aponta no livro **Serviço social em tempo de capital fetiche** esta exigência de se voltar novamente para dentro da profissão, o que ela chama de “viagem de retorno à profissão” (2008, p. 240). O Serviço Social já rompeu com a análise endogenista; fez inúmeras análises da sociedade capitalista e sua implicação na reprodução das relações sociais, assim como reconheceu a natureza da profissão no seio da sociedade burguesa. O método de trabalho, porém, precisa deixar de ser um “bicho de sete cabeças” para tornar-se um instrumento facilitador do trabalho profissional.

Através deste estudo, pretende-se contribuir para o debate acerca do método em Marx, enquanto instrumental de trabalho do Assistente Social, dada a sua importância para uma intervenção que se pautar na indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional, numa visão de sujeito singular e coletivo, como unidade dialética, e sua perspectiva político-transformadora ancorada no desenvolvimento de processos sociais emancipatórios. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa com os Assistentes Sociais em atuação, a fim de compreender se o método marxista tem sido utilizado enquanto parte do instrumental para a realização do trabalho, qual a intensidade desta apropriação e quais seus resultados práticos mais visíveis.

Para expor o percurso das reflexões e da pesquisa empírica realizadas, além da introdução que constitui o primeiro capítulo, apresenta-se o chamado “Método em Marx: aproximações à teoria marxiana”, no segundo capítulo desta dissertação, onde se discorre sobre a importância e a diferença, enquanto método de estudo, entre a investigação e a exposição. Este mesmo capítulo também traz algumas reflexões sobre as categorias dialéticas fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e para a conceituação do método dialético-crítico, quais sejam: mediação, contradição, totalidade, historicidade, práxis, trabalho e alienação. A última parte deste capítulo trata sobre a metodologia da pesquisa, ressaltando o reconhecimento do papel político do tema proposto e seus possíveis desdobramentos na profissão. Destaca-se também o processo de coleta e interpretação dos dados, assim como a justificativa pela opção de pesquisa sob o enfoque misto.

O capítulo 3, intitulado “Serviço Social e Marxismo”, busca realizar uma síntese acerca da história do Serviço Social e de suas raízes na sociedade brasileira. Aponta para as vertentes ideológicas que historicamente influenciaram esta profissão, na tentativa de perfazer o caminho que a levou a se aproximar do marxismo. Também é tratado neste capítulo o processo que culminou na ruptura do Serviço Social com o conservadorismo – embora este processo seja permeado por avanços e recuos –, bem como sua apropriação da teoria marxista como base referencial do trabalho, assim como a sua influência no projeto profissional atual.

É apresentado no capítulo 4 “A práxis profissional: a materialidade do trabalho do assistente social e sua mediação com o marxismo”, os resultados da pesquisa, descrevendo e analisando a caracterização dos sujeitos participantes, as suas condições de trabalho na política de assistência social – lócus onde foi realizada a pesquisa empírica – e as reflexões sobre como estes Assistentes Sociais mediam a teoria marxista no seu trabalho cotidiano.

As considerações finais contemplam os principais aspectos que emergiram através da investigação e apontam algumas reflexões que podem contribuir para a discussão do tema na profissão. O fechamento traz, listados, todos os referenciais bibliográficos que fizeram parte desta construção, assim com os apêndices referentes aos instrumentos e técnicas de coleta – questionário e entrevista – e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

2 MÉTODO EM MARX: APROXIMAÇÕES À TEORIA MARXIANA

Neste capítulo, que tem como centro o método dialético-crítico, serão apresentadas algumas reflexões acerca da obra de Marx, no que tange as suas contribuições sobre o método dialético-crítico. Na primeira parte será abordado o método de investigação e o de exposição, elaborado a partir do Prefácio à segunda edição de **O capital**. Na segunda etapa, discorre-se sobre a dialética em Marx e as categorias de análise utilizadas pelo autor neste estudo. Esta elaboração contou também com o auxílio de obras de autores marxistas que contribuíram para este tema, como Kosik, Cury, Pontes, entre outros. Na terceira e última parte é apresentada a metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 O MÉTODO NA OBRA DE MARX: MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO E MÉTODO DE EXPOSIÇÃO

Marx, no prefácio da segunda edição de **O capital**, apresenta neste parágrafo a diferença entre o método de investigação e o método de exposição:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. (MARX, 2011, p. 28)

Esta explicação trata de distinguir a investigação da exposição, apontando a relação entre ambas e a sua importância para manutenção da coerência e veracidade do estudo apresentado. Para isso, só se inicia a exposição depois de concluída a investigação, pois o resultado deverá definir por onde se inicia a apresentação do estudo.

A realidade, na sua imediatez, não está colocada de forma clara, inicialmente, é passível apenas de conclusões superficiais. Para isso, é necessária a

utilização de um método científico que considere seu movimento e suas múltiplas determinações. O método, neste caso, orienta a apropriação dos aspectos presentes nos diferentes fenômenos que integram a realidade a ser estudada. Podem-se buscar com isso todas as informações que integram estes fenômenos, as condições materiais, os dados históricos, a expressão dos sujeitos identificando contradições e interconexões, ou seja, capturando os múltiplos determinantes que o conformam. Parte-se, assim, para uma análise mais aprofundada das conexões destes fenômenos, identificando com quais outros fenômenos se encontram, se chocam e se modificam. Desse modo, é necessário encontrar a unidade entre as partes estudadas, atribuindo-lhes coerência e ressignificando o objeto de investigação.

Kosik esclarece que este movimento nada mais é do que a negação da imediatividade. Segundo ele, ao negar a realidade aparente, o homem utiliza suas ferramentas mentais para analisar o que se encontra confuso, o que não se consegue compreender à primeira vista. Com isso, utiliza-se de informações que já possui e de outras que irá investigar e realiza as mediações necessárias com o objeto de estudo. Esta abstração leva de volta ao concreto, mas não o mesmo concreto do qual partiu a investigação, mas a totalidade concreta. “O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões”. (KOSIK, 2011, p. 37)

Sendo assim, a dialética marxiana propõe um modo de pesquisar a realidade social, que busca compreender os diferentes fenômenos que a compõe e a inter-relação entre os mesmos, para o alcance da essência da realidade que se coloca parcialmente aos olhos dos homens.

O ponto de partida nesse caso é a própria realidade, ou seja, o estudo deve partir do concreto, pois é onde se encontram os fenômenos determinantes do ser social. Portanto, o método marxiano é um método materialista, pois considera que está na vida real a compreensão da consciência humana. Lefebvre traz sua contribuição para a compreensão desta premissa, presente no método dialético de Marx:

O próprio método não provém do espírito puro; formula-se a partir da experiência humana e em dado momento do desenvolvimento social, reflete este desenvolvimento – desenvolvimento natural, objetivo, inicialmente inconsciente ou consciente de si dentro das fórmulas ideológicas ilusórias, mas que em dada altura, dentro de certas condições históricas, se torna plenamente consciente de si. (LEFEBVRE, 1966, p. 230)

Dessa forma, Marx parte do modo de produção da sociedade capitalista para compreender as relações sociais, ou seja, atesta que o que determina as relações entre os homens nada mais é do que as forças produtivas, produzidas historicamente.

Como se referiu anteriormente, o início das etapas do método também se difere, pois “O início da investigação é casual e arbitrário, ao passo que o início da exposição é necessário.” (KOSIK, 2011, p. 38). O início da exposição deve ocorrer através daquilo que perpassa e define o objeto. Marx iniciou a sua exposição sobre o capital através da mercadoria, pois, nas palavras de Kosik, esta cumpre o papel de célula da sociedade, uma vez que se faz presente na produção material até elevar-se ao âmbito das relações sociais.

Tal início da interpretação é o resultado de uma investigação, o resultado de uma apropriação científica da matéria. Para a sociedade capitalista a mercadoria é a realidade absoluta visto que ela é a unidade de todas as determinações, o embrião de todas as contradições; (...). (KOSIK, 2011, p. 38)

Com isso, a exposição não se desenvolve através de etapas desconexas e fragmentadas, mas sim através de um processo coerente de explicitação de um sistema de conceitos derivados da investigação que elucidam as contradições pertinentes ao objeto.

2.2 ENSAIO SOBRE AS CATEGORIAS DIALÉTICAS

Dando continuidade e buscando aprofundar o subcapítulo anterior, é importante demarcar que Marx não chegou a escrever uma obra única referindo-se

somente ao método, porém esta questão esteve presente em muitas de suas elaborações, cumprindo o papel de método de pesquisa e exposição, principalmente na sua obra considerada a mais importante: **O capital**. Porém, é na conhecida “Introdução”, datada de 1857, que Marx melhor sistematiza os elementos centrais de investigação, os quais foram instrumentais para o estudo da sociedade burguesa que tão bem foi realizado por este autor. (NETTO, 2009).

Muitos foram os estudiosos que influenciaram a elaboração teórica de Marx, que em nenhum momento renegou a importância dos pensadores que o precederam, mas também não se eximiu em inúmeras circunstâncias de rebater suas teorias, postulando novas concepções de mundo. A teoria marxista está assentada principalmente em três fontes: na economia inglesa, sob a principal influência de Adam Smith e David Ricardo; na filosofia alemã hegeliana e na política francesa, inspirada nos teóricos e revolucionários da Revolução Francesa e mais tarde nos socialistas utópicos.

Para a concepção do método dialético, quem mais influenciou este autor foi o filósofo alemão Friedrich Hegel (1770-1831), que retoma a dialética como tema central da filosofia na Idade Moderna, em contraposição a posições que serviam de sustentação à teologia e às classes dominantes. Vale ressaltar que Hegel não foi o primeiro filósofo a falar de dialética; antes do mesmo, Lao Tsé, Heráclito, Sócrates, Platão, entre outros pensadores da humanidade, já haviam exposto, em seus argumentos, os primeiros elementos que dão sustentabilidade a este método filosófico. (GADOTTI, 1983).

Na Grécia antiga, este método era a arte do diálogo que avançou com o tempo como meio de argumentação, a fim de definir os conceitos presentes neste diálogo. A dialética adotada neste estudo é o método que assume as coisas em sua processualidade, ou seja, na sua mudança constante, com explica Konder (1981, p.8): “(...) é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

Apesar de muitos elementos da dialética marxiana serem produtos da dialética hegeliana na sua essência, Marx pontuou em sua obra, **A ideologia alemã**, a diferença entre esses dois métodos. Marx esclarece que sua proposta de método parte do que é real, não o real produzido pelo pensamento, mas o real produzido pelos homens, pois a consciência é a consciência do homem que atua, consciência desta atividade, e não ao contrário, como defendia Hegel:

Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-se a consciência unicamente como sua consciência. (MARX, 1980, p. 26).

O idealismo hegeliano, combatido por Marx, consiste fundamentalmente na argumentação de que a ideia é o eixo transformador da história. O homem, a partir de sua consciência, torna-se um ser autônomo. Marx objeta esta tese, pois entende o homem não como um ser autônomo por sua consciência, mas um ser ontologicamente social, pois constrói sua história pelo trabalho e não no nível das ideias. (GADOTTI, 1983).

No alicerce deste conceito está a premissa do materialismo; como o próprio Marx explica, a estrutura social e política da sociedade são determinadas de acordo com o nível de evolução das forças produtivas, ou seja, do que a humanidade produz materialmente: “A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real”. (MARX, 1980, p. 25). A materialidade, nesse sentido, é compreendida enquanto peça determinante das relações sociais, assim estendendo-se aos níveis legais, políticos e ideológicos da sociedade. Apesar desta contraposição ao método dialético de Hegel, Marx, mais adiante, reforça a importância da contribuição deste pensador na elaboração deste conceito:

A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É preciso pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico. (MARX, 1987, p. 17).

Ao explicar o método da economia política (2003), Marx inicia sua exposição demarcando que, aparentemente, a melhor forma de entender a economia política de um determinado país é iniciar a análise a partir do real: “Assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo”. (MARX, 2003, p. 247). Adiante, esclarece que, apesar de ser o método tipicamente utilizado pela maioria dos economistas de sua época, há um erro fundante nesta forma de estudo, pois a população por si só é um elemento resultante de inúmeras determinações, e que, ao serem ignoradas, tornam este elemento – a população – um termo vazio que pouco contribui ao desvendamento daquilo que se analisa. Para ter acesso a estas determinações, Marx esclarece seu método de análise, que parte do concreto para o abstrato e retorna para o concreto, porém para um concreto ressignificado.

Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. (MARX, 2003, p.247)

No texto “Introdução à Crítica da Economia Política”, Marx esclarece outros pressupostos do seu método. Ao falar de produção, esclarece que se trata não da produção geral, genérica, pois esta seria somente uma abstração: “Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A produção geral é uma abstração” (MARX, 2003, p. 227). Marx parte da realidade concreta, ou seja, de uma determinada produção em um determinado período histórico: do modo capitalista de produção. Portanto, ao falar de produção, Marx fala da produção em um determinado estágio de desenvolvimento social, considerando todos os fatores que influenciam e determinam a vida social desta época, como também a síntese de trabalho passado acumulado.

Retornando à obra anterior, “O método da economia política”, Marx conclui que: “A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe” (MARX, 2003, p. 254). Portanto, a análise desta sociedade, e de suas determinações, permite também compreender os modos

de produção passados, sobre os quais o capitalismo se solidificou. Marx estabelece uma comparação com a evolução da espécie humana:

A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior quando esta forma superior já é conhecida. Da mesma forma a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga, etc. (MARX, 2003, p. 254).

A análise de categorias mais simples, presentes em sociedades anteriores e na atual, pode ser explicada a partir do contexto do último modo de produção – o capitalista – pois, no capitalismo, estas se encontram em um nível superior de desenvolvimento, apresentando fenômenos e determinações antes não desenvolvidas:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda não apagados, continuam a substituir ela, e de que certos signos simples, desenvolvendo-se nela, se enriquecem de toda a sua significação. (MARX, 2003, p. 254)

Desse modo, se parte dos dados concretos no presente para que, com isso, sejam retomados os processos sociais passados. Mas este retorno ao passado não se trata de um simples levantamento de datas, de forma etapista e desconectados. Este movimento de abstração deve considerar os múltiplos determinantes que compõem estes períodos. O trabalho, como era desenvolvido nos modos de produção anteriores, se desenvolvia de uma forma rudimentar se comparado com o modo de produção capitalista. A caracterização de como o trabalho se configurava em tempos passados deve compreender as condições históricas que levaram a determinadas formas de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Este caráter processual da história, revelada através dos estudos marxianos, resulta também na conclusão de que a transformação também é inerente à

sociedade. Através das forças produtivas, os homens estabelecem determinadas relações de produção de suas condições de vida em sociedade. Conforme vão se desenvolvendo as forças produtivas, as relações de produção também se modificam. Porém, ao chegar a certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção, impulsionando a sociedade a uma época de revolução, como aconteceu com os modos de produção anteriores ao capitalismo.

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. (MARX, 2003, p. 5).

Deste modo, é possível concluir que o próprio período histórico atual também passará por processos de transformação, dissolvendo relações que até então são entendidas enquanto permanentes e imutáveis. As condições que levarão a esta mudança se forjarão no seio da própria sociedade capitalista. “(...) nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade” (MARX, 2003, p. 6). A história enquanto categoria de análise deve ser considerada neste caso “(...) como reconhecimento da processualidade, do movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais” (PRATES, 2000, p. 2), ou seja, a transformação sempre fez parte da história humana e a história deve ser considerada como algo inacabado.

Pontes (2010) contribui para a compreensão do método dialético ao explicar que, no primeiro momento, se parte do concreto para o abstrato, na análise de um determinado objeto, pois o concreto, à primeira vista, não é acessível, passível de reconhecimento; portanto, é imprescindível a negação da sua imediaticidade. Esta negação começa pelo próprio objeto de análise, expresso no real, que, no nível da

consciência, é retirado do seu contexto para assim ser elucidado, compreendendo sua dinâmica, seus elementos constitutivos – a sua essência. Netto presta uma contribuição precisa para a interpretação do papel do movimento de abstração no método de Marx, ao referir que:

A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. (NETTO, 2009, p. 648)

A volta ao concreto não será mais ao mesmo concreto, caracterizado pelo próprio Marx como um todo caótico, mas a um concreto pensado, desmistificado. Os elementos que vem à tona, a partir deste processo, não são partes fragmentadas sem elos de comunicação; são partes constitutivas de uma totalidade dinâmica em infinito processo de devir². A totalidade, nesse sentido, “é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação mútua, possuem um imanente movimento” (PONTES, 2010, p. 81). Ou seja, a totalidade é a “unidade do diverso” (MARX, 2003, p. 248), é o próprio objeto da dialética.

A contradição não pode ser entendida somente enquanto um instrumento de análise do real. Ela é intrínseca na existência dos fenômenos, da realidade, expressando a existência conflituosa dos contrários e a necessidade de superação desta relação. Em “O manifesto do partido comunista”, Marx e Engels assinalam a grande contradição da sociedade capitalista: a luta de classes. Burguesia e proletariado coexistem no mesmo espaço, dependentes uma da outra para sua sobrevivência. A burguesia, para acumular capital, precisa do proletariado que produz a mais-valia; o proletariado, para manter sua sobrevivência, não encontra outra forma senão vendendo sua força de trabalho à burguesia. (MARX; ENGELS, 2005). Ambas se retroalimentam.

²“A dialética considera todas as coisas em seu devir.” (GADOTTI, 1983, p. 25). Deste conceito, compreende-se a processualidade da vida, da sociedade, da natureza. Tudo acontece e está por acontecer. A infinitude e o inacabado são características intrínsecas à dialética.

Mas a tensão entre os contrários exclui um ao outro, também não permite que um exista sem o outro. Os contrários opõem-se e se impregnam mutuamente. Assim, cada um deles é condição para que exista o outro e, no seu movimento, cada um se converte no outro. (CURY, 2000, p. 32-33)

Esta existência dos contrários é a propulsora das mudanças, pois “cada realidade no seu devir é limitada por outra, e assim a totalidade é sempre aberta a novas determinações” (CURY, 2000, p.30). A superação da contradição não significa a eliminação dos elementos que impulsionaram o movimento de mudança, pelo contrário, estes estarão presentes neste novo momento, só que num outro patamar:

O superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do resultado superior; certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente, como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através da sua negação. (LEFEBVRE, 1983, p.231-231)

A contradição, enquanto categoria de análise do real, possibilita a apropriação pelo pensamento da totalidade sobre novos rearranjos. Marx, ao compreender a sociedade burguesa a partir da luta de classes, considerando ser esta uma etapa caracterizada pela simplificação do antagonismo de classe, a compreendeu a partir de outros determinantes, como, por exemplo, a exploração da classe trabalhadora e a única possibilidade de superação desta opressão através da tomada de consciência e da atitude dos próprios trabalhadores. (MARX; ENGELS, 2005).

A consciência da contradição é o momento em que a contradição se torna princípio explicativo do real. A reflexão sobre o real torna-se o momento em que o homem descobre as contradições existentes no real. Pela reflexão, a natureza dialética do real encontra, na consciência da contradição, sua expressão subjetiva, e também a possibilidade de uma interferência no real. (CURY, 2000, p. 32)

Reconhecer a existência da contradição é encontrar a abertura para mudanças e superações, assim como a possibilidade de negar o *status quo* que reproduz as relações sociais conservadoras e opressoras. É a condição da própria contradição a abertura para novas possibilidades.

A mediação é também categoria essencial desta processualidade, que promove o que se chamou a todo o momento de “movimento” presente no método dialético. O concreto visto sem este “movimento”, ou seja, vago de mediações, é o mesmo concreto referido anteriormente: desconhecido, vazio de historicidade, pobre de reflexões. Neste caso, a mediação:

É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre as várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da razão, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética. (PONTES, 2010, p. 81)

A mediação cumpre a função integradora do método e da realidade, pois o real é capturado pelo pensamento que passa a ser objeto de reflexão e intervenção do homem, conduzindo mudanças e superações.

2.3 TRABALHO, PRÁXIS E ALIENAÇÃO

Sob o pressuposto materialista do real, da vida determinando a consciência, Marx afirma o trabalho enquanto atividade essencial para a reprodução e existência da vida dos homens. Sem o trabalho, os homens não teriam como garantir suas necessidades básicas de sobrevivência, como comer, vestir-se, proteger-se, enfim, se perpetuassem enquanto espécie humana. Nesse sentido, o trabalho produz as condições de sobrevivência, atendendo a essas necessidades. Portanto, a história dos homens é a história da sua produção material de existência humana.

(...)devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é, pois a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como a milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 1980, p.33)

Marx, antes de compreender na essência o trabalho, inserido e determinado num período histórico, sob as condições de um sistema de produção – o capitalista – sistematizou sobre o trabalho enquanto essência humana, que o diferencia dos demais animais, que o coloca sob a capacidade de dominar e manipular a natureza para satisfazer suas necessidades, desenvolvendo a sua história atrelada à história da própria natureza.

Por conseguinte, abstraindo o conceito de trabalho do modo de produção capitalista, isto é, tratando o trabalho de modo genérico, na sua realização humana em geral, o trabalho para Marx é a própria utilização da força de trabalho, é desprendimento humano de força sobre a natureza, direcionado a um fim. O trabalho ocorre quando o homem emprega suas forças, sua mente e músculos, quando desgasta seus nervos e suas energias na transformação de um determinado objeto.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. (MARX, 2011, p. 211).

A sua especificidade mais importante está quando o homem desenvolve esta ação referenciada não somente na sua intuição, mas em um objeto que ele projeta previamente na sua mente. Marx, para exemplificar, compara o trabalho de uma abelha com o de um arquiteto. A abelha o supera em precisão ao construir sua colmeia, a diferença está que o arquiteto antes projeta telelogicamente o que pretende construir, sendo que a abelha age sob sua intuição animal. Dessa forma, o homem se diferencia dos demais animais por sua consciência.

Ao se diferenciar dos demais animais por sua capacidade teleológica, o homem produz e transforma a sua vida e a dos demais homens, pois o trabalho é atividade coletiva, realizada em sociedade, que sofre influência das formas de produção do passado e, ao produzir, influencia as sociedades futuras. É assim que o homem se faz ser social. O produto do trabalho é produção histórica e social, pois o

ato de transformar a natureza em um objeto específico, o homem utiliza conhecimentos passados, ele não parte do nada, do mesmo modo que o resultado do seu trabalho, sua objetivação, também irá incidir em trabalhos futuros. A sociedade se transforma através do trabalho, pois acumula conhecimento e cria novas possibilidades e necessidades. (LESSA; TONET, 2008, p. 24).

O trabalho, a partir deste conceito, é práxis humana, pois o indivíduo projeta mentalmente o que deseja realizar e executa, transformando sua vida, a natureza e a sociedade. Esta unidade entre homem e natureza, consciência e ação, faz com que o homem tenha o controle da sua própria história.

Assim, a práxis compreende – além do aspecto laborativo – também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc., não se apresentam como “experiência” passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização humana. (KOSIK, 2011, p.224)

Nas Teses Sobre Feuerbach (1988) Marx já acentuava a centralidade da práxis como critério da verdade; a práxis, enquanto meio de transformação, de realização e libertação humana. O homem não é um mero contemplador da vida, ele é, antes de tudo, o seu protagonista. Na 3ª Tese expressa este caráter revolucionário da práxis, pois “quem” pode revolucionar o mundo, este “quem” só pode ser o homem através da sua práxis: “A consciência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser concebida e entendida racionalmente como *prática revolucionária*.” (MARX, 1988, p. 28).

Para compreender como ocorre o processo de trabalho, é necessário analisar os três elementos que o compõem: o próprio trabalho, o objeto de trabalho e os meios de trabalho. O próprio trabalho, como já foi dito anteriormente, é a força de trabalho em ação, ou seja, é a ação do homem sobre algum objeto oriundo da natureza.

O objeto de trabalho é o que irá sofrer a ação do homem, podendo ser objeto universal do trabalho humano, o que não sofreu nenhuma ação anterior e

está pronto na própria natureza; e a matéria-prima, que já foi objeto anterior de trabalho, que sofreu algum tipo de ação. A terra é um objeto universal, pois dispõe de alimentos prontos para o consumo humano, somente sendo necessária a separação do seu meio natural, como, por exemplo, a água. Agora, o que necessita de manipulação humana é matéria-prima, pois necessita de modificação pelo trabalho para o consumo. Em resumo: “Toda a matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 2011, p. 212).

O terceiro elemento são os meios ou instrumentais de trabalho, que estão entre o trabalhador e o objeto de trabalho, cumprindo a função de auxiliar na transformação deste objeto. Os meios podem já terem sido objetos de trabalho, isso quando transformados em meios, ou então já estavam prontos na natureza, e o homem somente se incumbiu de utilizá-los. Os meios, ainda na sua incumbência, atuam sobre outro objeto com a ajuda da força humana, atuando enquanto extensão do corpo do trabalhador: “Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural, (...)” (MARX, 2011, p.213). Quanto mais desenvolvidos os instrumentos de trabalho mais desenvolvido é o modo de produção; desta forma é possível reconhecer o nível de desenvolvimento econômico e social de uma determinada época através da evolução dos seus instrumentos:

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. (MARX, 2011, p. 214)

No alcance do objetivo final, ou seja, da materialização do produto do trabalho, se dá por finalizado o processo de trabalho. O produto é o objeto incorporado de valor-de-uso³, é a natureza modificada para servir a algum fim.

³“O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o valor material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”. (MARX, 1987, p.42)

O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifesta em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido. (MARX, 2011, p.214-215)

Marx também faz outra observação: ele coloca o processo de trabalho no ponto de vista do resultado. Nesse caso, meio e objeto tornam-se os meios de produção, enquanto o trabalho é trabalho produtivo. A relação entre produto, objeto e meios não é estanque, fixa, mas fluída, em movimento. O produto pode vir a se tornar matéria-prima, ou seja, objeto em outro processo de trabalho. Os meios sob esse processo podem sofrer desgastes e necessitar de ajustes. Nesse caso, os meios se tornarão o objeto de trabalho onde deverão sofrer a ação do trabalhador. (MARX, 2011).

Sob o modo de produção capitalista, a força de trabalho, o objeto e os meios são de propriedade do proprietário dos meios de produção, assim como o produto gerado. O proprietário compra estas mercadorias, incluindo a força de trabalho do trabalhador, para produzir valores-de-troca, ou seja, produtos não direcionados para o consumo direto do trabalhador, mas para a troca. Marx aponta dois aspectos presentes neste processo específico de trabalho. O primeiro aspecto remonta a força de trabalho; esta é utilizada a favor do capitalista, que controla esta força conforme seus interesses. O segundo aspecto trata do produto do trabalho. Neste sistema de produção, o produto deixa de ser propriedade do trabalhador, ou seja, não pertence mais a quem produziu, mas sim a quem pagou pela utilização da força de trabalho.

O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivo do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 2011, p. 219).

No trabalho produtivo, o trabalho humano perde seu caráter no sentido ontológico, pois não se manifesta enquanto objetivação, criação e pertencimento de quem produz. Logo, o produto do trabalho torna-se alienado em relação a quem o produziu. Segundo Viana (2000), esta alienação se reproduz nos demais níveis de trabalho e nas próprias relações que os indivíduos estabelecem entre si. Na práxis o homem se realiza, pois há unidade entre a intenção, a ação e a finalidade. Esta unidade é rompida na produção de mercadorias, pois não há mais identidade entre homem e objeto:

Na alienação, ao contrário, existe uma separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Alguns se especializam em trabalho manual e outros em trabalho intelectual. É claro que é impossível existir uma separação total entre trabalho manual e intelectual, pois, por mais que um trabalho seja manual, é sempre necessária a atividade intelectual e vice-versa, mas cria-se uma redução na utilização das capacidades físicas e mentais respectivamente. (VIANA, 2000, p. 3).

Este estranhamento entre homem e criação, apresenta uma relação contraditória que valoriza os objetos e empobrece os homens; as mercadorias ganham vida e o homem se coisifica, pois ao dimensionar suas forças físicas para criar algo que não é seu, o homem se afasta da sua natureza, deixa de transformar o seu próprio mundo conforme deseja. O trabalhador não se vê no que faz, ele não modifica a natureza para suprir uma necessidade pessoal, pois o produto não será seu, mas sim de quem o emprega. Segundo Marcuse:

O trabalho, na sua forma verdadeira, é um meio para a auto-realização autêntica do homem, para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades; a utilização consciente das forças da natureza poderia ocorrer para sua satisfação e prazer. Na sua forma corrente, entretanto, ele deforma todas as faculdades humanas e proscreve a satisfação. (MARCUSE, 1978, p. 255-256)

Marx define o trabalho alienado como algo exterior ao trabalhador, ou seja, o indivíduo não se afirma através deste processo, mas nega-se enquanto ser criativo. Do mesmo modo, só se sente feliz e realizado fora do trabalho, pois o mesmo é um martírio e não fonte de objetivação humana. Outra característica do trabalho alienado, que determina a reprodução da vida social, está na alienação do homem em relação ao homem. Quando o mesmo se contrapõe a si mesmo, contrapõe-se

aos demais, pois todos são mercadorias, forças de trabalho disponíveis no mercado para quem quiser comprar. Assim, há uma alienação da sua própria natureza.

2.4 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Historicamente, a pesquisa sempre buscou a desvinculação dos valores que a condicionam e a orientam, como se uma suposta imparcialidade fosse um documento que comprovasse a veracidade e a coerência deste processo e de seu resultado. Ao contrário desta premissa, a presente pesquisa parte do pressuposto de que qualquer ação é uma ação política; logo não há imparcialidade na ação dos homens. Como ressalta Lefebvre (1966, p. 51) “qualquer ato, num dado regime e numa dada estrutura de Estado, é político, direta ou indiretamente”.

As condições concretas que criam a necessidade de conhecer, a escolha por um tema e a força física e mental desprendidas nas etapas da investigação e exposição, encontram-se na figura do pesquisador, que carrega junto dele toda uma bagagem histórica de conhecimento, de condições materiais de vida e de relações sociais, ou seja, um conjunto de fatores que, no processo de investigação, estarão presentes influenciando cada passo dado rumo ao conhecimento. Portanto, na circunstância desta pesquisa é possível afirmar que:

Da minha audição e da minha vista participam, portanto, de algum modo, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências – sejam vivas, sejam ocultas na memória e se manifestando em determinadas situações -, os meus pensamentos e as minhas reflexões, apesar disto não se explicitar nos atos concretos da percepção e da experiência sob um aspecto predicativo. (KOSIK, 2011, p.30).

A opção pelo marxismo e pelo método dialético-crítico como orientação metodológica desta pesquisa – sendo também objeto desta – expressa uma condição política e ideológica deste trabalho, e, mais que isso, uma determinada intencionalidade direcionada à transformação do real. Esta abordagem sustenta ainda que tal opção seja capaz de uma maior aproximação da verdade.

O marxismo é a ciência da classe operária, é uma sociologia que busca conhecer a história humana e suas contradições, considerando o movimento constante da realidade, enfim, estuda o modo como os homens produzem sua vida material e suas relações sociais. Esta ciência tem o intuito também de desmistificar as relações sociais de opressão, à qual está submetida a classe trabalhadora, desmascarando as falsas verdades divulgadas pela burguesia que anseia a manutenção destas condições desiguais, às quais estão submetidos os trabalhadores.

“O marxismo pretende ser essencialmente – e é – “a ciência da sociedade e da história”. Ora, este conhecimento científico da sociedade opõe-se directa e expressamente a certos “poderes estabelecidos” – os que representam a burguesia e o capitalismo -; mostra que o seu domínio perde toda a razão de ser e que será substituído por uma organização nova, mais racional e mais livre, da sociedade. Daí o ódio que suscita e que a hábil propaganda desses “poderes estabelecidos” espalha contra uma doutrina que, em si, se apresenta como exclusiva e simplesmente “científica”, com argumentos e provas “racionais”, e que apenas recorre à razão para se fazer compreender”. (LEFEBVRE, 1966, p. 30)

Como expressam as palavras de Lefebvre, o marxismo sempre foi perseguido e até desacreditado enquanto ciência, devido principalmente ao seu ímpeto por uma transformação social – e nisso inclui a expropriação de muitos privilégios –, o que não é de forma alguma interesse da classe dominante. Esta condição de marginalidade, em que tentam colocar o marxismo, nada mais é do que uma manifestação da própria luta de classes. (LEFEBVRE, 1966)

Lowy (1978) explica que a ciência que se assenta no marxismo é cercada de polêmicas e que coloca, aos estudiosos compromissados com esta ideologia, diferentes questões que devem ser analisadas. Entre tais polêmicas está a que coloca em questão as Ciências Sociais, a partir do princípio do relativismo, que considera a existência de diversas verdades e não de uma única: a verdade dos proletários, da burguesia e em alguns momentos dos burocratas. A primeira resposta a ser conferida a este problema é a que considera a existência de pontos de vista mais próximos da verdade do que outros. Esta afirmativa só se torna verdadeira a partir do enfoque da ciência marxista, se comparada à ciência burguesa, devido ao seu carácter revolucionário, pois, como diz o próprio Marx

(2011), no prefácio da 2ª edição de **O capital**, a missão histórica do proletariado é derrubar a sociedade capitalista e por fim a sociedade de classes.

Lowy acrescenta, ainda, que a ciência do proletariado é a única que pode conferir historicidade ao capitalismo, mostrando que o modo de produção capitalista – e sua incidência nas relações de produção – é passageiro, transitório, um produto histórico. A capacidade do marxismo é derivada do fato de que o proletariado, enquanto classe revolucionária, não tem pretensão de esconder seus interesses reais de transformação da realidade. Tem o verdadeiro interesse de conhecer todos os aspectos determinantes desta realidade.

O proletariado, classe universal cujo interesse coincide com o da grande maioria e cuja finalidade é a abolição de toda a dominação de classe, não é obrigado a ocultar o conteúdo histórico de sua luta; ele é, por conseguinte, a primeira classe revolucionária cuja ideologia tem a possibilidade objetiva de ser transparente. (LOWY, 1978, p.32)

Ressalta-se que somente assumir o marxismo como ciência não significa automaticamente uma possibilidade objetiva de alcance da verdade, do mesmo modo que não se deve considerar que a ciência dominante só produza inverdades. Cabe aos cientistas marxistas saberem dialeticamente e criticamente estudar, analisar, incorporar e superar o que há de válido na ciência enquanto um todo.

O ponto de vista do proletariado não é uma condição suficiente para o conhecimento da verdade objetiva, mas é o que oferece maior possibilidade de acesso a essa verdade. Isso porque a verdade é para o proletariado um meio de luta, uma arma indispensável para a revolução. As classes dominantes, a burguesia (e também os burocratas, num outro contexto) tem necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado revolucionário tem necessidade da verdade (...). (LOWY, 1978, p. 34)

Na busca pelo conhecimento, a transformação do real não deve se limitar somente a uma possível consequência do processo de investigação ou a uma simples etapa; esta deve ser o eixo norteador de todo o trabalho de pesquisa. O “querer conhecer” deve ser também o “querer mudar”, centrando seus esforços na construção de alternativas que viabilizem mudanças reais na vida das pessoas. Como o próprio Marx ressaltou: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de

diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”. (MARX, 2009, p.126). Contudo, não será através de elucubrações que o homem alcançará a sua liberdade, pois a libertação só ocorre através das condições materiais que a favoreçam. Portanto, o conhecimento neste caso deve partir e retornar para o mundo material dos homens onde a vida acontece, devendo se comportar enquanto práxis humana:

É onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. É neste ponto que termina o fraseado vago sobre a consciência e o saber real passa a ocupar o seu lugar. Ao expor a realidade, a filosofia deixa de ter um meio onde possa existir de forma autônoma. (MARX, 1980, p.27)

O fim da filosofia enquanto especulação está na aplicabilidade da teoria na realidade concreta. Nesse sentido, a dialética cumpre o papel de método por onde deve percorrer o pensamento na busca do conhecimento e da apropriação da realidade. Porém, a realidade não está acessível imediatamente à consciência humana. No cotidiano, os homens realizam suas atividades muitas vezes de forma instintiva e inconsciente. Não há condições reais e tempo hábil para uma reflexão filosófica de cada ato, como trabalhar, comer, vestir-se, dormir, etc. Esses atos são realizados quase sempre de maneira automática, pois, ao contrário, se cada ação fosse executada sob a consciência absoluta de todos os aspectos que a determinam, ainda se estaria preso a épocas passadas.

Os homens usam dinheiro e com ele fazem transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber, o que é dinheiro. Por isso, a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade. (KOSIK, 2011, p. 14).

O que Kosik chama de práxis utilitária nada mais é do que a atividade humana fragmentada, que não permite o reconhecimento do indivíduo enquanto ser social e partícipe de uma totalidade. Esta práxis, à qual o homem está sujeito, é consequência da forma como a sociedade está organizada, a partir da produção da sua existência. A divisão do trabalho implica esta fragmentação da realidade, que

não permite o alcance da essência das coisas. Dessa forma, o método dialético busca atingir esta essência através do desmembramento desta realidade imediata, considerando os fenômenos que a constituem e suas interconexões, sem se distanciar do seu caráter provisório. Esta busca pelo conhecimento, para entender e se apropriar de algo que lhe é estranho, além ser uma atividade humana instintiva, pode ser práxis revolucionária se lhe for atribuído o pressuposto da mudança.

Para o Serviço Social, a pesquisa é um instrumento de trabalho fundamental, pois a realidade social é atravessada pelas manifestações da questão social; é campo de atuação e objeto de trabalho desta profissão, apresentando inúmeros e complexos desafios para o Assistente Social, sobretudo no que tange a sua leitura e desmistificação para a incidência da intervenção profissional. O ato de pesquisar, no caso particular desta profissão, apresenta-se de forma peculiar, pois a capacidade de apropriação dos seus profissionais em relação ao contexto social de trabalho incide diretamente sobre o produto do seu trabalho. Tanto o Assistente Social que atua no atendimento direto aos usuários, quanto o que atua no planejamento das políticas sociais precisa apropriar-se dos dados que contemplem a caracterização dos sujeitos e o contexto no qual se inserem, compreendendo-os a partir de uma perspectiva histórica, social, econômica e cultural nas quais produzem suas condições de vida.

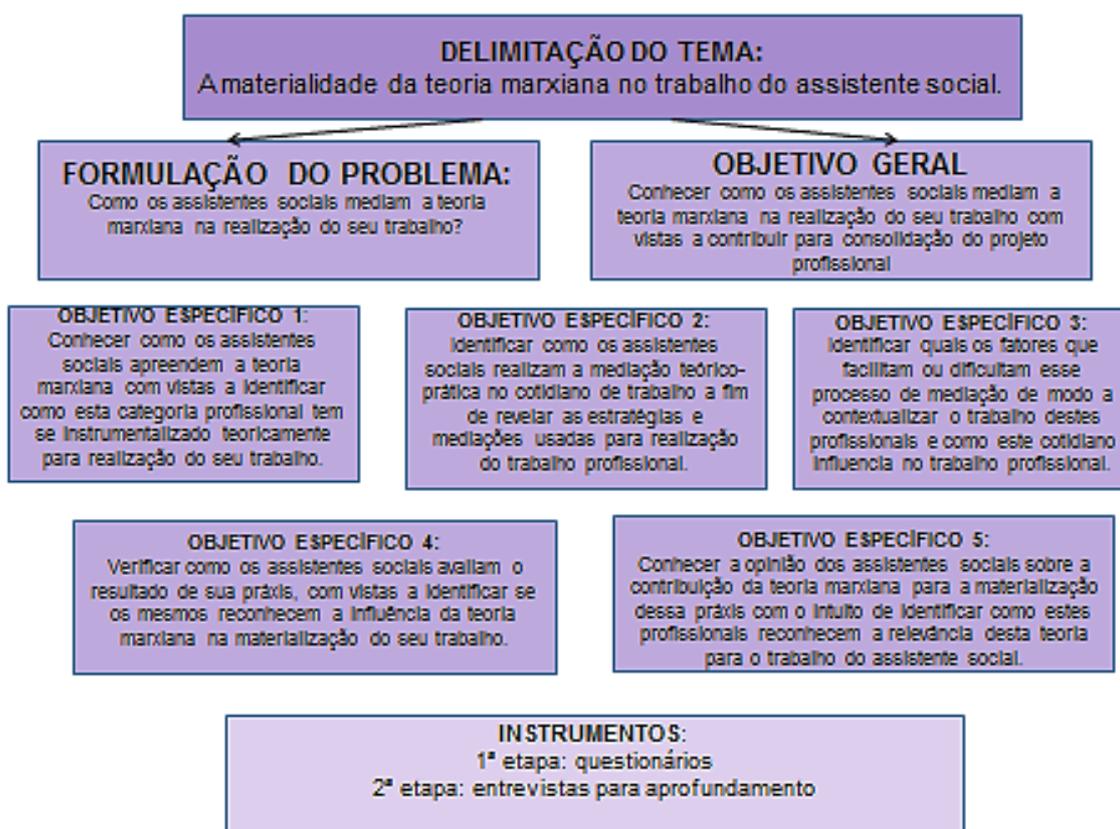
Como ressalta Prates, a escolha do método dialético-crítico para a realização da investigação está relacionada, não somente por este exercer papel hegemônico enquanto referencial teórico na produção de conhecimento na profissão, mas por também aportar:

(...) um conjunto teórico de fôlego, que se inspira no próprio movimento da realidade, histórico, contraditório, multicausal, aporta além de categorias explicativas da realidade, elementos que nos permitem explicar a profissão como processo de trabalho com seus movimentos condicionados e protagonistas. (PRATES, 2006, p.6)

Acrescenta-se a estas justificativas o fato de esta teoria também representar um conjunto de valores e princípios sociais compartilhados pelo Serviço Social, que visam em última instância à possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

Estes pressupostos referentes ao método dialético-crítico auxiliam na compreensão sobre os fundamentos valorativos, que estiveram presentes desde a concepção do projeto de pesquisa até a análise e interpretação dos dados coletados. A intenção desta investigação é colaborar nas discussões, reflexões e questionamentos sobre o trabalho profissional, a partir do olhar dos próprios Assistentes Sociais, considerando seus relatos de experiência concreta, conhecimentos sobre a profissão, as referências teóricas utilizadas na intervenção, assim como as condições sociais onde se realiza o trabalho profissional enquanto parte desta totalidade.

O quadro que segue ajuda a exemplificar a organização desta pesquisa através da delimitação do tema, assim como do problema, objetivos e instrumentos de coleta utilizados:



Quadro 1 – Quadro metodológico da pesquisa
Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Dada a complexidade do objeto de estudo, conforme representado no quadro e na discussão já efetivada, adotou-se o enfoque misto de pesquisa que consiste na combinação das abordagens qualitativas e quantitativas. Além desse aspecto, o enfoque misto privilegia investigações que tenham por finalidade a transformação e valorizam o fato de se dar voz aos sujeitos. Apesar de ser um tipo de pesquisa ainda pouco aplicado, se reconhece a possibilidade de alcance de um número maior de categorias para a discussão do objeto de estudo. Esta abordagem apresenta como potencial a possibilidade de contemplar as variantes necessárias para o alcance dos objetivos traçados na pesquisa. Este tipo de pesquisa tem começado a se popularizar nos meios acadêmicos, pois segundo Creswell (2010, p. 238): “os problemas abordados pelos pesquisadores das ciências sociais e da saúde são complexos, e o uso de abordagens quantitativas e qualitativas em si é inadequado para lidar com essa complexidade”. Além disso, para o mesmo autor, esta combinação pode propiciar *insights* que nas pesquisas qualitativas e quantitativas separadamente não surgirão, tornando mais rico os dados e elementos que serão trabalhados na pesquisa.

Creswell (2010) identifica quatro procedimentos importantes que devem ser considerados já na fase de planejamento buscando organizar as fases da pesquisa, quais sejam: distribuição de tempo, a atribuição de peso, a combinação e a teorização. Na presente investigação, a distribuição de tempo se caracterizou como “sequencial”, pois a coleta de dados iniciou pelos dados quantitativos seguidos pelos dados qualitativos. Preferiu-se este processo de coleta por etapas, sendo que a primeira definiu os sujeitos que participaram da segunda fase, pois o objetivo estava em focar as análises sobre os que mencionaram o uso da teoria marxiana no seu trabalho. Desse modo foi possível o aprofundamento do objeto de análise – neste caso, a teoria marxiana e sua incidência no trabalho profissional – dispensando os sujeitos que não mencionaram este referencial teórico.

Com relação ao segundo aspecto, a atribuição de peso a um dos tipos de pesquisa, está atrelado ao interesse do pesquisador e aos objetivos traçados da investigação.

Em termos práticos, a atribuição do peso em um estudo de métodos mistos ocorre por meio de estratégias que dependem de serem enfatizadas, primeiro as informações quantitativas ou qualitativas, da extensão do tratamento de um tipo ou outro de dados no projeto, ou, principalmente, do uso, de uma abordagem indutiva (p. ex. geração de temas na abordagem qualitativa) ou de uma abordagem dedutiva (p. ex., a testagem de uma teoria). (CRESWELL, 2010, p. 243).

Deste modo, o peso atribuído foi igualitário tanto aos dados qualitativos como aos quantitativos devido ao entendimento sobre os papéis complementares que ambos cumprem, assim como a igualdade de relevância para a análise interpretação dos dados. Já a combinação dos dados quantitativos e qualitativos ocorreu na fase de coleta, pois como foi referida, a primeira determinou a segunda; na fase de interpretação, a conclusão sobre o estudo buscou contemplar a conexão dos dados de forma dialética. Como explica Creswell:

Conectados, na pesquisa de métodos mistos, significa que uma combinação da pesquisa quantitativa e qualitativa está conectada entre uma análise de dados da primeira fase da pesquisa e a coleta de dados da segunda fase da pesquisa. (CRESWELL, 2010, p. 244).

Por fim, a perspectiva de teorização que consiste na adoção de uma teoria maior que orienta a pesquisa, está caracterizada nesta pesquisa como “estratégia transformativa sequencial”. Neste caso:

Diferentemente das abordagens sequenciais exploratória e explanatória, o modelo transformativo sequencial tem uma perspectiva teórica para guiar o estudo. O objetivo desta perspectiva teórica, seja ela uma estrutura conceitual, uma ideologia específica ou reivindicatória, é mais importante na orientação do estudo do que o uso dos métodos isoladamente. (CRESWELL, 2010, p.250).

A principal característica desta perspectiva é o papel central do método e da teoria na condução da pesquisa, além do caráter transformativo da realidade como objetivo final do estudo.

Prates considera ser este o enfoque de pesquisa que mais se aproxima do método marxiano, pois:

A expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionais. Sua separação pode se efetivar apenas para fins didáticos, contudo, ao analisarmos o movimento ou a “vida da realidade”, para usar uma expressão de Lefebvre (1991), é necessário reconhecermos que todos estes aspectos precisam ser interconectados para que a explicitação contemple o fenômeno como unidade dialética e tenha, portanto, coerência com o próprio método. (PRATES, 2012, p. 117)

Além disso, a autora aponta semelhanças entre a pesquisa de enfoque misto e o método marxiano, no que concernem os aspectos de transformação e emancipação, a articulação dos dados quantitativos e qualitativos considerando a relevância de ambos, a importância do processo de investigação podendo ser uma etapa pedagógica tanto para o pesquisador como para os pesquisado e, por fim, a centralidade na superação das desigualdades como finalidade da pesquisa. (PRATES, 2012)

A relação coesa existente entre o enfoque misto e o método marxiano pode ser percebida através da obra de Marx e também da de Engels. O questionário de 1880 elaborado por Marx é um exemplo disso, pois se destinava à classe operária francesa, apresentando-se como um instrumento de reflexão sobre as condições de trabalho por parte destes sujeitos aos acessarem tal instrumento. Além disso, apesar de se tratar de um instrumento com perguntas fechadas, o que aparentemente privilegiava a quantificação dos dados, apresentava também preocupação com os dados qualitativos que, para o autor, “eram complementares e igualmente relevantes”. (PRATES, 2012, p. 118). Com referência a Engels, este autor trouxe um aporte à obra marxiana, principalmente no que se refere ao método dialético. Este grande autor centrou algumas de suas elaborações na defesa do materialismo histórico, integrando a história humana à história da natureza. Tanto para Marx como para Engels, a dialética da natureza é considerada condição prévia determinante da dialética humana.

Seguindo esses pressupostos, Engels, assentando nas elaborações hegelianas, colaborou com uma releitura de alguns princípios do que ele chamava “dialética da natureza”, chegando, com isso, às leis gerais da dialética materialista:

lei de passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa); lei da interpenetração dos contrários e lei da negação da negação. (KONDER, 1981)

A lei que trata sobre a passagem da quantidade à qualidade refere-se a mudanças que ocorrem nas partes constitutivas do todo que, ao chegarem a um determinado estágio de alteração, transforma a qualidade deste todo. Para Konder, esta lei:

(...) refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais). (KONDER, 1981, p. 58)

A quantidade e a qualidade formam uma unidade, portanto ambas se determinam. Dependendo do processo de mudança provocado pelo acirramento das contradições que altera uma destas partes, altera-se esta unidade. Esta unidade se transforma, determinada pelo devir; esta transformação só ocorre com mudanças mais bruscas, aceleradas, “o devir concreto jamais avança com passo regular. Atravessa “crises” (psicológicas, biológicas, sociais). Processa-se por saltos.” (LEFEBVRE, 1983, p. 212).

A lei da interpretação dos contrários (ou luta dos contrários) “é aquela que nos lembra de que tudo tem a ver com tudo(...).” (KONDER, 1981, p. 58). Os aspectos da realidade estão interligados, portanto, não podem ser avaliados separadamente. Só é permitida a sua fragmentação no processo de avaliação da realidade para facilitar seu exame; deve haver um retorno ao todo, considerando as partes como uma unidade, como afirma Lefebvre (1983, p. 210): “É sempre necessário voltar das partes para o todo, pois é este que contém a realidade, a verdade, a razão de ser das partes”.

Por fim, a lei da negação da negação versa sobre o movimento dialético da realidade, concebendo as contradições como possibilidades (de transformação), não enquanto “absurdas” ou insuperáveis. A contradição é entendida neste caso como inclusiva e exclusiva ao mesmo tempo, pois a afirmação gera também negação, porém ambas são superadas, o que confirma uma negação da negação. O método

dialético busca compreender esta estrutura, unidade e movimento de embate dos contraditórios que se rompem e se superam. Lefebvre apresenta um aspecto ilustrativo de contradições do sistema de produção capitalista, que ajuda a explicar como estes processos podem ser alavancados até a transformação:

Assim no mundo moderno, o exame e a análise mostram que as condições econômicas – a própria estrutura das forças produtivas industriais – criam as contradições entre grupos concorrentes, classes antagonistas, nações imperialistas. Portanto, convém estudar esse movimento, essa estrutura e suas exigências, com o objetivo de tentar resolver estas contradições. (LEFEBVRE, 1983, p. 238).

Deste modo, a presente pesquisa aplicou instrumentos que contemplassem uma coleta de dados quanti-qualitativas, o que permitiu a inclusão de uma amostra maior de sujeitos pesquisados, inferindo maior legitimidade à pesquisa. Também foi possível, dessa forma, quantificar alguns aspectos referentes aos participantes, no que se refere ao local de trabalho, ano e local de conclusão da graduação, entre outros, assim como o levantamento de frequências de algumas categorias que emergiram nas respostas, conferindo maior visibilidade e outras possibilidades de interpretação que somente os dados qualitativos não ofereceriam.

O universo desta pesquisa foi composto pela categoria profissional de Assistentes Sociais em atuação, conforme já explicitado. A amostra, neste caso, foi do tipo não probabilista intencional, ou seja, foi escolhido um grupo determinado de profissionais para a participação na pesquisa, que nesta ocasião são os Assistentes Sociais em atuação na Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. Esta escolha ocorreu devido ao número significativo de Assistentes Sociais presentes neste espaço de atuação, neste município. Outro motivo está relacionado ao fato de que a política de assistência social, comparando-se com os outros espaços sócio-ocupacionais, é o campo de trabalho que mais emprega assistentes sociais no Brasil, o que colabora para o aspecto de representatividade tão necessário à investigação.

A etapa da coleta de dados se dividiu em dois momentos. Na primeira etapa, foi enviado um questionário com perguntas fechadas e abertas para todos os

Assistentes Sociais trabalhadores da FASC, totalizando um número de 80, através do malote desta instituição, por meio físico. Deste total, 25 instrumentos retornaram respondidos, ou seja, 31% do total. Tendo em vista que em média somente 25% dos instrumentos expedidos retornaram ao pesquisador (MARCONI; LAKATOS, 2009), esta investigação conseguiu o retorno esperado de questionários.

A segunda etapa contemplou a entrevista de 5 sujeitos que participaram da primeira etapa. O critério utilizado para o convite e participação nesta fase relaciona-se às respostas que mencionaram o método marxista como o referencial teórico de trabalho. A entrevista foi composta por 13 perguntas semiestruturadas, que visavam aprofundar informações referentes ao modo como estes profissionais realizam sua práxis, tendo em vista o método marxista e suas condições concretas de trabalho. Todas as entrevistas ocorreram nos locais de trabalho destes profissionais, sob o convite prévio de participação. As entrevistas foram gravadas sob o consentimento dos participantes, que também assinaram os respectivos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme determina a ética da pesquisa.

Para discutir o trabalho do Assistente Social e assim analisar a sua intencionalidade, como objetivo desta investigação, foi considerado o contexto onde se inserem estes profissionais, pois se entende que o exercício profissional é produto de uma construção social e não individual: “o construtor da prática não é apenas o profissional que a realiza, mas sim o conjunto dos sujeitos que, articuladamente com o assistente social, dão vida e concretude à prática” (MARTINELLI, 1999, p.12).

Diante desta proposta, que vislumbra como estudo um ponto de partida que requisita o aprofundamento de tantos outros aspectos e suas dimensões para esmiuçá-la, foi utilizada a abordagem dialético–crítica, que já está desenvolvida no capítulo 2, item I e II desta dissertação. Esta abordagem “busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (MINAYO, 2004, p.24-25). Assim, o ponto de partida está no entendimento de que os sujeitos são seres sociais, vinculados a uma realidade histórica construída, integrantes de uma totalidade.

O tratamento dos dados foi realizado através da análise estatística para dados quantitativos e análise de conteúdo, com base em Bardin (1977), para dados qualitativos. Esta técnica prevê diversas modalidades de recortes de análise. No presente estudo estão privilegiadas a análise frequencial e temática, que consiste em analisar os dados a partir de categorias, devendo ser enumeradas a fim de verificar quantas vezes surgem nos dados coletados. Além da análise frequencial e temática está também contemplada a análise do tipo valorativa (BARDIN, 1977). Tais categorias serão relacionadas com a revisão teórica, elaborada e comparada ao problema e às questões de pesquisa que norteiam a presente dissertação. Antes da apresentação dos dados e da interpretação dos mesmos, é importante destacar que nem sempre o marxismo teve o peso que tem hoje na profissão. Nesse sentido é importante conhecer um pouco da história de como se chegou até aqui.

3 SERVIÇO SOCIAL E MARXISMO

3.1 INTRODUÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Para analisar o processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil, torna-se necessário a explicitação de um conjunto de determinantes que motivaram o surgimento desta profissão. É preciso, antes de tudo, situá-la na conjuntura da luta de classes, neste campo de disputas entre interesses antagônicos, ou seja, no centro das contradições da sociedade capitalista.

Silva (2011) destaca que esta análise deve partir do reconhecimento das determinações históricas, pois esta dimensão situa a profissão no âmbito das relações sociais, forjando a consciência dos seus agentes.

A institucionalização do Serviço Social no Brasil ocorre num momento de transição da economia, quando indústrias, nos meados da década de 1930, começaram a se instalar em algumas cidades, iniciando a migração de trabalhadores do campo para a cidade. Junto a este processo de industrialização, o próprio Estado assume responsabilidades antes impensáveis, mas que nesta

conjuntura tornam-se necessárias para o capitalismo, como a criação de estruturas que salvaguardassem a mão-de-obra operária, a fim de alimentar a produção capitalista que aqui se alojava. (SILVA, 2011).

Em decorrência deste processo, as manifestações da questão social assumem novas formas e assumem um espaço central na política e na economia do país. Os proletários e suas famílias passaram a se aglomerar nos centros urbanos próximos às indústrias, e a desigualdade, como consequência deste novo modo de vida, fica cada vez mais visível, como descreve Iamamoto:

Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casa infectas, sendo muito frequente a carência - ou mesmo a falta absoluta - de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria dos seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. (IAMAMOTO, 2008, p. 129)

Este ambiente cria, por um lado, as condições sociais para abertura de processos reivindicatórios, através da mobilização dos trabalhadores, e, por outro, uma atmosfera de insegurança para a burguesia que veem seus planos de acumulação ameaçados. Tais processos sociais, resultantes do nível de produção material que se instala neste período, desembocam em movimentos que irão influenciar diretamente a institucionalização do Serviço Social: a organização de grupos operários; a criação de estruturas no âmbito do Estado, sob a intervenção da burguesia, de controle e atendimento de algumas necessidades da classe trabalhadora; e a organização de setores da Igreja Católica, para a cristianização dos trabalhadores e o afastamento dos mesmos de ideias revolucionárias.

Já antes da década de 1930, o movimento operário no Brasil, que se constituiu no primeiro estágio de desenvolvimento do capital, estava organizado sob a influência das lutas que ocorriam na Europa. Com a vinda de imigrantes europeus para o país, as lutas dos trabalhadores da Europa passaram a influenciar estas primeiras organizações, como por exemplo, a Liga Operária, que tinha como objetivo a união dos trabalhadores na luta pela defesa de interesses semelhantes. Outras

agregações constituem-se propiciando movimentos mais amplos, como os Congressos Operários e as Confederações Operárias, que, além de centrarem seus esforços na defesa de melhores condições de trabalho, questionavam os valores burgueses, reivindicando uma nova forma de organização societária. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 131).

A densidade dessas lutas tornou-se uma ameaça à burguesia brasileira, já ciente das lutas travadas pelo proletariado no berço da Revolução Industrial. Em 1919, criou-se a primeira legislação trabalhista, que visava proteger o trabalhador que sofresse um acidente de trabalho. Apesar do pouco efeito, pois as empresas já assumiam os gastos com os trabalhadores acidentados, abriu-se um caminho para a criação de outras legislações sociais, que visavam à incorporação destes trabalhadores na produção industrial sob a dominação da burguesia. Sob os efeitos da eminente luta dos trabalhadores, a burguesia e o Estado uniram esforços para controlar a classe trabalhadora, através de algumas concessões, pois somente a coerção não poderia conter estes movimentos. É importante reafirmar que estas legislações sociais são resultantes das lutas operárias, isto é, se as mesmas não tivessem ocorrido dificilmente teriam sido criadas as legislações mencionadas. Outro aspecto importante é que estas legislações tinham uma cobertura muito limitada, pois a maioria dos trabalhadores centrava-se, ainda, no meio rural; somente alguns trabalhadores urbanos se beneficiaram destes direitos. Esta concentração de trabalhadores no campo também era um dos determinantes que dificultava o alastramento da organização da classe trabalhadora.

Neste período de ascensão da burguesia industrial no país, cercado de lutas e contradições, a ação do Estado também assume novas configurações na intervenção da economia. Com o declínio da produção cafeeira, principal atividade econômica do Brasil, o Estado passa a incorporar também os interesses das classes médias urbanas sob o crivo liberal, mesmo sem abandonar o legado conservador de uma economia rural e coronelista que até então imperou no país.

A política econômica é orientada para – além de preservar a economia cafeeira, que ainda é o eixo principal de acumulação – favorecer o sistema

produtivo voltado para o mercado interno e para diversificar a pauta de exportações. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 150)

Este processo se desenvolveu em decorrência de outras determinações, como a crise econômica mundial de 1929, que desencadeou a falência da agricultura cafeeira, propiciando o aparecimento de outros setores das oligarquias que até o momento exerciam quase nenhuma autoridade sobre o Estado.

Apesar da preservação dos interesses dos setores agrários, o Estado irá contemplar também as necessidades desses setores industriais emergentes, principalmente no que tange ao controle das forças de trabalho que irão se formar nesta nova conjuntura.

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para a sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista. A política social formulada pelo novo regime – que tomará forma através de legislação sindical e trabalhista – será sem dúvida um elemento central do processo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.151).

Após a Revolução de 30, que foi promovida por setores oligárquicos insatisfeitos com a centralização do comando do governo entre as oligarquias paulistas e mineiras, Getúlio Vargas assume a presidência, estabelecendo acordos com os novos setores burgueses, promovendo uma política de governo comprometida com o desenvolvimento da economia via setores industriais. Sob um forte apelo populista, Vargas institui a criação de leis e instituições para o atendimento de demandas dos trabalhadores. O objetivo dessas ações centrava-se em garantir a reprodução da força de trabalho para não afetar os setores de produção, oferecendo melhores condições de vida para os trabalhadores. Constituem-se, assim, condições mínimas de trabalho para também facilitar o deslocamento de trabalhadores do campo para a cidade.

Somadas a estas iniciativas, que visavam centralizar no Estado a organização desta nova forma de produção capitalista, a associação dos

trabalhadores também passou para o âmbito do controle estatal. As leis sindicais da época foram criadas para cumprir o papel de domínio de qualquer movimentação dos trabalhadores, a fim de manter um ambiente de harmonia e coesão entre classes. “A regulação entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que aparece apontar uma estratégia legalista na tentativa de inferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social”. (COUTO, 2008, p. 95)

Estas medidas de contenção dos trabalhadores vieram ao encontro dos interesses burgueses, que ansiavam por uma mão-de-obra ideologicamente dominada. Qualquer ação estatal que visasse ao domínio da vida dos operários, para além dos círculos de trabalho, colaboraria para o disciplinamento do comportamento social desta classe. Em colaboração a essas estratégias, o empresariado de maior porte envolveu-se em obras de caridade e serviços assistenciais aos seus empregados, direcionados aos com “bom comportamento” e intervindo nas famílias mais desregradas. Como exemplo, ofereciam-se serviços médicos financiados por caixas de auxílio, sendo estas mantidas através da contribuição compulsória dos trabalhadores. Tais estratégias empresariais, entre outras, serviam para o controle social e o incremento da produtividade, aumentando-se assim a taxa de exploração.

Um mecanismo de formar *obrigações*⁴, de construir súditos, atividade necessária à manutenção de seu sistema de dominação política e social. Sistema que implica um custo real – que deverá ser tanto maior quanto menor for o desenvolvimento da base econômica de sua dominação – que implica alguma forma de redistribuição do trabalho excedente expropriado. Para o empresariado se tratará de “construir e não distribuir”. Sua benemerência está subordinada a uma racionalidade empresarial em que não entra nenhum sentido de redistribuição. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 140-141)

Com o crescimento de instituições assistenciais e previdenciárias, de caráter estatal ou privado, forjam-se as primeiras condições sociais que culminarão no surgimento do Serviço Social. Porém, é através da disseminação das ações da

⁴Destaque da autora.

Igreja Católica sobre o proletariado, que o Serviço Social se postulará enquanto profissão institucionalizada e inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Na crise da economia cafeeira, a Igreja Católica perdeu espaço na sociedade, já que foi sempre aliada com os setores oligárquicos dominantes deste segmento. Depois da Revolução de 30, o clero estabeleceu uma política de aliança com o novo governo, a fim que resgatar esta posição de poder que perdera na Revolução. Tal aliança era também do interesse do governo, tendo em vista sua estratégia de ganhar crescente legitimidade popular. As estratégias políticas da Igreja neste período foram, entre outras, a criação de grupos que influenciassem as eleições, apoiando candidatos, independente a quais partidos pertenciam, mas que estivessem comprometidos com os ditames católicos. Outra iniciativa desenvolvida foi a mobilização de seu apostolado, através da Ação Social e Ação Católica, que objetivava desenvolver uma militância católica capaz de se inserir nos meios operários. Deste momento em diante, a igreja colocou o fantasma do comunismo como seu principal adversário, entrando numa disputa ideológica junto aos operários, pois as lutas da classe trabalhadora estavam em um período de ascensão.

Estas ações da igreja ocorreram sob as bases das instituições já existentes, unidas a outras, cuja criação, sempre aliadas ao Estado, foi muitas vezes financiada por este e pelas próprias indústrias.

O elemento humano e a base organizacional que viabilizarão o surgimento do Serviço Social se constituirão a partir da mescla entre as antigas Obras Sociais – que se diferenciavam criticamente da caridade tradicional – e os novos movimentos de apostolado social, especialmente aqueles destinados a intervir junto ao proletariado, ambos englobados dentro da estrutura do Movimento Laico, impulsionado e controlado pela hierarquia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 167-168)

Com o crescimento das instituições vinculadas à Igreja e sua inserção nos meios operários, alguns grupos passaram a buscar outros meios de conhecer melhor as condições sociais em que viviam os trabalhadores, com o objetivo de atribuir maior eficácia aos serviços desenvolvidos e ampliar sua cobertura, ou seja, atingir um número expressivo de trabalhadores, a fim de lhes oferecer uma

assistência preventiva e educar, a partir da doutrina social da Igreja, acerca das suas finalidades. A complexidade do modo de vida da classe trabalhadora e a ausência de um conhecimento aprofundado acerca desta questão são compreendidas como empecilhos para o alcance de resultados positivos através destas ações. A partir desta demanda, funda-se o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que foi considerada a primeira manifestação institucional de Serviço Social no Brasil:

Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica – especialmente da primeira – de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas, sob o patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 168)

O objetivo do CEAS será o de promover a formação dos integrantes da Ação Social e Ação Católica, a partir da doutrina social da Igreja, para aprofundar seus conhecimentos sobre os problemas sociais enfrentados pela população, objetivando garantir a efetividade das suas ações promovidas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Já em 1936, funda-se a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira do país. Nesta conjuntura, se inicia a requisição de profissionais qualificados para atuar nas instituições governamentais, voltadas ao atendimento dos trabalhadores, como o Departamento Estadual do Trabalho, Serviço de Proteção aos Migrantes, Diretoria de Terras-Colonização e Imigração, Departamento de Serviço Social, entre outros, todos de São Paulo. Com isso, abrem-se os espaços públicos estatais para a inserção e atuação deste novo quadro técnico. O Estado torna-se um incentivador da formação destes quadros técnicos, formados pela Escola de Serviço Social, inclusive financiando bolsas de estudos para ampliar o número de profissionais qualificados que irão integrar os quadros do governo.

Assim, a demanda por formação técnica especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 176).

A criação desta escola e das demais que virão depois, são originárias não somente das demandas de quadros da Igreja, mas também de uma necessidade social que atinge os trabalhadores e que se reflete nos interesses do Estado e do empresariado. Portanto, este processo social, que culminou na profissionalização destes sujeitos vinculados às ações assistenciais da Igreja, está relacionado com outros determinantes, que ultrapassam os interesses da Igreja Católica e estão atrelados com o rumo que a sociedade brasileira tomou, ao iniciar o desenvolvimento do capitalismo industrial no país, tendo como consequência o acirramento da questão social e da luta de classes.

3.2 DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO À RUPTURA COM O CONSERVADORISMO: A ENTRADA DO MARXISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Marx já destacara, desde suas obras de juventude que a sociedade sempre foi constituída por classes:

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (MARX; ENGELS, 2005, p. 8)

Esta não é uma definição qualquer, pois esta referência irá determinar qualquer estudo que se faça sobre a história humana. Contudo, tal conceito tem sido negado por muitas áreas das chamadas Ciências Sociais. No Serviço Social, atualmente, ao contrário, há uma afirmação deste conceito, uma afirmação de sua correspondência com o real, tanto no plano histórico como na análise da organização societária atual. Porém, nem sempre o Serviço Social bebeu desta fonte. Como já foi mencionado, historicamente, a profissão esteve orientada pela doutrina social da Igreja Católica, associada a um paradigma positivista, absorvida pela profissão para qualificar e sistematizar seu trabalho. O positivismo com suporte teórico neste momento vai atribuir à prática desenvolvida sob a doutrina humanista da Igreja um caráter técnico-científico. A união destas matrizes teóricas só irá

reafirmar o caráter conservador do trabalho do Assistente Social, pois o positivismo “não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação”. (YAZBEK, 2009, p. 147)

Desde sua profissionalização até a década de 1980, o trabalho do Assistente Social direcionava-se para a afirmação do projeto de desenvolvimento capitalista, orientado por um modelo de “adaptação” dos trabalhadores que chegavam às cidades, onde o capital se concentrava para desenvolver-se. Este trabalho era realizado sob a alcunha dos preceitos da Igreja Católica, que, apesar de se posicionarem contra o ideário liberal, eram funcionais à reprodução do capitalismo, como explica Yazbek:

Relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo, para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. O contributo do Serviço Social, neste momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes. (YAZBÉK, 2009, p. 145)

No livro **A ideologia alemã**, Marx (1980) ressaltava que o pensamento dominante de todas as épocas é o pensamento das classes detentoras dos meios de produção. Exatamente por serem os donos dos meios de produção, eles têm em suas mãos o poder de regular a produção de conhecimento e sua disseminação:

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a que são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. ((MARX, 1980, p.56)

Com o Serviço Social não foi diferente. Como se definiu antes, influenciado diretamente pelos preceitos da Igreja e por setores da burguesia, o Serviço Social, no início da sua profissionalização, engajava suas ações com o objetivo de contribuir para a harmonia da sociedade e para a reprodução da mão-de-obra operária, cooperando no apaziguamento social e contendo possíveis mobilizações da classe trabalhadora. O trabalho profissional estava comprometido com a manutenção da

ordem social: “No plano do discurso oficial, o objetivo se situava na busca do consenso entre governo e os diferentes setores da sociedade civil e, mais ainda, na tentativa de restaurar o clima de ordem social” (MARTINELLI, 2003, p. 124).

Foi nos meados da década de 60, do século XX, que o Serviço Social passou a questionar a sociedade e a si próprio, sendo influenciado pela efervescência social que se estabeleceu neste período. São os ares da revolução cubana e das lutas sociais que começaram a crescer, forçando mudanças significativas no campo sociocultural, impulsionando um amplo processo social de questionamento da ordem estabelecida. Está no berço deste período o surgimento na América Latina dos primeiros questionamentos – através do Movimento Reconceituação – ao dito Serviço Social tradicional, densamente comprometido com o desenvolvimento do capitalismo.

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste movimento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. (YAZBEK, 2009, p. 148)

Entretanto, estes anos de efervescência no interior da profissão, assim como as agitações sociais questionadoras da ordem, foram atravessados com os governos militares na América Latina, que se instalaram em diversos países, silenciando, através da coerção (censura, a tortura e a cassação dos direitos civis e políticos), uma enorme parcela de sujeitos envolvidos neste processo.

Sem dúvida, as ditaduras que tiveram vigência no Continente deixaram suas marcas nas ciências sociais e na profissão, que depois de avançarem em uma produção crítica nos anos 60/70 (nos países onde isso foi permitido) são obrigadas a longo silêncio. (YAZBEK, 2009, p. 148-149)

Ainda, segundo a mesma autora, apesar das dificuldades políticas e sociais impostas neste período, até a década 1970 estarão ocupando a centralidade das discussões e produções teóricas na América Latina três vertentes teóricas: 1) a vertente modernizadora, vinculada às abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, que tinha como objetivo “uma modernização conservadora”, direcionada

à qualificação técnica para o ajustamento e integração dos sujeitos à sociedade; 2) a vertente inspirada na fenomenologia, que defende a intervenção do trabalho a partir da singularidade dos sujeitos, que prioriza “as concepções de pessoa, diálogo e transformação social dos sujeitos”;3) por fim, a vertente marxista, que traz os conceitos de luta de classes e a inserção da profissão nas relações sociais. (YAZBEK, 2009, p. 149)

Sendo assim, apesar da conjuntura da época, que desfavorecia a materialização de mudanças para a profissão, conquistas fundamentais foram integradas à dinâmica profissional. Entre estas está as que se deram no campo político da profissão, onde até então era negado, pelo Serviço Social tradicional, qualquer tipo de posicionamento. O discurso negava esta posição política, mas se desenvolvia e se ocultava na prática. A Reconceituação afirmou a necessidade da categoria de posicionar-se através da ação concreta, uma ação a ser desencadeada pelos princípios chamados de esquerda, caracterizados pelo comprometimento com uma sociedade mais humanizada, justa e igualitária.

Outro avanço a ser ressaltado é a nova base de interlocução, estabelecida entre Serviço Social e as Ciências Sociais, quando se abriu novos influxos teóricos de influência diversificada, onde se incluía o marxismo.

Neste marco, assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da questão social, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social. (NETTO, 2005, p.9)

Porém, este movimento não ocorreu de maneira fácil ou sem disputas no processo de ruptura da alienação, conforme afirma Martinelli (2003). O comprometimento com os interesses da burguesia e com os valores católicos, presentes desde a profissionalização do Serviço Social, constituíram importantes entraves para a superação das práticas conservadoras, que setores mais críticos do Serviço Social lutavam para romper. A convivência com as práticas conservadoras e

as alianças com estes setores marcaram o Serviço Social como profissão subalterna, subordinada à burguesia. Setores mais críticos, dispostos a mudanças na profissão, engajaram-se na crítica do trabalho profissional e na busca de uma nova identidade.

Nesse movimento de busca, que exige oposição, negação, contradição, a identidade atribuída ao Serviço Social era questionada, revisitada pelos agentes críticos, revelando suas inconsistências, fragilidades e submissões à lógica instituída pela sociedade de classes. (MARTINELLI, 2003, p. 140)

A contribuição dessa identidade como processo, contudo, não pode ser configurada unicamente como atribuída, uma vez que os sujeitos não eram totalmente determinados pelo processo, logo tem sua parcela de contribuição nessa conformação. Ressalta-se que a profissão, que na ocasião não se reconhecia como tal, não dispunha de um grupo de pesquisadores que produzissem sobre a questão do seu trabalho, seu modo de inserção e as interfaces com o Estado, as políticas e o contexto social que o condicionava. A formação só irá solidificar-se a partir da década de 1970 com as Pós-Graduações. Segundo Yazbek e Silva (2005, p. 30), este processo irá possibilitar à profissão a interface com as demais áreas do saber. O acúmulo teórico que se desenvolveu, após a implantação de cursos de pós-graduação pelo país, permitiu à profissão dar um salto qualitativo na produção teórica além de “(...) uma massa crítica e um amplo e qualificado debate que vai favorecer a construção de um projeto profissional”.

A negação do conceito de que os assistentes sociais desempenhavam somente o papel de um técnico executor da ponta da cadeia da gestão, não reflexivo, que não produzia conhecimento e que a ele não cabia o questionamento da realidade social e de seu exercício profissional, foi sem dúvida um dos legados deixados pelo Movimento de Reconceituação. O Assistente Social passou a ocupar o campo da produção de conhecimento, entendendo a importância do seu trabalho e a necessidade de qualificá-lo através da clareza de sua intencionalidade, ou seja, de ter apropriação sobre a direção social impressa e do instrumento teórico que o referencia. Contudo, todo este movimento esteve atrelado ao movimento da própria

sociedade. Porém, este processo de questionamento do conservadorismo só ocorreu devido às condições materiais da sociedade e pelo nível de amadurecimento pelo qual passou a profissão.

Este processo seguiu se desenvolvendo e teve um novo salto no início da década de 1980. Não é coincidência que tal mudança tenha ocorrido na crise do regime militar. Segundo Martinelli (2003, p. 137), foi aí que ocorreu na profissão uma “ruptura da alienação”, impelida por um contexto de mudanças sociais que ultrapassaram os muros da profissão. As contradições sociais se acirraram com o desenvolvimento do capitalismo de monopólios no Brasil e com a expansão de setores econômicos, principalmente industriais, produzindo ao mesmo tempo a riqueza das elites burguesas, combinado com um crescimento exponencial da pobreza e da superexploração da mão-de-obra. Estas circunstâncias contraditórias possibilitaram o aumento da consciência dos trabalhadores, que se engajavam cada vez mais nas lutas de classe, rompendo com a representação do real produzido pela burguesia que disseminava a ideia de que esta sociedade, a partir destes parâmetros, poderia desenvolver-se sem rupturas ou contestações.

Ainda para a mesma autora, defensora do argumento do Serviço Social ter sido favorecido pelo aprofundamento da luta de classes no Brasil, o aumento do número de profissionais fez com que se diversificasse a categoria, somado à expansão dos espaços de trabalho para a profissão, que se estendeu ao contexto empresarial, aproximando os assistentes sociais das lutas operárias. Outro fator importante foi o processo de refluxo do movimento católico, que sempre teve peso e influência na profissão, principalmente no campo ético-político, que orientava as ações profissionais.

Com o acirramento destas contradições, a realidade tornou-se mais visível e o mundo aparente passou a ser desnudado, assumindo novas formas e possibilitando novas ações. Nesse sentido, a obra marxiana valoriza essa apreensão do real a partir do trabalho concreto e das relações sociais. Esta questão está evidenciada nas Teses sobre Feuerbach: das 11 apresentadas, 7 reiteram a prática como critério da verdade, sendo necessárias condições materiais históricas para que

a consciência dos sujeitos seja alterada, sendo a ação humana o determinante do pensamento.

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior do seu pensamento. (...). (MARX, 2010)⁵

No primeiro momento do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social estabelece as primeiras aproximações com o marxismo, devido às influências dos movimentos sociais de esquerda e de setores da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação, além da sua iniciação em práticas voltadas ao compromisso com as classes sociais. Esta aproximação se deu através de uma leitura superficial do marxismo, pautada em obras de autores estruturalistas como Althusser, principalmente pela dificuldade de acesso aos livros de Marx, devido à censura dos mesmos pela ditadura. Com isso não ocorre, nesse momento, uma apropriação ontológica do pensamento de Marx. (BARROCO, 2008).

Esta influência contribuiu para que parte dos assistentes sociais atuantes exercesse uma atuação sob a perspectiva da emancipação, se deslocando dos campos institucionais para os movimentos sociais, desenvolvendo uma prática mais próxima da militância do que a profissional propriamente dita. Este processo foi revisto e, por alguns, considerado inadequado, pois os assistentes sociais abriram mão de ocupar os espaços institucionais ao acreditarem serem estes locais somente de reprodução da ideologia burguesa, não percebendo as disputas e as possibilidades presentes. Atualmente, observa-se um movimento contrário, o Serviço Social está mais afastado dos movimentos sociais. Esta questão necessita ser revista, pois se trata de um campo de atuação que pode fortalecer a própria profissão, através de um trabalho de organização social, desenvolvimento de processos democráticos, assessoria e de práticas de protagonismo coletivo.

Conforme já mencionado, foi justamente na década de 80, do século XX, período da redemocratização no Brasil, que o Serviço Social encontrou o

⁵Segunda tese, presente nas Teses sobre Feuerbach produzidas por Karl Marx e com alterações de Engels, de 1888.

amadurecimento teórico-político, incorporando o marxismo de forma mais consistente e fiel à essência desta teoria. O III CBAS, realizado em 1979, é o marco desta virada, quando o conjunto da categoria assumiu seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora. A influência do marxismo na profissão entra num novo momento, se expressando através de obras de assistente sociais que fazem a mediação entre esta teoria e a profissão. Avança-se na compreensão de que o papel do assistente social é a de desempenhar o papel de um profissional que coloque o seu trabalho em prol das necessidades das classes subalternizadas e não mais da classe dominante. (BARROCO, 2008).

Ainda neste período não se observou, no âmbito do trabalho concreto da profissão, uma ruptura com o ideário conservador. Este ainda insistia na atualidade do controle das famílias pobres, principais sujeitos das políticas sociais, através de intervenções que incidem sobre a organização, modo de vida, repressão e aconselhamento das famílias, priorizando não a desmistificação, mas sim a psicologização das manifestações da questão social.

Nesse período começam a repercutir as primeiras produções de pós-graduação, cuja contribuição para o amadurecimento da profissão foi essencial, como no caso do livro **Relações sociais e serviço social no Brasil**, de Marilda Yamamoto e Raul Carvalho, de 1982 – verdadeiro divisor de águas –, pois foi o primeiro trabalho que buscou, diretamente na obra de Karl Marx, as referências teóricas hegemônicas na literatura e no projeto profissional. Esses autores situaram o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, compreendendo este profissional enquanto trabalhador que vende sua mão-de-obra para se realizar enquanto tal, estando, assim, sujeito aos processos alienatórios e à exploração do seu trabalho. Desse modo, desvendaram o caráter contraditório deste trabalho. Da análise da teoria marxiana, desdobrou-se também a análise do Serviço Social, desde suas protoformas até as suas condições de trabalho na sociedade capitalista. Esta obra permeou:

(...) as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira, destacando-se que expressava um novo projeto profissional em formulação, culminando com o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares; eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência

associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 29)

Portanto, reafirma-se que esse processo de ruptura, com o chamado Serviço Social tradicional, só ocorreu devido à influência dos processos sociais desses períodos, ou dito de outro modo, porque as condições históricas concretas favoreceram a ampliação da consciência, como já destacou Marx em **A ideologia alemã**, (1980); trazendo, para dentro da profissão, os questionamentos da moralidade social burguesa que até então era reproduzida pelos assistentes sociais. E estes questionamentos, embasados na teoria crítica de Marx, foram feitos por autores que, mesmo de forma incompleta, com todos os seus equívocos, tentavam fazer uma releitura da produção de Marx, ora através dos escritos de Marx e Engels, ora de outros que trouxeram novos aportes para a apreensão e interpretação do marxismo. Com isso, mudaram-se os fundamentos da profissão, alcançando-se patamares mais avançados e críticos nos aspectos políticos, ideológicos e éticos.

Foi aquela incorporação teórico-metodológica, haurida nas fontes originais de Marx, que permitiu desentranhar da realidade, afirmar e fundamentar o caráter contraditório do exercício profissional, indissociável das relações e interesses de classes e de suas relações com o Estado que fundam a sociedade brasileira. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 253)

O assistente social, ao se comprometer com a classe trabalhadora, reconhecendo-se também como um trabalhador, passa a ter a responsabilidade de ressignificar o exercício do seu trabalho profissional, para não continuar a reproduzir a lógica liberal burguesa, de ajustamento social para o livre desenvolvimento do capitalismo. Os valores humanistas emancipatórios são os indicados a permear a intervenção profissional, considerando sempre as contradições presentes no exercício da profissão, expressos pelos interesses contraditórios dos mandatários do trabalho do assistente social: as instituições que o contratam e a população usuária.

Este processo de mudança nos fundamentos da profissão não pode ser considerado com um processo acabado. Persiste, no interior do Serviço Social, a

disputa de diferentes correntes teóricas que tentam reavivar o pensamento conservador, sob o pretexto de que a intervenção profissional deve ser tecnicamente qualificada, a fim de dar conta das demandas da sociedade. Este debate deve ser uma constante entre a categoria, pois cada uma destas irá interferir no resultado concreto do trabalho.

3.3 A REFERÊNCIA MARXISTA NO PROJETO PROFISSIONAL

Através da incorporação da teoria marxista foi redefinido o significado social da profissão “enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho” (ABESS, 1996, p. 60), compreensão que permitiu aos assistentes sociais reconhecerem-se enquanto integrantes da classe trabalhadora e que também estão expostos à exploração da mão-de-obra e todas as intempéries do mercado de trabalho. Através do amadurecimento histórico, foi possível avançar para além das elaborações endogenistas que isolavam a profissão do contexto social.

Faz-se então necessário ao profissional que, pela via do conhecimento teórico, da escolha consciente por valores universais, da direção política que atribui a sua prática, bem como de uma postura renovada e qualificada, transcenda a cotidianidade para alcançar o patamar do exercício crítico, competente e comprometido. (GUERRA, 2007, p 12)

O projeto profissional em hegemonia na atualidade é a síntese deste movimento de transformação, que mudou radicalmente as bases teóricas, éticas, políticas e filosóficas para o exercício profissional. Para Yamamoto e Carvalho (2008), esse projeto constitui diferentes dimensões que dão significado à própria profissão. Essas dimensões, segundo os autores, constituem os instrumentos legais concretizados através do Código de Ética (1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/93) e da proposta das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999). Outras dimensões, não menos importantes, que também compõem este projeto, são as entidades de representação da categoria e suas articulações com outras entidades em nível internacional; igualmente, o próprio trabalho desenvolvido pelos profissionais nos seus diferentes espaços sócio-

ocupacionais e, por fim, o ensino universitário devido a sua responsabilidade nos diferentes momentos da formação dos assistentes sociais.

É inegável a importância do marxismo na construção do projeto profissional atual, na designação dos valores éticos, das diretrizes e da centralidade da categoria trabalho à profissão, assim como no reconhecimento da questão social enquanto objeto de trabalho do Assistente Social. Sem a leitura crítica de Marx sobre a sociedade capitalista, provavelmente ainda se estaria dirigindo esforços, de forma subalterna e apática, para reprodução do sistema capitalista através do tratamento moral à questão social.

Sob a apreensão e mediação do real, com a obra de Marx, foi possível a constatação de que o Assistente Social é um trabalhador que realiza as suas atividades estando inserido em processos de trabalho na sociedade capitalista. Este profissional intervém sobre um objeto (a questão social), e que esse se expressa de modo diverso nos mais variados campos onde a profissão atua. Foi possível também compreender que este profissional faz a utilização de um instrumental e que há a demanda no mercado pelo produto do seu trabalho, assim como está sujeito aos processos de alienação sofridos pelo conjunto da classe.

Influenciado por estas conclusões, o projeto profissional propõe uma gama de princípios éticos e diretrizes para a condução do exercício da profissão, tais como: liberdade, igualdade, autonomia, defesa dos direitos sociais, dos direitos humanos, da justiça social, entre outros que objetivam uma sociedade mais justa e igualitária. O estabelecimento destes valores, enquanto centrais ao trabalho do Assistente Social, visa contribuir para superação do discurso tecnicista, da ação sem intenção que divide a teoria da prática. Através destes princípios, o Assistente Social necessita expressar no seu trabalho concreto a mediação entre as situações que lhes são postas e ter a capacidade de elaborar ações condizentes com os princípios da profissão. A materialização deste projeto só poderá ocorrer através de uma intervenção profissional, fundamentada na leitura *crítica* da sociedade e das condições sociais postas no cotidiano de trabalho.

Para Guerra (2007), é imprescindível a efetividade do projeto profissional de caráter crítico, que constitua instrumento de mediação privilegiado do exercício profissional competente e comprometido. Diante de tantos desafios postos à profissão, o projeto profissional é instrumento de enfrentamento das contradições, construindo, assim, uma identidade profissional que rompa com as práticas tradicionalistas ainda presentes e com os chamados neoconservadorismos emergentes na profissão. A proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social tem papel fundamental na materialização do projeto profissional, pois através do processo de formação é possível preparar profissionais capazes de estabelecer mediações coerentes à direção social e princípios éticos que norteiam a profissão para a ação profissional.

O projeto profissional, construído pelo conjunto da profissão, após anos de exaustivos debates que envolveram a participação de diversas entidades representativas, colocou à categoria inúmeros desafios e exigências para sua consolidação. Nesse sentido, não é um exagero afirmar que a base para sua sustentação está na formação dos profissionais. A apropriação dos fundamentos do Serviço Social, o reconhecimento da centralidade do trabalho, capacidade de leitura da realidade social brasileira e análise das configurações expressas pela questão social estão entre algumas das competências exigidas ao Assistente Social, além da introjeção dos valores éticos e postura política, presentes no Código de Ética da Profissão, que passam a dar direção social do exercício profissional almejado.

Para a apropriação destas e outras competências exigidas, se faz necessário mais que intencionalidade; os sujeitos desta profissão precisam estar munidos de um arcabouço teórico e de instrumentais técnicos passíveis de unidade e mediação. Todavia, partindo do pressuposto de que o trabalho do Assistente Social se desenvolve inserido nas relações sociais, sendo assim, atravessado por múltiplas determinações, as condições sociais também devem ser ponderadas, pois estas causam interferências na condução do trabalho profissional.

Como exposto anteriormente, a profissão rechaçou esta posição de subalternidade, aliou-se à classe trabalhadora, ao se identificar como integrante desta classe, e reconheceu a necessidade de apropriação de aportes teóricos e

éticos, condizentes aos princípios humanistas e igualitários, a serem mediados no exercício profissional. Cabe ressaltar que esta compreensão é derivada da aproximação com a teoria marxista, a qual permitiu a análise aprofundada da relação entre o Serviço Social e a realidade social e o descortinamento do objeto de trabalho do Assistente Social: a questão social.

Em conformidade com o projeto profissional que cumpre papel hegemônico entre a categoria, as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996) reafirmam, em sua proposta para a formação profissional, a mesma vertente teórica presente nos demais documentos do projeto. Este documento, que aborda os “Pressupostos da Formação Profissional”, define o Serviço Social enquanto “especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho” (ABESS, 1996, p.60), apontando sua inserção nas relações sociais. Compreende a sociedade numa perspectiva das classes sociais, assim como a produção e reprodução da vida social, sendo determinada pelo sistema de produção capitalista, a mutação das expressões da questão social e a própria particularidade do Serviço Social neste contexto em movimento: “ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve”. (ABESS, 1996, p.60)

Entre os princípios de fundamentação da formação profissional, o documento refere-se diretamente à teoria marxiana, orientando a categoria a adotá-la, na medida em que possibilita “(...) a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABESS, 1996, p.61). A adoção explícita desta teoria enquanto princípio se justifica nas competências apontadas, destacadas como necessárias à formação dos Assistentes Sociais ao longo do documento, pois apontam um profissional capacitado a realizar, entre outras mediações, o reconhecimento das expressões da questão social e com isso criar alternativas de enfrentamento. Logo, este processo precisa ser garantido na formação profissional do assistente social.

A mediação do método e da teoria marxiana é de fundamental importância para o Serviço Social, porque aporta subsídios básicos para desvendar e instrumentalizar práticas sociais transformadoras de enfrentamento à

questão social, logo, o tratamento destes conteúdos na formação profissional deve ser privilegiado, não como mais um conteúdo a ser trabalhado, mas como conteúdo essencial. (PRATES, 2007, p.5)

A capacitação, a partir dos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, precisa objetivar o alcance de atribuições e competências como: a capacidade de análise crítica da realidade social e do seu processo histórico, do significado social da própria profissão, de suas demandas e de como formular respostas para enfrentar a questão social, investigação da sociedade brasileira, sua história, processos sociais e a constituição do capitalismo. Exige-se também que o exercício profissional cumpra-se de acordo com a legislação profissional. (ABESS, 1996, p. 62).

O processo de construção do projeto profissional ocorreu mediado pelo marxismo, direcionando a formação profissional do Assistente Social para a conformidade com o projeto e a legislação profissional, sendo necessária a apreensão desta teoria enquanto fundamento para o exercício profissional.

Sem Marx, e a tradição marxista, o Serviço Social tende a empobrecer-se – independentemente da sua filiação teórica e ídeo-política, o assistente social necessita travar um diálogo sério com Marx e a tradição marxista, sob pena de perder determinações essenciais da sua prática, de fragilizar a sua reflexão teórica e de isolar-se dos debates culturais e profissionais contemporâneos. (NETTO, 1989, p.101)

As diretrizes ressaltam que a nova lógica curricular deve basear-se na dinâmica da vida social e na centralidade do trabalho “como atividade central na constituição do ser social” (ABESS, 1996, p.62), sendo ambos os aspectos determinantes da própria dinâmica da profissão. Para as exigências postas à formação profissional, há a necessidade da apreensão articulada de uma base de conhecimentos que permitam aos assistentes sociais a aquisição de competências orientadas pelo projeto profissional. Estes conhecimentos, assinalados pelas diretrizes, estão divididos nos núcleos de fundamentos: “teórico-metodológicos da

vida social; formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional”. (ABESS, 1996, p.62)

Mais uma vez, a teoria marxista está expressa nos conteúdos básicos dos fundamentos da formação profissional, seja no núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que têm como responsabilidade central “explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizado nas teorias modernas e contemporâneas” (ABESS, 1996, p. 65), seja a partir da categoria trabalho na sociedade burguesa. No segundo núcleo, de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que, além da apropriação “do conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira...” (ABESS, 1996, p.65), assinala como essencial, para a compreensão das manifestações da questão social na sociedade brasileira, a análise crítica e aprofundada da dinâmica das classes sociais. Neste caso, principalmente da classe trabalhadora que irá orientar os processos de trabalho nos quais se inserem. O último núcleo, referente aos fundamentos do trabalho profissional, trata o trabalho do Assistente Social a partir da ideia de processo de trabalho, no sentido ontológico marxiano, que presume objeto, meios de trabalho, finalidade e produto. Considera, também, a historicidade da profissão e as determinações sócio-históricas que a conformam.

Compreende-se que a partir da demarcação destes fundamentos teórico-metodológicos, mediados pelo aspecto ético-político, o Assistente Social poderá ser preparado para criar as estratégias e articulações necessárias ao enfrentamento das expressões da questão social no cotidiano de trabalho, seja na execução de políticas sociais, na gerência das mesmas⁶, seja no imprimir ao exercício profissional a direção social desejada:

A abordagem desta lógica, que não separa história, teoria e método, é a própria matriz crítico-dialética, que possibilita a reconstrução de distintas realidades e do fazer profissional, em diferentes espaços sócio ocupacionais a partir das mediações realizadas. Afirmamos aqui uma compreensão do método dialético como ferramenta de conhecimento e

⁶Embora o assistente social trabalhe em diversos espaços sócio-ocupacionais, seu trabalho acaba sendo mediado pelas políticas sociais e pelo Estado, razão pela qual se destacou esse âmbito do trabalho profissional.

desvendamento da realidade e não como pressuposto teórico-ideológico, ou como pano de fundo. (SIMIONATTO, 2004, p.35)

3.4 O TRABALHADOR ASSISTENTE SOCIAL: AUTONOMIA RELATIVA, POSSIBILIDADES E ENFRENTAMENTOS

Apesar do salto qualitativo ocorrido no interior da profissão, que transformou suas bases fundantes e o aproximou de concepções críticas da realidade, isto não significou uma superação total das contradições constitutivas deste processo. O Assistente Social permanece sendo um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho e que precisa vender a sua força de trabalho para que possa dar materialidade a sua profissão. É regulamentado, enquanto profissional liberal, regido e protegido por um código de ética e pela regulamentação da profissão. Porém, ser um profissional liberal, no caso do Assistente Social, não lhe permite estabelecer relação direta com a população, que é demandária dos seus serviços: é preciso estabelecer esta relação através de um intermediário, ou seja, alguém que forneça os meios de trabalho e que contrate o profissional e o remunere pelos seus serviços.

A realidade social por si só é contraditória, pois expressa simultaneamente as expressões de desigualdades sociais assim como as manifestações de resistência da classe trabalhadora. Os locais de trabalho onde este profissional atua são atravessados por processos conformadores de subalternidade e dependência, que dificultam a realização de um trabalho totalmente comprometido com seus valores e princípios. Por este ângulo, percebe-se o quanto é necessária a apropriação da realidade na sua totalidade para transformá-la conforme dispõem os princípios da profissão. Para isso, exige-se método e intencionalidade, pois apesar dos espaços de trabalho serem entranhados de contradições e barreiras, o Assistente Social possui autonomia para desempenhá-lo, ainda que relativamente. (IAMAMOTO, 2008). E o desempenho desta autonomia, para o enfrentamento do objeto de trabalho, ou seja, da intervenção efetiva e eficaz no âmbito das expressões da questão social, exige apropriação teórica, capacidade de reflexão e abstração, o reconhecimento das contradições, um olhar que ressignifica o aparente e se instrumentaliza para intervir na realidade.

É possível citar enquanto empregadores o Estado, as empresas e agora o chamado Terceiro Setor. Na maioria dos casos, todos demandam uma postura profissional e um produto do trabalho não compatível à direção social adotada pelo Serviço Social.

Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também se materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais. (IAMAMOTO, 2009, p. 39)

É neste campo de interesses contraditórios que se desenvolve o trabalho do Assistente Social, sendo atravessado por inúmeras determinações que ultrapassam os muros da profissão, logo se compreende a importância de transcender as leituras endógenas da profissão, para situá-la no campo da reprodução das relações sociais⁷ da sociedade capitalista, mais precisamente se faz necessário analisar esta sociedade e criar estratégias que resolvam os problemas provenientes da questão social.

Seguindo esta perspectiva, em que o conjunto destas determinações que relativizam a autonomia do trabalho do Assistente Social e, conseqüentemente, o afasta da concretização do seu projeto profissional, torna-se mais difícil visualizar as transformações societárias que são almejadas. Contudo, não se pode rejeitar que é neste mesmo campo de tensões que novas possibilidades podem surgir: “A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável” (CURY, 2000, p. 30). O próprio movimento dialético da sociedade é detentor dos processos de transformação e de superação da realidade. “São essas forças contraditórias, inscritas na própria dinâmica dos processos sociais, que criam as bases reais para a renovação do estatuto da profissão, conjugadas à intencionalidade dos seus agentes”. (IAMAMOTO, 2009, p. 24).

⁷ “Nessa perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social, através das quais o homem se posiciona na vida social”. (YAZBEK, 2009, p. 127)

Porém, não será somente a partir da compreensão desta premissa que os Assistentes Sociais podem superar a dicotomia entre teoria e prática e o trabalho pouco questionador dos dilemas postos nos seu cotidiano. É preciso também bases sociais que contribuam para este processo. Desse modo, é factível a compreensão das dificuldades impostas aos profissionais para a incorporação no exercício do trabalho de uma capacidade crítica e de ações políticas, que venham a permitir a efetividade da garantia de direitos nesta sociedade que, muitas vezes, rumam em um sentido contrário. Como já foi referido no capítulo anterior, é a vida material que produz a consciência dos homens, sendo assim, o Assistente Social, enquanto trabalhador, está sujeito aos processos de alienação como qualquer outro.

Um dos desafios mais importantes para a profissão encontra-se na apropriação de subsídios que permitam a mediação dos aspectos teórico-metodológicos, ético-político e técnico operativos, a fim de imprimir, através do exercício profissional, ações que superem o trabalho imediato, alienado e reprodutor dos conceitos do senso comum. Nesse caso, cabe também ao conjunto da categoria a articulação de estratégias no campo da formação (seja esta a graduação ou a educação permanente), para facilitar o reconhecimento destes dilemas e assim possibilitar aos profissionais a capacidade de realização destas mediações com o trabalho concreto.

Este processo de superação da alienação do trabalho pode se alicerçar na capacidade teórico-metodológica de análise e intervenção social, que contribua para ações conjuntas a outros grupos da sociedade que também compartilham dos mesmos ideais. Situações limites enfrentadas pela classe trabalhadora, cotidianamente, podem se tornar momentos propícios para o surgimento de oportunidades de questionamento de injustiças que se perpetuam, podendo o Assistente Social contribuir para a aceleração desses processos.

Compreender a sociedade capitalista e os processos sociais, numa perspectiva de totalidade, significa conhecer os principais dilemas sociais que irão incidir diretamente no objeto de trabalho profissional. Dessa maneira, aponta-se a premissa para a ruptura com práticas imediatistas, calcadas no senso comum, que colaboram na subalternização do trabalho do Assistente Social.

Nesse sentido, o método marxiano contribui para esta análise macroscópica da sociedade, ao mesmo tempo em que exige sua mediação com a particularidade do objeto de intervenção e de transformação. “Diferente do leigo, em referência à discussão no âmbito profissional, nos cabe investir na problematização dos fenômenos, trazê-los para o campo da análise rigorosa, fecundamente crítica e prospectiva.” (FORTI; GUERRA, 2011, p. 4-5). O método auxilia na desmistificação sobre as demandas levantadas pela população que acessa os serviços, pois sendo expostas ao método, no âmbito da reflexão, não serão mais consideradas demandas individuais que estigmatizam sujeitos, fragmentam os processos sociais e reforçam a moralização da questão social. Fazer do exercício profissional um espaço de execução de tarefas repetitivas e rotineiras, sob a tensão das exigências institucionais a respostas rápidas, contribui para a desvalorização da profissão.

A desnaturalização das contradições do cotidiano abrem portas para novas formas de atuação, na construção de alternativas que afirmem o projeto profissional; também fornece instrumentos quando se necessita negociar, argumentar, apresentar projetos progressistas que transcendam as rotinas institucionais e que incidam na realidade.

A contribuição do método também pode se expandir para o âmbito dos instrumentais técnico-operativos, que dão concretude ao trabalho profissional. Segundo Prates (2003), a forma com que se observa e analisa a realidade, assim como os sujeitos que a materializam, permite que se tenha um novo olhar sobre os instrumentais de trabalho, modificando a forma com que são operacionalizados. Sob a perspectiva dialética, ressalta-se que o processo de intervenção prioriza o aspecto da finalidade em detrimento dos instrumentos, como explica a autora:

Apesar de reconhecermos o Serviço Social como uma disciplina interventiva e, conseqüentemente, ser impossível negar a importância de um conjunto de estratégias que deem conta deste processo de intervenção, é preciso demarcar que na perspectiva dialético-crítica a centralidade é atribuída à finalidade e não do instrumental em si. (PRATES, 2003, p.2).

Este pressuposto confere um significado particular à intervenção profissional e à operacionalização dos instrumentais técnicos, pois somente a apropriação de técnicas de trabalho, como, por exemplo, entrevistas, coordenação de grupos,

dinâmicas, visitas domiciliares, entre tantos outros já conhecidos pela profissão, não significa o alcance de resultados que atendam as reais demandas e necessidades da população usuária. Para tanto, deve haver mediação entre os objetivos, os instrumentais a serem aplicados e a apropriação da realidade onde os sujeitos envolvidos se inserem. Cabe lembrar que este processo não precisa ser realizado de forma isolada pelo profissional, os usuários também devem ser sujeitos deste movimento, conferindo-lhe maior possibilidade de alcances reais e eficazes, ampliando processos fundamentais como a participação e a democracia. Prates conclui que os instrumentais nada mais são que estratégias para chegar a uma finalidade:

Os instrumentos e técnicas são na verdade estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade. Quanto maior o nosso conhecimento teórico, mais ampla será nossa cadeia de mediações, maiores as nossas possibilidades de construí-las. (PRATES, 2003, p. 6)

O referencial marxiano permanece na orientação teórica do projeto profissional do Serviço Social, apesar das pressões do pós-modernismo que têm se expandido principalmente nos espaços de construção de conhecimento. A preservação do projeto profissional crítico, construído e defendido pela categoria, passa primeiramente por sua apropriação e materialização de fato, a partir de um denso diálogo com os clássicos.

O projeto societário hegemônico, que defende a manutenção da ideologia burguesa e, conseqüentemente, do sistema de reprodução capitalista, aparentemente apresenta recursos mais fortes para impedir a concretização dos princípios defendidos pelo Serviço Social. Porém, as transformações societárias defendidas pela profissão não são de sua exclusividade, mas estão na base de um projeto de sociedade almejado por parcelas importantes dos movimentos sociais da classe trabalhadora. Esta premissa por si só exige da profissão a necessidade de ultrapassar os pequenos atos alienados do cotidiano. Este processo de superação da alienação do trabalho pode estar alicerçado na capacidade teórico-crítica de

análise e intervenção social, que contribua para ações conjuntas a outros grupos da sociedade que compartilham dos mesmos ideais.

4 A PRÁXIS PROFISSIONAL: A MATERIALIDADE DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E SUA MEDIAÇÃO COM O MARXISMO

Conforme já mencionado, torna-se fundamental compreender os diferentes determinantes que incidem sobre o trabalho do Assistente Social. Para Yamamoto (2008), este profissional tem sua autonomia relativizada, ou seja, outros processos circundam o pensar, o projetar e o intervir profissional, ora convergindo para a materialização de um trabalho fundamentado no projeto profissional, ora contribuindo para a permanência de práticas conservadoras. É preciso considerar que esta contradição, da permanência do velho e do novo, permeia o trabalho de todos os profissionais, com maior e menor ocorrência, conforme as determinações sociais, entre as quais as condições de trabalho, os níveis de alienação que interferem na capacidade do profissional de refletir e analisar seu trabalho, contextualizando sua condição de trabalhador assalariado também inserido na luta de classes.

Esta etapa da pesquisa tem como objetivo apresentar alguns dados referentes aos sujeitos participantes do estudo, a fim de contribuir para uma análise que se aproxime da totalidade de aspectos e fenômenos que determinam este fazer profissional. Não há dúvidas de que não serão exauridos todos os aspectos que compõem o objeto de estudo, pois, como afirma Kosik (2011, p. 44) na dialética “a totalidade concreta não é um método para captar e exaurir *todos* os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta”. A realidade, neste caso o objeto de estudo, é um processo, é algo em movimento, sendo, assim, impossível de captá-lo na sua magnitude final, mas como totalização provisória, para usar uma expressão marxiana.

Neste sentido, será apresentada primeiramente uma reflexão sobre as condições de trabalho na política de assistência social, *lócus* de trabalho dos sujeitos pesquisados, a fim de contribuir para uma análise mais fidedigna com o que propõe este estudo. Em seguida, serão apresentados os dados coletados que dizem respeito ao trabalho, à inserção destes sujeitos (contrato de trabalho e espaço sócio-ocupacional), assim como a formação profissional (local e ano de graduação) e

qualificação permanente realizada por eles. Apresenta-se a partir de então os resultados subdivididos em blocos, de acordo com os instrumentos de coleta utilizados.

Já na segunda parte, apresenta-se o resultado na segunda fase da pesquisa: a coleta de dados através das entrevistas, que privilegiou os sujeitos que na primeira fase referiram o marxismo como o referencial teórico utilizado na materialização do seu trabalho profissional. Nesse sentido, o objetivo se direcionou para o aprofundamento do tema, a fim de contemplar os objetivos da pesquisa.

4.1 ENFRENTANDO DESAFIOS: AS DIFÍCEIS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS

A Política de Assistência Social permanece sendo um dos espaços que mais emprega assistentes sociais. Sempre houve uma identificação da profissão com esta política, devido principalmente às condições históricas que as criaram, tornando-as necessárias no seio do sistema capitalista. Na conjuntura atual, a Política de Assistência Social sofre fortes mudanças, estando em processo de implementação, em todo país, um sistema que busca integrar e padronizar todos os serviços, na perspectiva de romper de vez com a herança assistencialista que sempre marcou a assistência social no Brasil.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, até 2010, foram criados em todo país 6.801 CRAS e 1.590 CREAS (BRASIL, 2010). Conseqüentemente, cresceu o número de assistentes sociais ocupando estes espaços, já que a própria NOB RH-SUAS orienta a presença destes profissionais na equipe de referência destes serviços (BRASIL, 2006).

A partir desta nova conjuntura, despontam outras contradições no âmbito do trabalho do Assistente Social, ao mesmo tempo em que se recrudescem problemáticas já tão conhecidas desta categoria de profissionais. Apesar dos progressos obtidos em todo país, através da PNAS e do SUAS, ainda se carece de

avanços na esfera do trabalho inserido nesta política e das condições materiais existentes para a sua efetivação.

Partindo de uma leitura dialética de realidade, considerando algumas determinações elegidas como fundamentais para compreender o conjunto do tema proposto, reconhecendo respectivamente que se trata somente de algumas reflexões sem almejar dar conta do tema por completo, neste trabalho faz-se uma tentativa de trazer elementos que explicam a persistência das precárias condições de trabalho, no âmbito da Política de Assistência Social, e suas consequências para a concretização do trabalho do Assistente Social neste contexto.

O assistente social se identifica com a classe trabalhadora, pois também é um trabalhador livre que necessita vender sua mão-de-obra, e, portanto, também um trabalhador assalariado. Assim como os demais trabalhadores, está sujeito às determinações sociais e à alienação que permeiam o mundo do trabalho, tendo sua autonomia relativizada, pois são os empregadores que determinam quais necessidades sociais devem ser respondidas.

Assim, a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo. (IAMAMOTO, 2008, p. 215)

Mesmo tendo em seu caráter ético o compromisso com as lutas e necessidades da classe trabalhadora, o exercício profissional do Assistente Social é permeado por todas estas contradições e jogos de interesse daqueles que requisitam seu trabalho. O importante nesse caso é compreender o contexto onde se processa o trabalho com suas múltiplas determinações. Uma das grandes contribuições da teoria social crítica ao trabalho do Assistente Social está na perspectiva de totalidade, onde a sociedade é apreendida a partir de todos os seus processos e contradições, o que determina o campo de atuação deste profissional. (NETTO, 1989). Não há como se pensar em exercício profissional e na sua particularidade sem compreender os processos sociais que o determinam.

Assim, a trajetória das políticas sociais, mais precisamente da Política de Assistência Social, no Brasil, traz à tona inúmeros aspectos que permitem compreender os atravessamentos do trabalho profissional de quem as executa. As condições de trabalho dos trabalhadores em geral, do setor público como do privado, ressaltam as problemáticas vividas no mundo do trabalho e no mundo de quem trabalha na Política de Assistência Social.

A questão dos recursos humanos é um desafio para toda a administração pública, mas assume características específicas na assistência social, pela sua tradição de não-política, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento na formação de equipes profissionais permanentes e qualificadas, para efetivar ações que rompam com a subalternidade que historicamente marcou o trabalho dessa área. (COUTO et al, 2010, p. 57).

Como foram pontuadas anteriormente, as políticas sociais como um todo sofreram grandes variações ao longo do desenvolvimento capitalista, tendo sua caracterização dependente tanto do quadro econômico mundial, como do acirramento da luta de classes. Tais aspectos sempre determinaram qual o rumo destas políticas: o papel a ser desempenhando na economia dos países e na vida dos trabalhadores, assim como o grau de responsabilidade estatal na execução das mesmas, afetando diretamente no trabalho desempenhado por quem tem a responsabilidade de executar as políticas e, conseqüentemente, a população usuária das mesmas.

Na conjuntura mais recente, o acirramento de crises econômicas e os projetos implementados, na busca de uma superação, causaram mudanças significativas no mundo do trabalho. A década de 1980 ficou marcada pela implantação das políticas de recorte neoliberal, tendo como consequência um reordenamento significativo do mercado de trabalho. A formalidade, que até então era característica dos contratos de trabalho, foi substituída pela informalidade, pela terceirização, o subcontrato, entre outras modalidades onde é peculiar a ausência de direitos. O trabalhador nunca sofreu com tanta insegurança, como indicam os dados sobre a situação mundial que estima 3 bilhões de pessoas vivendo com sua capacidade de trabalho subutilizada, sendo que 1 a cada 3 trabalhadores encontra-

se na situação de desemprego ou exercendo atividades de sobrevivência. Em síntese, condição disfarçada de desemprego (subemprego) (POCHMANN, 2007). Conforme Pochmann (2007), a situação do trabalhador brasileiro também é preocupante, pois com o baixo crescimento da economia na década de 1990, os índices de ocupação só têm aumentado no setor informal da economia, ao contrário de períodos anteriores.

Diante deste quadro, observa-se o aumento da exclusão social de uma parte numerosa e significativa da população e o acirramento da desigualdade social já tão enraizada em nossa sociedade. Um número expressivo de trabalhadores tem identificado no trabalho informal a possibilidade de garantir sua sobrevivência, mesmo que isso signifique jornadas intermináveis, desproteção de políticas previdenciárias, condições de trabalho muitas vezes insalubres (sem estabilidade, sem salário fixo, sem FGTS, sem férias...). Algumas destas ocupações são compostas de particularidades tão distantes do trabalho dito tradicional, que alguns autores alertam que estas novas modalidades não passam de uma forma mascarada de representação do desemprego. (CAMPOS, 2001).

Transpondo esses dados para o espaço da Política de Assistência Social, em contraposição à PNAS e SUAS que preconizam a responsabilidade do Estado na execução dos serviços (questão fundamental para materialização das diretrizes e princípios da política), prevalece a existência de entidades não governamentais no ofertamento dos serviços de proteção social. Junto a este quadro estão os contratos de trabalho dos assistentes sociais, caracterizando-se pela informalidade, temporariedade, baixos salários e superexploração do trabalho.

As consequências desses processos para o trabalho social nas políticas públicas são profundas, pois a terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas. (RAICHELIS, 2010, p. 759).

Acompanha-se o avanço das terceirizações no âmbito do próprio Estado, a exemplo da cidade de Porto Alegre/RS, que mantém em funcionamento 22 CRAS e

9 CREAS que contam com equipes divididas entre trabalhadores oriundos de concurso público e trabalhadores com contratos de trabalho via entidade não governamental de cunho religioso. Ou seja, em uma mesma equipe das proteções sociais nesta importante capital convivem dois tipos de trabalhadores, que executam iguais ações, com mesma carga horária, porém, com níveis diferentes de exploração e salários desiguais.

Em tempos de acumulação flexível, os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores, são requeridos a executar seu trabalho de forma incansável, lidando com a escassez de recursos humanos, atendendo extensos territórios, prejudicando a qualidade dos serviços prestados e impedindo que este trabalhador tenha tempo para pensar sua própria ação. Reforça, assim, processos de alienação e distancia o trabalho objetivo do assistente social dos fundamentos do projeto profissional, desvirtuando a direção social do trabalho. Além disso, expõe o profissional ao adoecimento pelo excesso de responsabilidades e frustração por não alcançar as metas institucionais.

Conforme Raichelis (2010), os municípios têm procurado manter estruturas mínimas, que não dão conta das demandas sociais da população, somente para conseguir manter o financiamento federal para a política de assistência. Assim, Assistentes Sociais e demais trabalhadores deparam-se com estruturas físicas insuficientes para desenvolver as ações preconizadas pelo SUAS, incluindo a escassez de materiais de trabalho e de condução para deslocamento, tornando inviável o acompanhamento das famílias e da inserção em atividades coletivas na comunidade.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PRIMEIRA FASE DE COLETA DA PESQUISA

A caracterização está dividida em dois blocos, a partir de categorias escolhidas para facilitar a compreensão dos dados: trabalho e formação profissional.

Bloco I: Trabalho

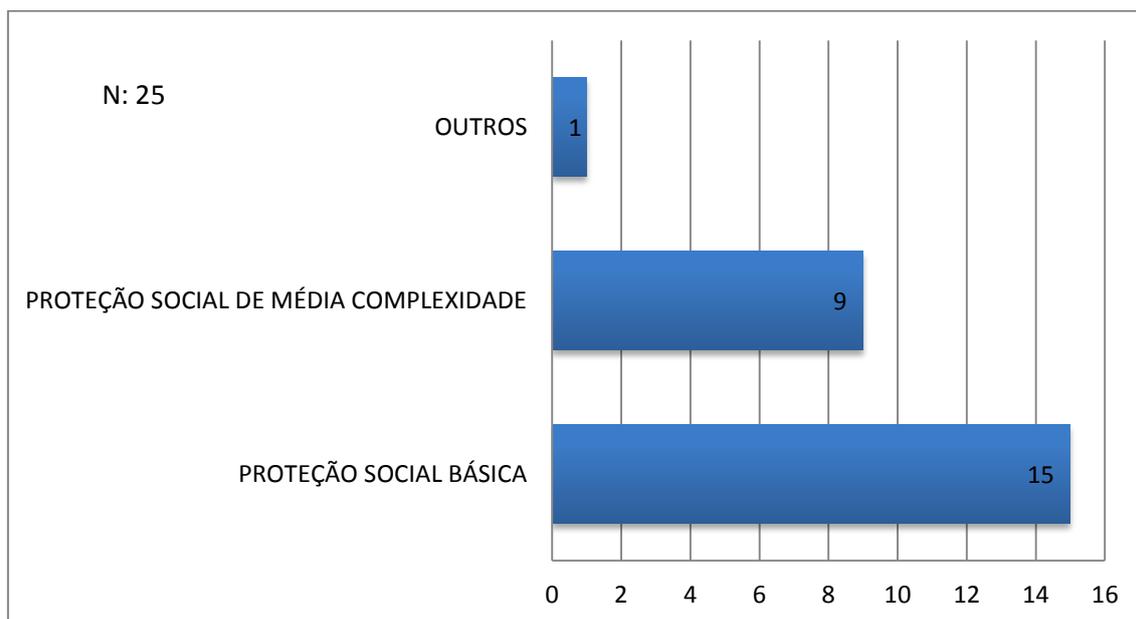


Gráfico 1 – Sujeitos da pesquisa segundo setor de lotação na FASC
Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme é possível visualizar, estes dados quantitativos mostram que a maioria dos sujeitos da pesquisa estão lotados na Proteção Social Básica e apenas 1 respondeu trabalhar no Setor de Coordenação. A concentração nas proteções de básica e média complexidade dão visibilidade ao fato de que estes assistentes sociais atuam na chamada linha de frente da política social, nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), trabalhando em contato direto com os usuários da assistência, em territórios que apresentam o maior nível de vulnerabilidade social do Município. Enfrentam no cotidiano as dificuldades de infraestrutura, acesso, carência de recursos humanos, entre outras características que acompanham as políticas sociais em tempos de acumulação do capital e redução dos papéis do Estado.

Não há dúvidas de que estes fatores influenciam no trabalho profissional, podendo contribuir para um processo de alienação, devido às condições concretas de trabalho e sobretrabalho. Porém, também é possível a existência de resistência através de processos de superação das contradições sociais, a partir da capacidade

destes sujeitos de analisar criticamente a realidade cotidiana do seu trabalho, mediando às condições sócio-históricas do seu tempo presente.

Contudo, e isto é fundamental, são necessárias condições históricas e materiais para que os sujeitos possam desenvolver a consciência crítica, como já destacado anteriormente.

No gráfico seguinte é apresentada a modalidade de contratação profissional dos sujeitos da pesquisa:

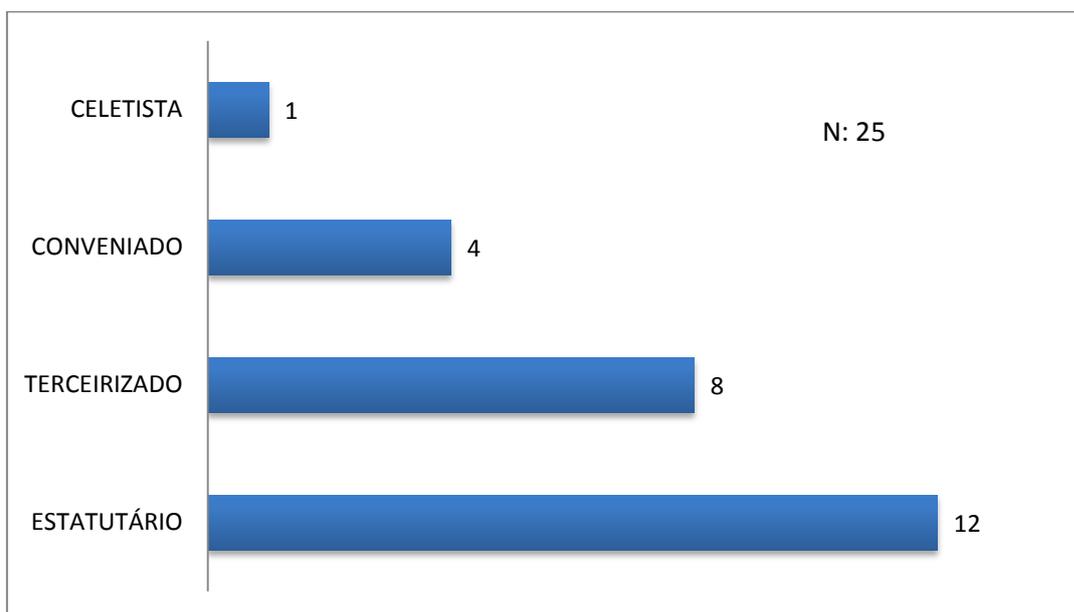


Gráfico 2: Profissionais, segundo modalidade de contrato de trabalho na FASC
Fonte: pesquisa de campo.

O gráfico da amostra apresenta a caracterização dos sujeitos segundo a sua modalidade de contrato de trabalho. Quase a metade dos pesquisados estão contratados como estatutários, ou seja, tem vínculo estável de trabalho, adquirido através de concurso público. Porém, o que chama a atenção é que se trata de um espaço público, gerido e executado pelo Município de Porto Alegre, onde mais da metade dos profissionais, (52%) neste caso, não têm vínculo estável, são contratados através de empresas terceirizadas ou de entidades conveniadas com a FASC, como mostram os dados acima; o que se declarou celetista possui contrato direto com a FASC, através da CLT. É importante destacar que todos estes profissionais trabalham no mesmo espaço de trabalho, possuem as mesmas

atribuições e responsabilidades, a mesma carga horária de trabalho, mas possuem contratações de trabalho diferenciadas. A desigualdade se expressa também através das condições empregatícias de trabalho destes profissionais, onde uma parcela deles possui mais direitos contratuais de trabalho que os demais.

Bloco II: Formação Profissional

A tabela que segue apresenta os sujeitos da pesquisa conforme o ano de término da graduação.

Intervalo	FA	FR
Antes de 1996	8	32%
1996 ----- 2000	3	12%
Após 2000	14	56%
Total	25	100%

Tabela 1: Sujeitos da pesquisa conforme ano de término da graduação
Fonte: Pesquisa de campo

A grande maioria dos sujeitos declarou ter concluído a graduação após o ano de 1996 (68%), o que indica que a graduação ocorreu durante ou depois da implementação das Diretrizes Curriculares propostas pela ABESS (atual ABEPSS) em 1996.

No Serviço Social, este dado torna-se relevante devido aos processos de mudança ocorridos no interior da profissão, que redimensionaram o projeto profissional e que lhe atribuíram o caráter de classe que hoje possui. Conforme já explicitado em capítulos anteriores, a profissão pauta-se em novos fundamentos a partir da década de 1980, passando por um processo de ressignificação, rompendo neste momento com os referenciais funcionalistas e de uma condição subordinada às classes economicamente dominantes. (IAMAMOTO, 2008). Contudo, isso não

significa a total superação da influência conservadora no trabalho profissional, até hoje existente no interior da profissão.

Este movimento de ruptura foi a base dos atuais documentos legais referentes à profissão, no que concerne aos eixos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos que fundamentam o trabalho do Serviço Social, estando entre estes as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996). Este documento representou uma mudança histórica na profissão, pois trouxe novas orientações para a formação com o objetivo de atribuir uma nova direção social.

A partir da participação democrática da categoria profissional se chegou a esta proposta de diretrizes, representando mais do que um documento, mas sim um posicionamento político da profissão. A adoção da teoria social crítica, enquanto instrumento necessário ao trabalho, está expressa enquanto princípio da formação, para respaldar uma ação que considere as múltiplas determinações que compõem a realidade profissional. O Serviço Social passa a ser compreendido na sua processualidade e contradição, tendo a sua constituição assentada na disputa de interesses opostos.

Além disso, a compreensão da profissão, a partir de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, está entre os novos pressupostos para a formação profissional. O Assistente Social deve se tornar, a partir de sua formação, um profissional com capacidade crítica de analisar, questionar e intervir para contribuir para uma sociedade mais justa. (ABEPSS, 1996).

Conforme o gráfico a seguir é possível observar que a menção ao referencial marxista foi em menor quantidade em quem se graduou antes ou durante a implementação das novas diretrizes curriculares do que a dos sujeitos que se graduaram após:

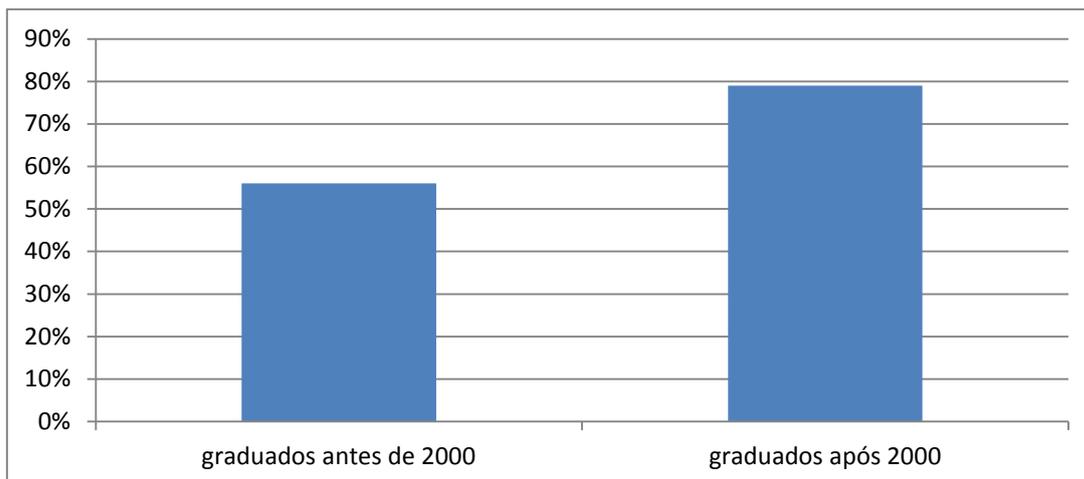


Gráfico 3: Sujeitos da pesquisa que mencionaram o referencial marxista como opção de referencial teórico-profissional, segundo o período que realizaram a graduação em Serviço Social
 Fonte: pesquisa de campo

Conforme apresenta o gráfico, se pode afirmar que as Diretrizes Curriculares de 1996 influenciaram no aumento do conhecimento e da escolha pelo referencial marxista como referencial teórico que orienta o fazer profissional. Faz-se plausível reconhecer que todo o profissional deve manter-se em processo constante de atualização, a fim de garantir que os resultados do seu trabalho estejam condizentes com os princípios éticos e políticos da profissão. Assim, pode-se afirmar que a não alusão ao referencial marxista deve-se primeiramente a uma opção e uma escolha pessoal deste profissional. O gráfico 4 ajuda a confirmar esta hipótese, pois, do total dos sujeitos pesquisados, somente 20% não realizaram nenhum curso de qualificação. Dos que não fizeram menção ao referencial marxista este percentual baixa para 12%.

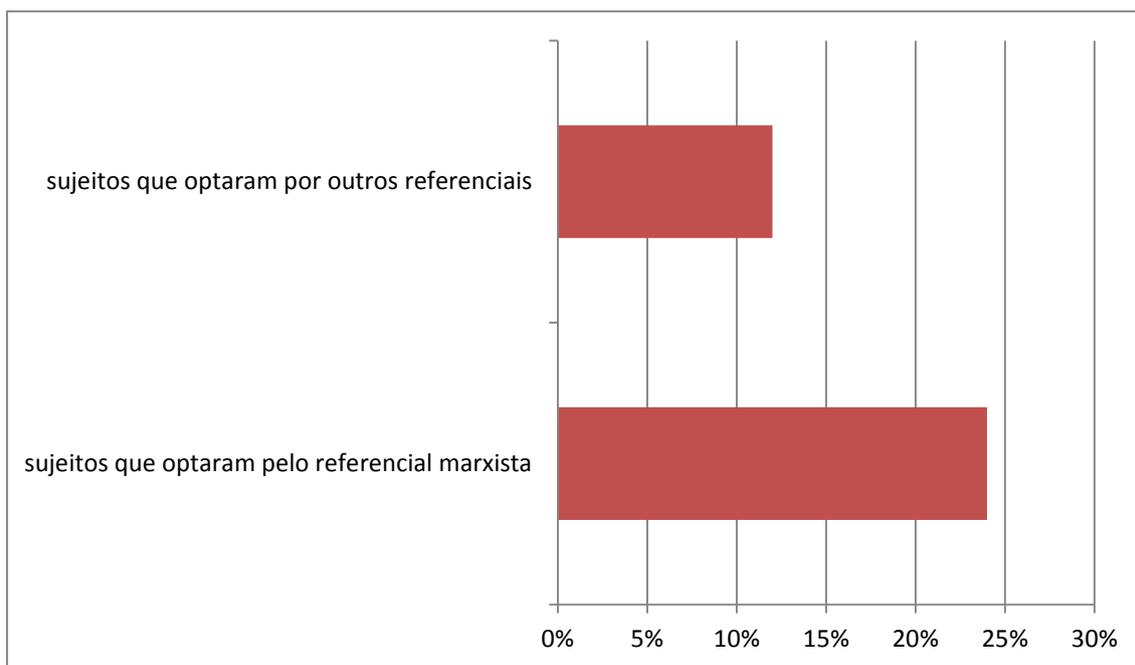


Gráfico 4: Sujeitos pesquisados que não realizaram nenhum curso de qualificação profissional, segundo sua opção de referencial teórico profissional.

Fonte: pesquisa de campo

4.2.1 Os fundamentos teóricos do trabalho profissional do assistente social

Esta etapa da pesquisa apresentará os resultados da investigação no que concerne aos referenciais teóricos utilizados pelos sujeitos da pesquisa no seu trabalho profissional e sua mediação com os fundamentos presentes no projeto profissional do Serviço Social. Serão apresentados, conforme o subcapítulo anterior, os dados coletados quantitativamente e qualitativamente, a fim de contribuir para uma análise mais consistente e fiel aos objetivos deste estudo.

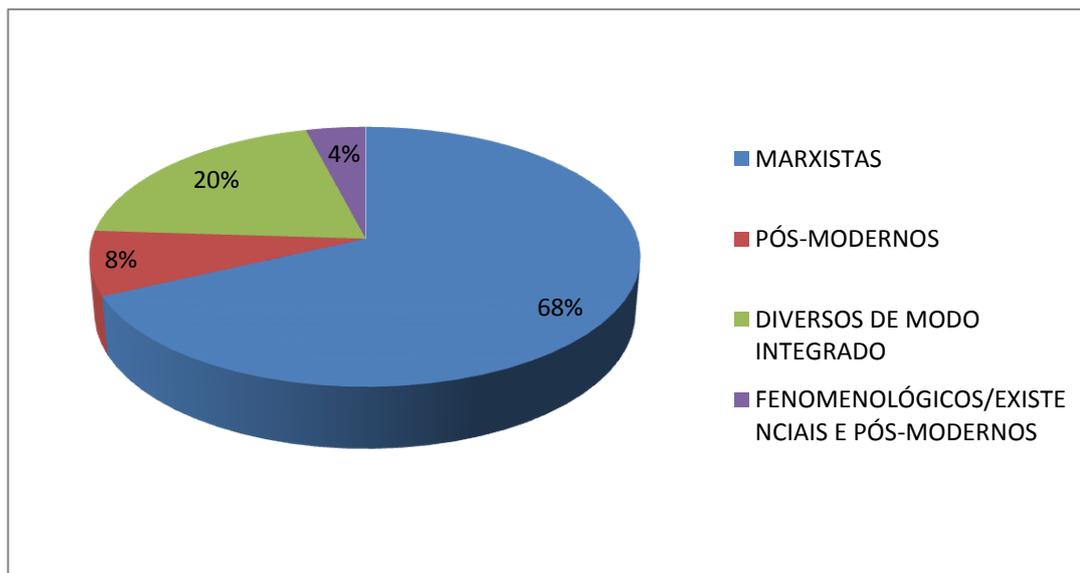


Gráfico 5: Sujeitos da pesquisa, segundo o referencial utilizado para instrumentalizar o trabalho profissional

Fonte: pesquisa de campo

O gráfico 5 apresenta o resultado quantitativo dos dados coletados através da pergunta: “Qual ou quais referenciais que você utiliza para instrumentalizar o seu trabalho?”. Esta questão, presente no questionário, apresentava opções de resposta de múltipla escolha, tendo como opções: referenciais positivistas/funcionalistas, referenciais fenomenológico/existencialistas, referenciais marxistas, referenciais pós-modernos e diversos de modo integrado. A maioria dos sujeitos mencionou o referencial marxista como instrumental de trabalho: (68%) contra 32% que referiram outros referenciais.

A justificativa dos 68% que escolheram o referencial marxista como instrumental de trabalho pode ser dividida em cinco categorias: reconhecimento da importância das categorias dialéticas e do método marxiano para análise e intervenção na realidade; influência da formação profissional; relação deste referencial com a questão social e suas manifestações; comprometimento com a transformação social; e, finalmente, consonância com as normativas e com o projeto profissional.

Motivo	FA	FR
Relevância das categorias dialéticas e do método marxiano para a análise e intervenção na realidade	10	59%
Formação acadêmica	6	35%
É o que melhor explica a questão social e suas expressões	5	30%
Comprometimento com a transformação social	5	30%
Normativas legais da profissão e projeto profissional	3	18%
Não respondeu	1	6%

Tabela 2: Sujeitos da pesquisa segundo a justificativa para a escolha do referencial marxista como instrumento do trabalho profissional

Fonte: pesquisa de campo

Vale a pena transcrever algumas expressões dos sujeitos da pesquisa, que optaram pelo referencial marxista como instrumento de trabalho, em função das categorias dialéticas e/ou do método marxiano:

Sempre me identifiquei com este referencial compreendendo que é a dimensão do trabalho, na concepção materialista da história humana, que produz as condições do ser social. (Sujeito 8)

A compreensão das categorias do método são fundamentais no desvelar da realidade e para poder intervir nela. (Sujeito 20)

Nestas duas respostas apresentadas como exemplo se visualiza a reivindicação da concepção materialista da história. Esta é uma das bases filosóficas de Marx.

Segundo o mesmo raciocínio, os Assistentes Sociais participantes da pesquisa também ressaltaram a importância de compreender a questão social e suas manifestações a partir do referencial marxista:

(...)Por entender que esta teoria explica com maior base as expressões da questão social postas na sociedade. (Sujeito10)

Por romper com práticas tradicionais do Serviço Social vinculadas a interesses de classes dominantes, também por discutir a relação entre a profissão e a sociedade capitalista, portanto nós profissionais optamos politicamente de trabalhar a favor dos explorados e subalternos, na ideia de intenção de ruptura das práticas tradicionais, uma vez que o objeto do Serviço Social é a questão social resultante das relações de conflito capital x trabalho manifestando múltiplas expressões (...). (Sujeito 21)

O salto dado pela profissão, ao reconhecer a questão social como produto das relações de produção capitalista, está vinculado à escolha do marxismo como teoria social hegemônica para o Serviço Social. As raízes e a própria profissionalização do Serviço Social esteve forjada em um período histórico no qual as contradições da sociedade capitalista estavam começando a se desenvolver com certa força, quando a industrialização e a urbanização já eram um fato no país. A questão social, ao se tornar mais latente, seja através do aumento da exploração do trabalho e da pobreza, assim como através da crescente organização da classe trabalhadora, levou a classe dominante, através do Estado, a criar mecanismos institucionais para o “atendimento” às expressões da questão social e, com isso, impedir que esta movimentação no interior do sistema pudesse atrapalhar o livre desenvolvimento do capital.

Até o presente momento, o Serviço Social conseguiu romper com esta direção ideológica comprometida em servir ao desenvolvimento do capital à custa da exploração e da miserabilidade da classe trabalhadora, mas não rompeu com as contradições sociais e históricas que mantêm a profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. A profissão continua sendo requerida por ambas as classes e delas são demandadas respostas em diferentes direções. Tal condição obriga o Assistente Social a ter consciência desta contradição, a fim de imprimir em sua intervenção a direção social desejada.

Portanto, reconhecer as manifestações da questão social a partir da teoria marxista permite ao Assistente Social a apropriação dos diversos determinantes que perpassam o seu trabalho, conduzindo o fazer profissional por caminhos que contribuam aos interesses e necessidades dos trabalhadores, compromisso afirmado no projeto profissional. Este movimento só é possível de ocorrer através da superação do aparente, da pseudoconcreticidade, para usar a expressão de Kosik.

As situações singulares que se manifestam no cotidiano de trabalho como a fome, a violência ou o abandono, por exemplo, devem ser objetos de mediação com os fenômenos totalizantes que determinam essas situações. Isto é, superar o aparente para intervir na essência, pois “a dialética trata da coisa em si. Mas a coisa em si não se manifesta imediatamente ao homem”. (KOSIK, 2011, p.13)

Ao ultrapassar as concepções alienantes que determinam o seu trabalho, o Assistente Social tende a buscar alternativas para contribuir para os processos de transformação social, assentando este eixo como objetivo final do trabalho. O comprometimento com a transformação social está presente em algumas respostas dos sujeitos da pesquisa, como se pode ler a seguir:

Quando escolhemos a metodologia do nosso trabalho, devemos seguir a que mais nos identifica como sujeito de transformação, voltados para uma intervenção mais qualificada em um sistema capitalista contraditório. (Sujeito 25).

(...) Com intensa participação no movimento estudantil, representando os estudantes (...) me identifiquei com o processo de transformação social. (Sujeito12).

Analisando o conteúdo dessas expressões, é possível inferir que ambas justificaram a sua escolha pelo referencial marxista através do conceito de transformação. Na primeira resposta, o sujeito da pesquisa ressalta que sua opção se deu pela identificação com o entendimento de que somos sujeitos de transformação e que isso contribui para intervenção profissional. A segunda resposta coloca a experiência de participação social enquanto estudante como o momento que desencadeou o comprometimento com a transformação social. O eixo “transformação social” no Serviço Social está associado à necessidade de superação da sociedade burguesa, processo presente no pensamento marxiano:

O trabalhador se torna um pobre, e a pobreza se expande ainda mais rapidamente que a população e a riqueza. Evidencia-se, assim, abertamente, que a burguesia é incapaz de permanecer por mais tempo como classe dominante e de impor à sociedade, como leis supremas, as condições de sua própria existência. (MARX, 2005, p.19)

Porém, é preciso ressaltar que a transição para um processo de transformação social não está dada de forma etapista ou muito menos que esta seja a função de uma profissão isolada. Como o próprio Marx referiu, é imprescindível a união da classe trabalhadora. Esta transição depende das condições históricas e sociais, assim como do nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Netto afirma que a transformação social não depende somente das condições objetivas, ou seja, das condições objetivas em que é colocada a classe trabalhadora:

A transformação social não é apenas uma função da existência objetiva de requisições e demandas socialistas: ela é, ainda, e, sobretudo função de uma vontade política capaz de fundar uma estratégia apta a orientar a ação política dos homens para a constituição de uma nova ordem social. (NETTO, 2007, p. 28)

No Código de Ética Profissional do Assistente Social (ABEPSS, 1993), a transformação social está presente nos princípios éticos, através do posicionamento a favor da justiça social; relaciona a defesa da democracia com a socialização da riqueza socialmente produzida; assim como com a defesa de um projeto profissional comprometido com uma nova ordem societária, sem dominação ou exploração de classe. Ao defender esses valores, a profissão expressa um comprometimento que ultrapassa o projeto profissional e avança na orientação de que, para o Serviço Social, também está comprometido com uma nova ordem social, ou seja, com um novo projeto de sociedade que elimine todas as formas de opressão e exploração de classe.

Este compromisso ratificado no Código de Ética e no projeto profissional como um todo, também induz os profissionais a afirmarem o marxismo como teoria social do seu trabalho, como é possível de verificar nos dados coletados nesta pesquisa:

(...) Ainda vale salientar que o projeto ético político profissional fundamenta-se na teoria marxista se materializando no código de ética que sustenta o nosso pensar profissional. (Sujeito 21)

De acordo com as normativas do CFESS, sigo a teoria dialético-crítica, além de me identificar com a mesma e perceber que com o desenvolvimento da sociedade em termos contemporâneos o conflito capital x trabalho continua em evidência. (Sujeito 22).

Por fim, ainda seguindo como referência o projeto profissional, 35% dos sujeitos referiram-se à formação acadêmica como o motivo que os levaram a escolher o referencial marxista:

Por fazer parte da teoria abordada e trabalhada na graduação com maior profundidade, em detrimento de outros.(...) (Sujeito 10).

Acredito que foi na formação acadêmica onde me identifiquei com o referencial marxista. (Sujeito 14).

Conforme explicado anteriormente, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, em vigência na atualidade, materializam a vinculação da profissão com a teoria crítica. Mais que uma orientação normativa para a formação profissional, as Diretrizes assumem um posicionamento político da profissão frente à sociedade. Pressupõe que a formação esteja comprometida em preparar profissionais capazes de pôr em prática suas competências, a partir de um posicionamento crítico e político somado ao reconhecimento das múltiplas determinações dos fenômenos que se manifestam no cotidiano profissional. (MENDES; PRATES, 2009).

4.3 O MARXISMO PRESENTE NO TRABALHO PROFISSIONAL: DESVENDANDO A PRÁXIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Esta etapa da pesquisa constitui-se no aprofundamento sobre a práxis profissional dos assistentes sociais, que participaram da segunda fase do presente estudo, através das entrevistas. Somente 5 foram selecionados dos 25 que responderam ao questionário. O objetivo é conhecer e analisar como estes profissionais compreendem a teoria marxista e como a mediam no trabalho profissional.

Este subcapítulo apresenta outras divisões, elaboradas a partir das categorias analíticas selecionadas com base na interpretação dos dados coletados, quais sejam: orientação teórica para o exercício profissional, contribuições do marxismo à profissão, relação entre a teoria e a prática no trabalho profissional, objeto de

trabalho e suas manifestações no cotidiano, instrumentais de trabalho, práxis profissional, fatores que facilitam e/ou dificultam a materialização do trabalho, produto do trabalho e materialização do projeto profissional.

4.3.1 Orientação teórica para o exercício profissional: como e por que o marxismo

Na etapa das entrevistas os sujeitos da pesquisa na sua totalidade reafirmaram o marxismo como referencial teórico usado na orientação do seu trabalho profissional. Somente um mencionou utilizar além do marxismo outros referenciais. Esta escolha está assentada, segundo os pesquisados, na influência da formação profissional e da própria profissão, como opção pessoal e por entender esta teoria como a mais adequada para a realização do trabalho profissional.

Uma das respostas pode ilustrar a influência da formação profissional e da profissão através de autores do Serviço Social, como, por exemplo, Marilda lamamoto, ao justificar que utiliza o

Referencial baseado em Marx, porque muitos autores do Serviço Social, os quais eu leio, bebem da teoria de Marx, como a própria lamamoto. Venho de uma universidade que também é marxista. (...). (E1)

Embora esse reconhecimento não signifique a apropriação efetiva desta teoria e método, dá visibilidade ao fato de que o marxismo exerce hegemonia central na profissão no campo da formação, através das diretrizes curriculares, na produção teórica, através da pesquisa e dos programas de pós-graduação. O próprio Código de Ética Profissional reconhece a luta de classes e a necessidade de transformação da sociedade para uma organização pautada na justiça e igualdade entre os indivíduos. Portanto, esta referência ao marxismo se deve à influência que o mesmo exerce no projeto profissional.

Destaca-se, também, a referência sobre as categorias e os conceitos presentes no marxismo, através de expressões como: divisão social e técnica do

trabalho, divisão da sociedade em classes sociais, historicidade, totalidade e contradição. Outra expressão que ressalta a influência do marxismo na profissão é o reconhecimento do Assistente Social como parte classe trabalhadora, como um trabalhador que vende a sua força de trabalho em troca de um salário e, ainda, que se insere em processos de trabalho, como é possível visualizar no extrato de fala que segue:

É a teoria marxista, ela me orienta muito na prática profissional, assim como a historicidade, a totalidade e a contradição. São três categorias fundamentais que orientam cotidianamente o meu trabalho profissional e é isso que eu procuro também discutir nas reuniões técnicas, na minha equipe de trabalho e fundamentar o meu trabalho, o processo de trabalho no qual estou inserida. (E3)

Outro entrevistado expõe a importância do marxismo para fundamentar a unidade entre teoria e prática, destacando uma prática orientada pela reflexão com clareza de finalidade, intencionalidade que orienta a intervenção. A teoria permite problematizar cada situação enfrentada no cotidiano voltada à transformação social, seja através do atendimento direto aos usuários, seja a incidência sobre a condução de uma política pública:

(...) acho que a crítica marxista, a práxis: ação, reflexão e ação diferenciada, tem muito a ver com a articulação entre teoria e prática. Você pode agir e buscar na teoria e você agir diferente, porque é um novo momento, então essa é uma linha que eu me oriento, por mais que a gente muitas vezes não tenha clareza o tempo inteiro que isso está na cabeça. Mas assim, de diretriz seria isso pode ser numa pequena entrevista, tu problematizar uma situação com o usuário para ele ter autonomia. Como na gestão, desde mediações micro a partir do que é expresso na comunidade, numa equipe e transformar uma articulação de política pública, então vai do micro para o macro e vice-versa (...). (E5)

Como se destaca nesta fala, o entrevistado menciona a práxis como o movimento que parte do real, do que está expresso na comunidade, para refletir determinada situação e voltar então a este real para uma ação diferenciada. Desse modo, está expresso o movimento da dialética marxista, que parte do concreto, das situações reais da vida, para sua problematização, e volta novamente a este concreto, só que agora ressignificado. Este movimento de ação/reflexão/ação pode estar presente na condução de situações mais corriqueiras do trabalho, como em

uma entrevista, em uma condução de grupo de mulheres, em uma reunião comunitária, até numa incisão mais global sobre as políticas públicas onde atuam os assistentes sociais. Este movimento mostra uma mediação dos fundamentos marxistas na materialização do exercício profissional, que legitima o projeto profissional defendido pela maioria dos assistentes sociais.

A fundamentação pautada no marxismo, mesmo que muitas vezes apropriado de modo superficial, está também apoiada no reconhecimento das categorias dialéticas, como elementos que auxiliam a explicação da realidade e planejamento no cotidiano profissional, orientando os rumos da ação, conforme está explicitado na fala que segue:

Acho que não teria como ser diferente, pois eu acho que a gente tem que compreender a historicidade, a totalidade e a contradição presentes nas demandas que chegam ao nosso cotidiano profissional para fazer um planejamento condizente, dar respostas satisfatórias, para construir, elaborar, propor. (E3)

É possível inferir que as categorias dialéticas não só auxiliam na interpretação das demandas que chegam até esses profissionais, mas também ajudam no planejamento e na construção de alternativas para o enfrentamento das mesmas. Na concepção de trabalho aportada por Marx, na obra **O capital** (2011), mais especificamente quando se dedica a explicar o processo de trabalho e a cadeia produtiva, o planejamento é destacado como processo fundamental que o compõe. Portanto, voltando à expressão dos pesquisados, a mediação do fundamento marxiano ultrapassa o campo das ideias para orientar a efetivação de uma ação profissional. Por exemplo, quando se recupera a história, por fatos significativos, ou pelo conjunto de suas objetivações, de um grupo familiar ou de um movimento social, para buscar a gênese de sua conformação, se está utilizando a historicidade para explicar esses grupos ou processos sociais. Quando se media a análise crítica deste processo com esses grupos, se está utilizando a mesma categoria para intervir no real. Logo, explicita-se aqui as possibilidades ao mesmo tempo analíticas e interventivas da mediação das categorias do método. (PRATES, 2009)

4.3.2 Contribuições do marxismo à profissão

No que concerne às contribuições do marxismo para o Serviço Social, foi destacada nas entrevistas a possibilidade de compreender através desta teoria a realidade na sua totalidade, partindo das condições de vida dos usuários atendidos por estes profissionais. Foi ressaltada novamente a questão da divisão social e técnica do trabalho que determinam as relações sociais. As condições de trabalho dos usuários atendidos foram mencionadas como condicionantes dos problemas sociais enfrentados pela população, como a ausência e violação de direitos sociais. Também foi feita referência à importância de compreender o modo de organização da população, assinalando a contradição presente nas expressões da questão social, manifestadas através das desigualdades sociais e das resistências travadas pela classe trabalhadora para a superação das condições de opressão a que estão sujeitos. A seguir, a fala de um profissional como ilustração:

Bem, vou falar um pouquinho daqui, do trabalho totalmente informal, já que Marx traz a divisão social e técnica do trabalho, e os sujeitos que aqui vivem (usuários dos serviços do assistente social) trabalham informalmente sem seus direitos trabalhistas, é importante observar a questão da totalidade. Como eles se organizam enquanto seres passíveis de direitos, (...). Acho que é isso, a questão de como eles hoje se organizam no seu ambiente, a própria comunidade, como se envolve nisso também. Eles se ajudam muito, não sei se é isso, mas é uma das contribuições que Marx traz, ver o sujeito na sua totalidade, não só aquela pessoa frágil, mas o potencial deste sujeito. (E1)

Conforme está destacado, o entrevistado parte do seu próprio trabalho para explicar as contribuições do marxismo à profissão. Inicia sua explicação pelas condições de trabalho dos sujeitos que procuram os serviços profissionais, enfatizando as contradições vividas pela classe trabalhadora: por um lado, a exploração pelo trabalho somado à ausência de direitos e, por outro, a organização e solidariedade de classe. Embora não mencione a categoria contradição, esta se explicita quando reconhece o sujeito não só como fragilidade, mas ao mesmo tempo como potencialidade. Este relato remete ao que Marx e Engels revelavam em **A ideologia alemã**, quando explicavam sua concepção materialista do mundo:

Contrariamente a filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. (MARX; ENGELS, 1980, p.26)

Outra contribuição desta teoria, mencionada nas entrevistas, se refere ao aspecto da processualidade como condição inerente à realidade social, sendo passível somente de caracterização através de uma totalização provisória:

Dentro das contribuições na minha profissão, eu entendo o movimento do social como um movimento muito dinâmico, um processo sem limite, inacabado. (E2)

Conforme Lefebvre, compreender o movimento é a tarefa proposta pelo método marxista:

O método marxista propõe ao pensamento humano a mais difícil tarefa, perante a qual tinha até agora falhado; compreender as coisas em movimento – compreender as relações das realidades, evitando destruir e deformar essas realidades nas suas contradições. (LEFEBVRE, 1983, p. 238).

O reconhecimento de que a realidade está em movimento exige um pensamento e uma ação propositiva que também esteja em movimento, ou seja, que se ressignifique sistematicamente a partir de novos aportes. Significa também o reconhecimento quanto à possibilidade da transformação, já que a realidade está sempre em um processo de devir.

Nesse sentido, outro exemplo concreto é esclarecedor. Se numa determinada comunidade se constata a existência de um número significativo de mulheres que sofrem violência doméstica, isso não significa um estado permanente, pois nada é estático; os fenômenos sociais podem ser enfrentados e modificados. Porém, a condição para esta mudança depende de elementos objetivos para que ela se processe. Para que mulheres rompam com ciclos de violência doméstica são necessárias possibilidades concretas, de que possam, por exemplo, subsistir sem o auxílio dos agressores, o que pressupõe a inserção produtiva, local adequado para que possam proteger-se. Essas são condições objetivas, para além da reflexão e

ampliação da consciência, sobre os processos de violência sofridos que podem também ser instigados de modo a terem as condições para fazer uma ruptura com o ciclo da violência, ou pequenas convulsões revolucionárias, para usar uma expressão marxiana. (PRATES, 2009)

No que concerne aos estímulos a esses processos emancipatórios, são importantes iniciativas como campanhas educativas, denúncia de quem comete esta violência, criação de uma rede de apoio para combater estas situações, apoio às mulheres vítimas de violência, entre outras ações que podem impulsionar as rupturas, mas, reitera-se, as condições objetivas são fundamentais e nesse sentido a articulação junto às políticas públicas pode favorecer esses processos, se a ele forem direcionadas.

A superação da imediatividade foi expressa por outros sujeitos entrevistados enquanto contribuição do marxismo à profissão. Foi conferida à teoria marxista a possibilidade de desmistificar o imediato, ou seja, superar as análises que privilegiam o senso comum e enxergar cada situação a partir das suas múltiplas determinações, à luz da totalidade. Dessa forma, o Assistente Social pode superar a realização de práticas assentadas na moralização da questão social, que consiste em atribuir aos sujeitos a culpa por sua condição de miserabilidade.

Compreender este sujeito a partir da superação do imediato é compreendê-lo na sua história de vida, condições de trabalho e de moradia, no contexto onde se insere, considerando as alternativas oferecidas pela sociedade para mudar esta condição, a partir da mediação com as condições sociais e econômicas do tempo presente e suas particularidades regionais e locais que atravessam a vida de todos os trabalhadores. Relacionar, portanto, sistematicamente universalidade e particularidade.

Outro sujeito entrevistado destacou a sua inquietação com a forma como a sociedade está organizada. Desse modo, o marxismo é uma teoria que auxilia na crítica à sociedade e aponta para a sua transformação; esse aspecto está identificado no depoimento a seguir:

Pura inquietação, se a gente não concorda com a sociedade organizada, da forma que está exposta, há a necessidade de mudança, há a necessidade

de relações diferenciadas, relações horizontais, de participação, que as pessoas possam ter voz e ter relações diferentes, que a gente possa construir “com” e não “para”(...). (E5)

A inquietação neste caso pode ser vista como o reconhecimento das contradições da sociedade capitalista, que produz ao mesmo tempo riquezas, mas também a miséria da maioria da população. Portanto, é expressão de um contraponto à acomodação. Há também, neste depoimento, a referência a processos sociais emancipatórios, destacando a participação dos sujeitos na construção de alternativas a esta sociedade e ao modo como está organizada. Sendo assim, evidencia a necessidade de uma intervenção profissional direcionada a contribuir com processos democráticos, que privilegiem o protagonismo dos sujeitos. Complementando, o profissional entrevistado destaca:

(...) numa relação marxista tu compõe uma relação participativa e eu só acredito em processo participativo por mais difícil que seja esse exercício democrático. Ele é mais difícil, mas ele é necessário. (E5)

O pesquisado conecta desta forma o marxismo aos processos participativos, democráticos e de protagonismo social, mesmo reconhecendo ser este um movimento mais difícil de ser realizado. Isso se justifica especialmente porque a história da sociedade brasileira é marcada pelo escravismo, colonialismo, ditaduras e populismo que reduziram, ao longo de sua constituição, a construção e o fortalecimento de espaços para o exercício da participação. Porém, apesar das adversidades e mesmo em razão delas, esse é um importante compromisso almejado pela profissão, no sentido de contribuir com a ampliação e solidificação de processos e espaços participativos essenciais à construção de uma sociedade justa e igualitária.

4.3.3 Relação entre a teoria e a prática no trabalho profissional

Ao serem questionados sobre a relação entre teoria e prática, todos os sujeitos da pesquisa entrevistados (5x5) aludiram para a importância de sua não dicotomização na realização do trabalho profissional. Reafirmou-se que a teoria

possibilita enxergar a realidade de trabalho de outro modo, superando análises superficiais e reconhecendo a multiplicidade de determinações que a condicionam. Contudo, em um depoimento, mesmo reconhecendo que é possível visualizar as contradições presentes no cotidiano de trabalho, a partir da mediação com a teoria marxista, um profissional reiterou em sua resposta traços conservadores, como é explicitado no relato a seguir:

(...) Eu posso trabalhar na potência, dando empoderamento para esse sujeito, autonomia, que às vezes chegam aqui sem saber fazer um documento, muitos saem daqui melhor do que chegaram. Bom, dando o caminho, mas como podemos fazer isto juntos? No coletivo, não dando as formas, mas sim, a maneira de chegar até lá, fazer com eles. Não vou eu dar de mão beijada, mas trabalhar juntos, como podemos sair desta situação, empoderá-lo. (E1)

Fica evidenciada nessa expressão a convivência entre elementos que reiteram uma relação messiânica de trabalho profissional e subordinada de sujeito “eu posso trabalhar(...) dando empoderamento para esse sujeito”; e moralizadora da questão social e das políticas que lhes são constitutivas “não vou dar de mão beijada”; apesar de, por outro lado, avançar, na medida em que reconhece a potencialidade do coletivo, enfatizada por Marx (1980, p.116), quando ressalta que: “apenas na coletividade (de uns e outros) é que cada indivíduo encontra os meios de desenvolver suas capacidades em todos os sentidos (...)”. Assim, o depoimento, contraditoriamente, valoriza o trabalho coletivo e a potencialidade dos sujeitos, mas superdimensiona o poder e o trabalho profissional.

Nos demais depoimentos, a relação entre a teoria e a prática é ressaltada como algo presente no trabalho profissional, o que, segundo destacam os pesquisados, é potencializado pela relação com outras profissões, através da troca de saberes, da convivência com os estagiários que contribuem com os conhecimentos da academia, ou na fundamentação do trabalho por meio da mediação da teoria com as abordagens concretas realizadas. Este processo exige a capacitação permanente, o que se faz não só através da formação formal, mas via leituras e debates sistemáticos e da constante problematização do próprio trabalho

realizado. Estes aspectos levantados podem ser identificados nos trechos de relatos que seguem:

(...) Não tem como na prática tu exercer a profissão sem ter o conhecimento da teoria, é muito importante. Tento ler, estudar, pesquisar como também dividir com alunos os trabalhos, estagiários, com os outros colegas, eu acho super importante estas trocas. Também tento exercitar muito isso da troca de ouvir os outros, as outras opções, o que os estagiários estão estudando, o que podem trazer de teoria, muitas vezes aprendo com um estagiário, com uma colega, no outro dia estou exercitando, a gente está sempre aprendendo. (E2)

(...) Eu sempre trago assim, materiais para que a gente possa fomentar discussões, quando a gente tem assim uma discussão de caso, eu procuro trazer materiais para que a gente possa discutir sempre fundamentando, porque a construção da teoria é a partir da prática, a partir da leitura da realidade, eu acredito nisso, vejo assim. (E3)

No último relato apresentado, novamente é referido um aspecto muito importante da teoria marxista, que é o seu caráter materialista. O Assistente Social pesquisado parte do seu trabalho cotidiano, a partir da análise de casos concretos e realiza as abstrações, a fim de compreender cada situação no que expressa de particular e universal. Desse modo, a teoria serve de instrumento para realizar estas abstrações e mediações, viabilizando o rompimento com o imediato e a apropriação dos contextos que conformam as vidas de sujeitos singulares e coletivos com os quais trabalham.

As condições de trabalho enfrentadas pelos Assistentes Sociais, independente dos campos sócio-ocupacionais onde desenvolvem o seu trabalho, seja relacionado às políticas sociais, empresas ou ao terceiro setor, assim como os demais trabalhadores, são marcadas pela sobrecarga de tarefas, exigência de uma multiplicidade de funções que deveriam ser de responsabilidade de mais de um profissional, com carga horária extensa e metas algumas vezes impossíveis de serem alcançadas, o que resulta numa interdição, mesmo que parcial, da sua capacidade de criar, refletir, avaliar e planejar o seu próprio trabalho. Essas condições favorecem processos de alienação, o que foi destacado por Marx, no conjunto de sua obra, como uma característica do modo de produção capitalista.

O trabalho alienado, para Marx, é aquele no qual o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, nele não se realiza nem se desenvolve, apenas se desgasta física e emocionalmente como força de trabalho.

Conforme já desenvolvido em outros capítulos, a divisão social e técnica do trabalho no capitalismo favorece a separação entre os trabalhadores que pensam e os que fazem, sendo algo percebido pelos profissionais que atuam na execução final das políticas sociais. Além disso, a forma como está organizada a sociedade não privilegia a garantia de direitos, a partir dos princípios defendidos pelo conjunto da profissão, e mesmo os estabelecidos nas políticas sociais que, na verdade, não se materializam integralmente, o que expõe o profissional a desafios onde os objetivos parecem distantes de serem alcançados. O relato que segue auxilia na compreensão do modo como isso é percebido por estes profissionais:

Eu acho que é o que nós temos que avançar, essa relação entre a teoria e a prática é muito difícil a gente unir, (...). Neste sistema neoliberal, tudo vai contra aos nossos princípios de igualdade, direitos, justiça social e desse jeito o profissional sofre muito, pois a gente está na contramão, isso é uma coisa que eu pessoalmente me angustio bastante, me deprimos bastante. Você está num sistema que ele é contra tudo aquilo que tu acredita, (...). (E4)

A continuidade desta resposta expõe a inquietação deste profissional frente ao conflito de interesses entre a lógica do mercado e os valores profissionais defendidos; expõe, ainda, uma importante tensão presente nas condições de trabalho do Assistente Social, a tensão entre o projeto profissional e os limites do processo de assalariamento.

(...) Já pensei em várias vezes largar por questões de ética e não largar pelo financeiro. Então é a profissão que tu entra, mais entra em conflito. É, o Serviço Social é bem complicado. É uma contradição eterna, eu sou uma pessoa que estou sempre em conflito, gasto horrores com terapias porque é bem "punk", assim é complicado. (E4)

A teoria também é vista como parte da identidade, como algo que orienta e identifica o seu exercício profissional. A mediação da teoria marxista para o exercício profissional requisita ao Assistente Social uma desestabilização do conservadorismo muitas vezes reiterado nos espaços profissionais, exige um profissional crítico e

propositivo, provocador, no sentido de desacomodar e problematizar determinadas situações que poderiam ser ignoradas. Esse caráter crítico do Assistente Social propicia uma dinâmica de trabalho que favorece a compreensão dos conflitos, como parte constitutiva do real e que reconhece nas problemáticas enfrentadas no dia-a-dia, não só expressões de desigualdade, mas potencialmente condições para provocar mudanças:

A teoria é o que nos orienta, é o que nos identifica. Acho que é também o Serviço Social dentro de outras áreas, ele é um provocador na medida em que na assistência social a gente não trabalha só com assistentes sociais, a gente trabalha com a psicologia, a pedagogia, o jurídico, a gente é um eixo, não necessariamente de aglutinação, mas de problematização, de problematizar situações para que mude a realidade, então esse é um desafio grande do Serviço Social de problematizar, não aceitar situações como dadas. (E5)

Portanto, a teoria é vista como um instrumento de problematização do concreto e, mais que isso, como propulsora de mudanças, na medida em que propicia o desvendamento das contradições. Desse modo, a teoria marxista torna-se um instrumento essencial no trabalho profissional, pois permite analisar as situações encontradas no cotidiano, compreendê-las na sua origem e movimento e propor novas formas de enfrentamento, visualizando a transformação da realidade:

Qualquer contradição pensada ou tomada conscientemente exprime e reflete contradições reais. A consciência de uma contradição não lhe dá existência: agrava-a e encaminha-a simultaneamente para a solução. A contradição na consciência provém da tomada de consciência de uma contradição objetiva, anterior a consciência que dela tomamos. (LEFEBVRE, 1966, p.15).

Na continuidade do último relato, o entrevistado reafirma a compreensão das disputas e conflitos como parte desse real e que a melhor forma de lidar com estes processos é os enfrentando, trazendo essas contradições à luz da sua apreensão junto aos demais profissionais e usuários da política, mesmo considerando ser este um caminho mais difícil e demorado, porém democrático e resolutivo. Representa um método de trabalho que almeja também incidir em mudanças mais globais, através da soma de trabalhos que, aparentemente, são corriqueiros, mas que pode contribuir para mudanças que atinjam as políticas na sua totalidade:

Isso gera alguns conflitos, conflitos positivos e necessários. Há diferenças de olhares e caminhos, não necessariamente um único caminho, existem vários caminhos, acho que o respeito também às outras áreas, como é que a gente constrói isso que é desafiador. É desafiar essa construção que aparece na prática da assistência social. Ela está sempre mudando, inacabada, mas não é ruim, eu acho isso positivo, a cada ano a política da assistência social tem nos mostrado saltos positivos em nível nacional na mudança de valores. (E5)

4.3.4 O objeto de trabalho e suas manifestações no cotidiano

O objeto de trabalho do Assistente Social foi outro aspecto abordado nas entrevistas, com o objetivo de analisar a compreensão dos sujeitos sobre este conceito e sua apreensão sobre como se materializa nos seus campos de trabalho.

A maioria dos sujeitos reconhece a questão social como o objeto de trabalho do Assistente Social, porém alguns a definiram como “questões sociais”, não apresentando desta forma uma compreensão clara deste conceito. Questão social é apenas uma: é produto da contradição existente entre o capital e o trabalho, que gera as desigualdades sociais e as formas de resistência a esta condição. A seguir, um relato ilustrativo sobre este tema:

São as questões sociais que se manifestam aqui, e eu trabalhando com as Medidas Socioeducativas aparecem também na realidade outras questões sociais que se manifestam no dia-a-dia no nosso espaço de trabalho (...)
(E2)

Enquanto expressões de desigualdade social, foram referidos diversos exemplos presentes nos espaços de atuação profissional tais como: desemprego, trabalho informal, violência, discriminação, ausência de políticas sociais, atos infracionais, exploração sexual, entre outros. Um dos sujeitos da pesquisa apontou um conjunto de desigualdades, tendo o desemprego como centro, como desencadeador de outras situações que explicitam a pobreza com que vivem os sujeitos usuários e que se convertem em demandas de trabalho:

(...) é o desemprego. E a questão de trabalho informal é através do próprio desemprego, que leva as pessoas a trabalhar na reciclagem em situações

totalmente insalubres. A violência, a discriminação destes sujeitos de não conseguirem trabalho. Parece que estamos assim, em uma região à parte de Porto Alegre, as pessoas não conseguem inclusão, não conseguem comida, por isso são muito frágeis. (E1)

Contudo, reitera-se que a questão social, fruto da contradição, não se materializa apenas pela via da desigualdade, mas também traz como contraponto as resistências empreendidas pelos sujeitos a essas desigualdades. As resistências, enquanto formas de enfrentar as expressões de desigualdade, são vistas como algo tão necessário quanto o reconhecimento dos problemas vividos pelos trabalhadores, é a forma de perceber as possibilidades, onde em princípio só se enxerga resignação:

Ele se manifesta de diversas formas, nas acolhidas individuais e coletivas, desde as necessidades básicas, nas relações familiares, nos rompimentos dos vínculos familiares, das pessoas também que estão fora do mercado de trabalho. Também as potencialidades, que a gente deve enxergar nos usuários que acessam a assistência social, pois a questão social é também resistências. (E3)

Em outro depoimento, o pesquisado explicita trabalhar na contradição entre a resignação e a mobilização, pois expressa reconhecer os limites da política, aos quais, de certo modo, se resigna, e, por outro lado, reconhece que os usuários devem ser estimulados a protagonizar mudanças para a melhoria dos serviços prestados e para tencionarem o instituído, legitimando processos de ampliação dos direitos:

(...) se trabalha o que se pode realmente, até por causa da política da assistência social que precisa também ser respeitada, os limites e as possibilidades, não tem também como a gente traçar uma ideologia e seguir cada um a sua, não, tem que trabalhar dentro da política do que a política oferece, mas também sempre tencionando para que o próprio usuário seja o promotor, que ele também promova e ajude a tencionar a política para que se possa pelas brechas ir evoluindo dentro da política também. (E2)

Outro aspecto importante a ser enfatizado é o destaque dado pelos entrevistados às formas e condições para o enfrentamento à questão social. Nos depoimentos aparece a preocupação em como resolver as demandas sociais, considerando as disputas e os interesses políticos presentes na gestão das políticas

que interferem diretamente nas condições de trabalho, bem como na forma de solucionar os problemas surgidos no cotidiano de trabalho, tendo em vista que estes profissionais também sofrem diante das dificuldades do mundo do trabalho. Surgem, dessa forma, sentimentos de resignação e de angústia, mas, ao mesmo tempo, estes profissionais relatam se sentirem desafiados e reconhecem algumas competências que os particularizam e podem contribuir para processos transformadores, como é possível conferir nos relatos a seguir:

(...) eu acho que o principal foco é como a gente enfrenta para tentar que seja um pouco menos oprimido, só que a gente tem uma angústia profissional, não vai conseguir nunca sanar, porque a gente vem da ideologia lá da faculdade marxista, isso e aquilo, que agente vai conseguir ter um mundo mais justo e igualitário, emancipatório. Ai agente chega lá e bate com a cara na parede (...), porque aí vem também o meio político que te impede, também tu vê que está em um órgão público, tu vê que tudo funciona devagar, que tu vai ser esmagado por esse órgão, vai depender de interesses políticos, vai depender de quem está gestando a máquina pública, vai depender de interesses que tem por trás desses políticos. (E4)

A questão se expressa nessa problemática, eu acho que esse é o grande desafio e a articulação eu acho muito importante, a articulação com outras políticas, nesse sentido estamos permanentemente nos desafiando, mas acho que os assistentes sociais têm uma capacidade, são mais preparados para esse processo de articulação em rede local, municipal, enfim, onde estejam, buscam essa articulação e a mudança de uma realidade. (E5)

A influência de uma formação profissional pautada na orientação marxista novamente aparece como elemento mobilizador, no sentido de desacomodar o sujeito frente a uma realidade institucional limitada. Por outro lado, o real não apresenta somente elementos que favorecem lutas e processos emancipatórios, mas apresenta limites muitas vezes desestimuladores. É neste real concreto, contudo, nestas condições adversas que o trabalho profissional se materializa, e não em condições ideais. Talvez uma mediação mais efetiva desse concreto precise ser privilegiada na formação. Nesse sentido, vale um adendo em relação às propostas de ensino a distância, nessa área que precariza ainda mais a formação. A experiência concreta em sala de aula e a mediação com campos de estágio e supervisão são fundamentais à formação de um profissional crítico, com competência para enfrentar a concretude cotidiana, reconhecendo suas contradições inclusivas.

Porém, é possível compreender que diante dos aspectos contraditórios que compõem os espaços de trabalho e atuação, surjam, do mesmo modo, sentimentos contraditórios. Superar a alienação nestes casos, para o Assistente Social, é tão difícil quanto a qualquer outro trabalhador. Além das condições sociais, que às vezes acarretam em processos de maior ou menor consciência dos trabalhadores, cabe também ao Assistente Social manter viva a sua capacidade de inquietar-se frente às contradições e manter clara a finalidade de cada ação profissional, a fim de imprimir, na sua intervenção, a transformações da realidade almejadas. Como ressalta Iamamoto, este profissional deve ter apropriação teórica para que esteja impresso no seu arsenal técnico-operativo o caráter político que pretende seguir:

(...) Por outro lado, supõe, ainda, uma clara subordinação do exercício técnico-profissional às suas consequências políticas: aí o caráter propriamente técnico subordina-se à dimensão política dessa prática. Portanto, trata-se da necessidade de uma reflexão sobre o caráter político da prática profissional, como condição para o estabelecimento de uma estratégia teórico-prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classes da legitimidade desse exercício profissional. (IAMAMOTO, 2008, p.95)

Desse modo, se torna possível o estabelecimento de mediações que acarretem em uma intervenção profissional compromissada com os interesses da classe trabalhadora, mesmo considerando os condicionantes do trabalho profissional devido à sua dependência das instituições burocráticas do Estado, que muitas vezes está a serviço da burguesia.

4.3.5 Instrumentais de trabalho

Como já ressaltado, o trabalho do Assistente Social é condicionado por diversos aspectos que devem ser considerados na análise e interpretação do produto da intervenção. Dentre estes condicionantes, devem ser compreendidos os meios empregados na realização do exercício profissional. Quando perguntados sobre como definiam seus instrumentais de trabalho, os entrevistados destacaram: a escuta, a observação, a visita domiciliar, os encaminhamentos, a mobilização de recursos disponíveis no próprio serviço e na comunidade, o planejamento e a

execução de programas. Também foi exposto o uso de materiais teóricos como instrumentos para a mediação no trabalho. Na sequência, alguns relatos ilustrativos:

(...) eu preciso de recursos além dos instrumentais, das entrevistas, dos recursos material e didático, da parte burocrática que envolve toda a documentação do adolescente, eu preciso ter aqui sempre as unidades executoras, as vagas, eu preciso de recursos como passagem de ônibus para eles circularem (...). (E2)

Vários como a visita domiciliar, a escuta sensível que eu acho que é um instrumento também. Daí entra numa discussão que eu acho que a gente tem que fazer, observar bastante, também tem que planejar, tem que executar e as pessoas não são acostumadas a planejar, eu acho que vai depender muito do profissional, é unir a teoria com a prática, executar, planejar, programar para a execução, isso a gente não faz, não faz por falta de tempo, também porque a demanda vai ser sempre maior. (E4)

Verifica-se que existe, de parte dos pesquisados, a preocupação com a intencionalidade da ação que deve ser expressa através do manuseio adequado destes instrumentos, pois a apropriação técnico-operativa não pode ser restrita à mera aplicação de um instrumento de trabalho, mas a sua utilização à luz da teoria que lhe dá fundamento. O sentido do trabalho está na finalidade do trabalho e em como este processo é conduzido, se há contribuição para o fortalecimento de práticas democráticas e emancipatórias, estímulo à participação dos usuários de forma coletiva, articulação com os demais profissionais aproveitando os conhecimentos de cada área, estímulo à integralidade das ações políticas, entre outros processos que são coerentes com a direção social da profissão. Os instrumentais também são pensados a partir de como é realizada a mediação entre teoria e prática, sendo assim, não podem ser estranhos a quem os maneja, como acontece na produção capitalista. É preciso ter apropriação da magnitude destes processos e a incidência do trabalho na articulação dos instrumentos. Cabe também destacar a incidência do sobretabalho nesse processo impedindo ou limitando, conforme destaca uma das entrevistadas, as possibilidades de planejar, ressaltadas por Marx (1989) como um dos principais elementos da cadeia produtiva.

A fala que segue exemplifica o sentido dos instrumentos de trabalho, do ponto de vista profissional:

Eu acho que é sempre através do diálogo, e quando a gente está falando, pensa na teoria. Quando tu te posicionas, propões, isto não é solto, vem a partir de uma teoria – daquilo que você acredita e às vezes é preciso intensificar mais uma situação e acreditar que as coisas são possíveis de acontecer e estabelecer interface com as outras áreas. É desafiador, mas é necessário e nem todos os profissionais tem a mesma linha ideológica para atuar e nem todos tem a mesma caminhada política e teórica. Então, como é que você trabalha isso no coletivo, cada um está ali com um objetivo, tem objetivos pessoais, tem objetivos políticos, tem objetivos profissionais, disputa de poder e isso é o tempo inteiro. Como é que você faz isso, potencializa o que cada um tem de potente, o que cada um tem de bom no trabalho coletivo. (E5)

O relato anterior propicia pensar sobre o caráter coletivo do trabalho profissional, pois o Assistente Social não realiza seu trabalho sozinho, isolado de outros profissionais. Portanto, pensar os instrumentais de trabalho acarreta em construção coletiva, o que requer o debate acerca das diferenças de posições e possibilidades de compatibilizar objetivos, especialmente entre áreas diversas, mesmo considerando ser este um processo dificultado pelo sobretrabalho. A disputa política também se dá no plano das ideias, logo, a construção desses espaços onde seja possível politizar o debate acerca da política de assistência social, dos conceitos, do uso de instrumentais, onde se inclui a teoria, são conquistas que se precisa buscar. A entrevistada abordou aspectos de fundamental importância a serem considerados na avaliação do trabalho profissional, entre os quais a clareza de valores, a experiência, o acúmulo teórico, mas, como contraponto, a disputa de poderes de ordens diversas, sem deixar de reconhecer que, apesar das contradições, há muitas potencialidades que precisam ser mobilizadas. A contribuição do trabalho do Assistente Social, nesse sentido, está no compartilhamento de saberes e na capacidade de articulação política junto aos demais profissionais e espaços contratantes do trabalho deste profissional, de modo a contribuir para a superação das desigualdades.

4.3.6 A práxis profissional

Para compreender como os assistentes sociais realizam sua práxis profissional, foi solicitado aos sujeitos da pesquisa um exemplo de intervenção profissional, onde a teoria tenha ocupado o papel de facilitador deste processo. Nos exemplos relatados, nenhum se referiu a uma teoria ou a um conceito específico que

tenha auxiliado na interpretação da realidade ou na elaboração de métodos de trabalho para direcionar a intervenção. As respostas se concentraram em relatos do exercício profissional, sem nenhuma mediação teórica explícita, conforme se pode avaliar no trecho de um dos depoimentos:

Eu queria ter achado um bom caso, mas na realidade a gente está vendo que nem todos tem sucesso nos encaminhamentos que faz. (...) Esse processo acontece assim, com a acolhida, as entrevistas de liberdade assistida e durante este período, que dura uns seis meses, a gente pode ter esse acompanhamento. Tem como a gente acompanhar para vaga em escola, tem como a gente acompanhar, por exemplo, um caso de hoje de manhã, estávamos quase terminando, ele tem uma companheira, ele precisa trabalhar, ele trocou de emprego, parece que se estabilizou mais, não conseguiu voltar para escola, pois tem que ajudar a companheira com o filho. Durante este período que ele cumpriu a medida, o irmão mais velho foi baleado e faleceu. Saiu na mídia, a família estava tentando se organizar, e aconteceu esta fatalidade do irmão dele estar no lugar errado, na hora errada, o tiro não era para ele. A família reviveu, foi vitimada de novo. (...) Ele superou toda a situação em relação ao ato infracional, mas a família está de luto pela perda do mais velho, é uma família que está bem traumatizada. Eu não vou me surpreender se acontecer outras coisas com esta família, pois eles estão muito vulneráveis. (E2)

É possível concluir que ainda há uma dificuldade de estabelecer mediações entre a teoria e o trabalho exercido na realidade concreta. A rotina cotidiana de trabalho, onde se reproduzem leis sociais determinadas, que estão, muitas vezes, fora do alcance da apropriação e ação dos indivíduos, tenciona para a realização de uma práxis utilitária, usando novamente um termo de Kosik (2011), que consiste na reprodução da vida cotidiana sobre as bases do senso comum, não alcançando a essência dos fenômenos. Dessa forma, se compreende a influência causada pela divisão social e técnica do trabalho sobre a essência do trabalho. Cada trabalhador tem uma fatia do trabalho geral da sociedade para executar, sem que com isso tenha a obrigação de se apropriar dos demais trabalhos reproduzidos para efetivar o seu rol de técnicas, que atendem as exigências de quem o emprega. Este é o campo dos processos de alienação aos quais estão submetidos os trabalhadores:

As condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um estranhamento entre trabalhador e o trabalho, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo de o trabalho se realizar, pertence a outra pessoa que não o trabalhador. Por isso, em lugar de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente

ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolando em novas opressões. (KONDER, 1981, p.30)

Contudo, há um esforço dispensado na tentativa de criar meios de enfrentamento, a partir das condições de trabalho dadas. Foram mencionados exemplos de intervenção, que ocorreram a partir de um diagnóstico de realidade, que possibilitaram a apreensão de desigualdades manifestas nos territórios de abrangência dos locais de trabalho. Um Assistente Social relatou que, através do reconhecimento da demanda por informações sobre a legislação previdenciária e dos benefícios previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, foi criado um espaço para democratizar informações direcionadas aos usuários, com o intuito de atender esta demanda. Esta experiência pode ser identificada no relato que segue:

A acolhida coletiva temática sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social, é uma demanda espontânea e também vem através da rede. É uma demanda que a gente tem que estudar bastante para passar uma informação qualificada para os usuários. (...) nós enxergamos, foi uma discussão da equipe e uma demanda da coordenação da proteção básica. Nós criamos três turnos de acolhida coletiva a partir da demanda. Agendamos com as pessoas para que elas venham nestes turnos específicos. Na quinta-feira à tarde, nestes dias se convida todas as pessoas que estão na recepção, porque além da gente trabalhar com o BPC, a gente trabalha também com os outros serviços da Previdência Social, também com a inserção no mercado de trabalho e de que forma as pessoas podem contribuir para ter a qualidade de segurado. As pessoas trazem também outras tantas demandas e vão trocando experiências ali naquele determinado espaço coletivo. A gente vai trabalhando com todas as questões que vão aparecendo e convida as pessoas a participarem dos outros espaços do CRAS. (E3)

A valorização do coletivo, a informação como possibilidade de acesso aos direitos são aspectos que podem ser destacados e mediados em relação à teoria marxiana, mas embora alguns profissionais façam movimentos emancipatórios, nem sempre têm a consciência de que esses processos podem ser articulados à fundamentação teórica de sua práxis.

Há também a preocupação em realizar uma intervenção pensada, previamente refletida e pautada em diagnóstico, pois a ação profissional envolve diretamente a vida das pessoas e depende, na maior parte dos casos, de uma rede

de apoio não disponibilizada nas políticas. Mesmo sem se remeter a uma teoria específica, um sujeito da pesquisa relatou a forma como procura desenvolver seu trabalho, tendo a preocupação de planejar suas ações junto com os demais trabalhadores que compõem sua equipe no serviço:

Eu acho que muitas vezes, quando nós falamos que não se pode agir no impulso diante do que é expresso e tentar uma solução rápida, tem que aprofundar mais, tem que pensar mais na estratégia, no que aquela situação está expressando. Exemplo, em uma situação de rua, tem uma angústia de quem aborda em querer resolver rápido, querer tirar da rua e levar para o abrigo e às vezes a gente tem que se aprofundar um pouco discutir em equipe, ver melhor, ver quanto tempo a pessoa está na rua. Nós temos que ir aprofundando, articulando com a teoria e com os outros olhares dentro da equipe no sentido de ouvir também, ficar atento, ter uma sensibilidade grande na escuta principalmente com o usuário, ele fala uma coisa, mas a necessidade dele é outra. Então é isso, é também articular teoria e prática, aprofundar; nem sempre a gente consegue aprofundar como a gente gostaria e como a gente deveria, em função da demanda e em função do tempo. (E5)

Conforme o último relato percebe-se que há a preocupação em superar o imediato, não atuando no impulso como um ato comum, conforme expressa a própria entrevistada, mas trabalhar cada situação e entendê-la para além da aparência, ou de como chega para os profissionais. As demandas que emergem para a Política de Assistência Social são as mais variadas e também as mais complexas, como, por exemplo, pessoas em situação de rua conforme o relato. Antes da intervenção, o profissional tem que se esforçar para entendê-la à luz da multiplicidade de condicionantes que incidem sobre sua vida e contexto, considerando aspectos como o que levou este sujeito a esta situação, avaliar seus vínculos, sua história, seu interesse de ir para um abrigo, entre outros que irão compor a avaliação e a construção de alternativas para melhor atendê-lo. Do mesmo modo, é preciso compreender que um profissional nunca atende somente um sujeito, da mesma forma que não realiza esse atendimento sozinho, pois, na maioria das vezes, isso é efetivado em articulação com outros profissionais, cada um trazendo as suas impressões, suas avaliações e proposições. O trabalho coletivo colabora para um exercício profissional que não reproduza o senso comum,

considerando que se está exposto a este processo limitador na realização do trabalho, em razão da rotina cotidiana.

4.3.7 Fatores que facilitam e/ou dificultam a materialização do trabalho

No que tange aos condicionantes do trabalho profissional, sejam os que facilitam este processo ou dificultam, as respostas concentraram-se no registro de aspectos que atrapalham a materialização do trabalho. Somente um profissional mencionou um exemplo positivo, referindo-se a sua relação com a equipe profissional:

O que facilita é esta troca com os outros profissionais, teve um período que eu fiquei muito sozinha, foi muito difícil, e com a ampliação da equipe é bem diferente, com diferentes saberes é melhor ainda. Facilitou a vinda do advogado, da psicologia, dos estagiários, agora passamos a ter supervisão mais sistemática, a gente sabe que daqui a uma semana vai vir uma supervisora e vamos poder discutir os casos, está muito tranquilo neste momento. Dificuldade, até não dá pra citar dificuldades neste momento, eu acho que são desafios, a gente tem que estar se reciclando teoricamente, ficar neste desafio de trabalhar as questões nossas, cada vez mais difíceis e cada vez mais complexas. As situações, os atos infracionais, as pessoas que chegam para nós com situações diferentes, sentimentos diferentes, isso é um desafio até a gente passar a entender. (E3)

A dificuldade é encarada como desafio, como algo que pode ser superado. Nesse sentido, o fortalecimento do profissional para enfrentar as dificuldades também está vinculado à possibilidade de se manter atualizada teoricamente, apropriando-se constantemente dos aspectos que compõem o trabalho; do mesmo modo que a aproximação com os saberes de outras áreas também facilita o desenvolver deste processo. Esta avaliação positiva sobre as condições de trabalho ainda se vincula a mudanças reais neste serviço. Com o processo de implantação do SUAS, e a organização em plano nacional dos seus serviços, ocorreu uma reestruturação da Política de Assistência Social no município, o que acarretou a ampliação de alguns espaços físicos e o aumento do número de profissionais atuantes na área.

Contudo, outros equipamentos da política continuam enfrentando as mesmas dificuldades antigas, tanto de infraestrutura como de falta de recursos humanos para o atendimento da população. Essas dificuldades foram apontadas como barreiras para a materialização do trabalho do Assistente Social, como se pode constatar no relato a seguir:

Quando eu vim para Porto Alegre eu me impactei, as pessoas sem saber como lidar, as dificuldades do próprio espaço físico, o sigilo. Muitas vezes está acontecendo uma reunião do lado, e eu estou fazendo um atendimento com uma família que está sendo discutida na reunião. O sigilo é uma questão mínima. A instituição me viola enquanto profissional e está também violando os direitos deste usuário. O espaço físico é totalmente inadequado. Só tem uma porta, se tem uma emergência, não tem por onde sair, não tem segurança, nós já tivemos que chamar a polícia rodoviária em uma ocasião para sair escoltada, pois não temos segurança, são só mulheres. Faço o grupo num espaço que é de uma pastoral, uma casinha muito precária, teve um temporal que eu pensei que o telhado ia voar, to violando o meu direito, não tem um banheiro. Se meu direito está sendo violado, como vou garantir direito para o usuário. Acho que tem muito que andar, principalmente este município. O SUAS ainda está engatinhando, acho que não é prioridade do poder público. Infelizmente. (E1).

Constata-se no relato a ausência de condições mínimas para efetivar um trabalho de qualidade, onde o próprio profissional percebe que o seus direitos estão sendo violados, pois para o atendimento dos usuários da política não está assegurado o direito ao sigilo, há falta de espaço adequado para a realização de grupos com a comunidade, conforme previsto no SUAS, além da sensação de insegurança devido à organização da estrutura física do equipamento e também da ausência de um profissional da área. Essas características, que estão presentes no espaço de trabalho, são traços históricos da Política de Assistência Social, aspecto já conhecido por quem trabalha nesta área. Um profissional sobrecarregado, somado à falta de valorização por parte do poder público sobre a política, constitui parte dos determinantes que afastam o trabalhador de momentos reflexivos sobre o que está fazendo.

Tendo em vista a reestruturação da política, que se direciona para uma organização diferenciada da assistência social, prevendo uma maior integração entre as ações desenvolvidas, também houve alusão nas entrevistas sobre as dificuldades de se trabalhar em equipe de forma democrática, unindo diferentes

saberes e modos de conceber o trabalho, para construir relações que promovam um bom andamento dos serviços:

Eu acho que é muito novo o CRAS e muitos profissionais ainda têm dificuldade de trabalhar, psicólogo trabalhar com assistente social, enxergar que a gente pode trabalhar no mesmo espaço. Quais são as competências de cada especificidade, de cada profissional e de que forma podemos trabalhar em parceria. Como funciona um grupo, qual a periodicidade, como é que a gente pode fazer um planejamento, que a teoria não esteja dissociada da prática (...). (E3)

Ao reconhecer o caráter contraditório da política, os profissionais apontaram para alternativas de enfrentamento, avistando, desse modo, a existência de possibilidades de transformação de uma determinada realidade. Em mais de um caso foi citada a importância do coletivo, enquanto estratégia de organização para reivindicar melhores condições de trabalho. Novamente, o método de trabalho empregado auxilia na superação do conceito de que basta somente constatar determinadas problemáticas. O Serviço Social é uma profissão essencialmente interventiva, portanto a transformação deve localizar-se no eixo do trabalho profissional. O depoimento que segue ajuda a exemplificar esta constatação:

(...) Um guarda nós não tínhamos, aconteceram vários episódios aqui dentro, de risco para equipe e para os usuários, e a equipe se uniu e eu disse: Não! Chega de mandar e-mail, agora é hora da gente se unir, chega, agora nós vamos lá na direção, se a direção não está me ouvindo, agora vai ouvir um coletivo ou então vamos deixar a porta trancada. Então são estratégias, a gente vai por um caminho, se aquele não dá, a gente vai por outro, a gente tem que estar sempre refletindo e buscando outras alternativas (...). (E5)

4.3.8 O produto do trabalho

O assistente social está na condição de trabalhador assalariado e inserido na divisão social e técnica do trabalho, pois, para realizar seu exercício profissional, necessita vender sua força de trabalho por não ser detentor dos meios de produção. Dessa forma, o trabalho profissional é requisitado socialmente, pois produz um produto socialmente necessário. Nesse sentido, o resultado de sua ação está

atrelado à conjugação de interesses de grupos opostos, que se concretizam na realidade: a classe trabalhadora e a classe dominante, ambas têm interesse no produto do trabalho do Assistente Social, condicionando o resultado projetado.

O produto do trabalho é, portanto uma categoria fundamental para a análise do trabalho desta profissão, pois é através do mesmo que se materializa a direção social do Serviço Social. A partir desta categoria, buscou-se através das entrevistas apreender como os Assistentes Sociais visualizam e avaliam o produto do seu trabalho, a fim de compreender quais são os valores que o estão permeando.

As respostas conferidas a este tema foram diversificadas, o que permite concluir que não há uma unidade entre os profissionais sobre a compreensão e sobre o conceito de produto do trabalho. Um dos sujeitos da pesquisa declarou que entende por produto do seu trabalho a forma como interpreta as demandas atendidas, sob a ótica da contradição, compreendendo a presença simultânea de fragilidade e potencialidade nos indivíduos, decorrente das suas condições de vida. Nesse sentido, afirmou que, ao visualizar a capacidade de resistência da população frente às expressões da questão social, reconhece a possibilidade de trabalhar em prol do desenvolvimento de processos emancipatórios. Neste mesmo horizonte, o Assistente Social reconhece o protagonismo coletivo da população, na conquista de direitos históricos como o próprio ECA. Um trecho deste depoimento ajuda a ilustrar esta percepção:

Eu não consigo enxergar a fragilidade do sujeito, eu vejo a potencialidade. Eu não vejo só a vulnerabilidade, eu parto do princípio da potencialidade. (...) Esse é o produto do trabalho, as pessoas se empoderando, a autonomia. No grupo de mulheres que eu coordeno tinham mulheres que não falavam nada, hoje falam no próprio Fórum das Carroças, no próprio Coras, demandam. O próprio ECA surgiu destas mulheres, que lutaram pelos direitos das crianças e adolescentes. É assim que vejo o produto do meu trabalho. (E1)

Com isso é perceptível que a apreensão sobre o produto do trabalho relaciona-se a uma ação transformadora da realidade, desencadeada através da intervenção profissional. A conquista de direitos, através do exercício do protagonismo e da participação dos sujeitos, faz parte do produto de uma intervenção, de um resultado projetado pelo profissional, a partir da sua apropriação

das condições sociais que estão dadas, embora seja construído com os sujeitos. Ao mesmo tempo em que responde as necessidades da classe trabalhadora, contribuindo para a aceleração de processos de tomada de consciência para fundamentar ações, também coincide com os valores e princípios que compõem o projeto ético-político profissional.

O produto do trabalho também foi identificado como algo pertencente a um processo, de tal forma que não há um resultado fechado, passível de uma caracterização única.

O produto do trabalho está também implicado no processo do trabalho. Não se chega a ele no fazer profissional realmente, muitas vezes a gente tem uma expectativa de que a família superou a vulnerabilidade social, ou aquela violação de direitos e acha que o produto final do teu trabalho vai ser este, mas eu acho que não é esse o produto do trabalho, o produto é esse processo em que a gente está implicado em realizar no acompanhamento familiar (...). (E3)

Sob este crivo, o produto do trabalho perde a sua visibilidade diante de quem o contrata e de quem recebe atendimento, porém o Assistente Social tem que apresentar resultados que justifiquem a sua contratação profissional e seu atendimento às demandas sociais de uma parcela da população. Se há mercado de trabalho para o Assistente Social desenvolver seu exercício profissional é porque existe uma demanda sobre o que ele produz. Concretamente, o Assistente Social precisa apresentar resultados tanto qualitativos, através da organização popular de uma comunidade, por exemplo, quanto quantitativos, que deem conta de apresentar o número de famílias atendidas e vinculadas a um determinado programa social.

Outra caracterização sobre o produto do trabalho apoiou-se sobre o caráter coletivo do trabalho, sendo este produto considerado resultante de um trabalho compartilhado entre equipe e não decorrente do trabalho individual:

O produto sempre é mérito de mais de uma pessoa, é mérito de um coletivo de educadores, técnicos, a coordenação, ele é parte de um processo, então ele não é resultado do meu trabalho, é resultado do coletivo. (E5)

Atualmente, o SUAS prevê a realização de um trabalho compartilhado entre profissionais de diferentes formações, entre os quais: assistentes sociais, psicólogos, advogados, educadores sociais, entre outros que precisam estar compondo as equipes de CRAS e CREAS. Esta nova composição possibilitou uma maior integração entre os trabalhos desenvolvidos, pois estes diferentes saberes devem se articular para o atendimento da população, ao contrário das práticas até então realizadas onde cada profissional era responsável por um programa, o que acarretava na fragmentação do próprio serviço oferecido. Portanto, o resultado do trabalho do Assistente Social passa a ser resultado de um trabalho coletivo, pois esta nova organização da Política de Assistência Social possibilitou a construção de um trabalho interdisciplinar que, através da interconexão de conhecimentos diversos, contribui com aportes mais ricos e acerca da realidade social à luz da totalidade.

4.3.9 Materialização do projeto profissional

A materialização do projeto profissional através do trabalho foi identificada como o reconhecimento dos princípios ético-profissionais, enquanto base de orientação para as intervenções realizadas. Além da referência ao Código de Ética Profissional do Assistente Social, por 3 dos 5 entrevistados, foram também acentuadas as condições em que se realiza o trabalho e sua interferência entre o que é planejado e o que é realmente efetivado, conforme se visualiza através dos depoimentos que seguem:

Eu trabalho numa perspectiva de garantia de direitos, trabalho pensando na equidade, na igualdade, na justiça social, contribuindo também com os meus pares, preocupada com o acesso ao serviço, na qualidade do acesso ao serviço, essa é minha preocupação, eu acredito que de certa forma eu contribuo (...). (E3)

Eu me remeto muito ao Código de Ética. Como eu trabalho para uma (empresa) conveniada, eu muitas vezes não posso falar. Mas apesar de abrir a boca muitas vezes, eu sei que esta é a minha fonte de renda, é como eu sobrevivo, eu estou estudando para poder falar muito mais, para não sofrer nenhuma retaliação. (E1)

A condição de assalariamento impede muitas vezes o trabalhador de realizar reivindicações para a melhoria das condições de trabalho, o que conseqüentemente também interfere na materialização do que é pretendido pelo conjunto da profissão. Em contraponto, estes profissionais visualizam tal materialização através de pequenas ações no cotidiano, reconhecendo possíveis avanços por meio do trabalho coletivo, seja em conjunto com os demais colegas de equipe ou dos próprios usuários organizados:

(...) Na escrita também, quando se está falando em inclusão e conforme o que você escreve, é uma questão estratégica de inclusão daquele usuário. Então a materialização se dá nas pequenas ações: é um relatório que você escreve possibilitando a inclusão, é discutindo com os conselheiros do CORAS... O CORAS veio aqui discutir, eu disse: não dá mais, nós não temos mais capacidade de atendimento e eles perguntaram: e o que nós podemos fazer? Vocês têm toda força, vocês têm toda a comunidade, todos vão para o CMAS, fazem um relatório, sabe? Então, potencializar o que tem para materializar ações maiores. Implantações de políticas públicas, ampliação de Rh, pequenos debates, assim que eu acho que se materializa é desde uma discussão de um caso. (E5)

Nesse horizonte, a materialização do projeto profissional se dá também através do esforço em trazer para a disputa as organizações sociais democráticas, como os conselhos participativos, unindo diferentes forças sociais para pressionar o Estado por melhorias nos serviços públicos. Esta categoria também foi relacionada, conforme o último depoimento, com a mediação entre as ações para a incidência sobre mudanças locais que ocorrem no cotidiano de trabalho, com a possibilidade de mudanças gerais que incidam sobre as demandas sociais. Portanto, a materialização ocorre pelas vias do trabalho cotidiano, sendo este considerado para além de sua singularidade. Este processo requer a articulação de mediações mais universais que também podem ser do alcance profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção e transmissão do conhecimento é caminho difícil e complexo. Exige um esforço de investigação e exposição. Exige coerência e consistência nos argumentos, trabalho físico e psicológico, paciência para percorrer os aspectos que constituem o objeto de estudo, apropriação do método, clareza na exposição, entre tantos outros critérios que devem compor a investigação, a fim de alcançar a veracidade almejada. Porém, o que concede movimento a este processo e que alça os indivíduos nesta empreitada de adentrar no desconhecido é a capacidade humana de inquietar-se perante os acontecimentos. A dúvida é o movimento desse percurso, é o sentimento propulsor do conhecimento, associada à indignação em relação à realidade desigual produto do modo de produção capitalista.

A iniciativa, ou melhor, a inquietação que levou este pesquisador a discutir o método marxiano, e como este está presente no trabalho profissional do Assistente Social, foi impulsionada pelas experiências práticas do trabalho de quem também é Assistente Social e que enfrenta no cotidiano todos os desafios impostos à materialização do que idealmente é desejado pelo conjunto da profissão. A inquietação, nesse sentido, é compartilhada por outros profissionais, que também querem trazer esse cotidiano para que seja matéria-prima articulada às elaborações teóricas da academia. Parece-nos fundamental o reconhecimento desta produção dos trabalhadores.

Desse modo, buscou-se, através da pesquisa, um meio para dar visibilidade ao trabalho cotidiano do Assistente Social, a partir de um tema tão falado e presente entre a intelectualidade da profissão, mas que no dia-a-dia do trabalho de vários profissionais ainda é um tabu. Ficou evidente, na etapa que comportou a coleta de dados, a curiosidade dos sujeitos que, solidariamente, aceitaram participar da pesquisa com relação aos resultados, o que leva a acreditar que o objeto da investigação (o marxismo e sua aplicação no trabalho do Assistente Social), que parte da unidade entre a teoria e a prática, ainda é pouco discutido entre os profissionais e às vezes até desconhecido.

Voltando à inquietação, é preciso reafirmar que a mesma partiu de uma motivação real, de uma contradição percebida através do percurso profissional do

pesquisador: a teoria marxista é presente entre os Assistentes Sociais, porém uma corrente neoconservadora, que se reivindica pós-moderna, também tem ocupado espaço na academia e nos locais de atuação deste profissional, seja através da influência de outros profissionais das ciências sociais e humanas aplicadas, ou via os próprios Assistentes Sociais que defendem uma suposta superação do marxismo. Mas esta pressão conservadora, ou mais precisamente de defesa de um retrocesso na profissão, tem bases fortes porque há nela uma clara apologia aos interesses da classe dominante. Nesse sentido esta pesquisa também é expressão de uma luta. E esta luta parte da preocupação de uma possível volta ao passado conservador da profissão que, ao reivindicar uma suposta superação do marxismo, na verdade retorna às bases histórico-ideológicas do Serviço Social ancorada no positivismo. Portanto, o retrocesso está no afastamento da profissão de valores por ela própria reivindicados, como a transformação da sociedade para uma organização que privilegie homens e mulheres, livres e iguais, em contraposição à sociedade atual que tem na acumulação e no lucro seu objetivo final.

A motivação por esta pesquisa também é oriunda da preocupação frente a um processo avassalador que se introduziu no âmbito da formação profissional dos assistentes sociais: o ensino a distância. Atualmente, tem se formado mais profissionais por esta modalidade de ensino do que na tradicional. Desse modo, algumas preocupações são colocadas ao conjunto da categoria. Questiona-se como imprimir à formação destes sujeitos os valores e princípios da profissão, que se forja sobre fundamentos humanistas (no sentido de ter o homem como centro), da democracia e da coletividade, se estes alunos apreendem a profissão individualmente, sem ter com quem compartilhar suas descobertas e dúvidas, sem poder vivenciar coletivamente a riqueza de conhecimentos que fazem parte da formação deste profissional.

Além disso, já é fato que as condições de formação destes novos profissionais, que entram todo o dia no mercado de trabalho, não são consideradas adequadas. Este tipo de formação tem atribuído a estes profissionais uma característica tecnicista e pouco questionadora do seu trabalho e dos determinantes que constituem os espaços de trabalho ocupados, assim como os distancia de

competências fundamentais ao Serviço Social, como o seu potencial mobilizador e reivindicatório por melhores condições de trabalho e de serviços a serem ofertados à população. O ensino a distância, na verdade, é mais uma forma de precarização da formação e do trabalho, com consequências na qualidade do seu produto.

Todo o movimento realizado pela categoria profissional, de aproximação de bases progressistas da sociedade, é cotidianamente posto em cheque. Seja através da formação profissional pela via mercantil do EAD, seja através dos campos de trabalho atingidos por reformas de governos, que produzem o sucateamento dos espaços públicos e privilegiam o terceiro setor na condução das políticas sociais, ou ainda via ascensão de ideologias neopositivistas, que julgam superar a teoria marxista.

Nesse horizonte, a presente investigação buscou reafirmar as bases teóricas marxistas no Serviço Social para além dos muros da academia, encontrando na vida concreta, ou seja, no trabalho concreto destes profissionais, a referência a esta teoria como a condutora do trabalho profissional. E os resultados foram surpreendentes e positivos, pois grande parte dos sujeitos afirmou a influência do marxismo no seu trabalho, mesmo reconhecendo-se a presença de condições alienantes que afastam os profissionais destas referências, como mostrou a pesquisa.

Mais da metade dos profissionais pesquisados, apesar de atuarem em um espaço público municipal, possuem contratos de trabalho instáveis e com baixa remuneração, apesar de possuírem as mesmas responsabilidades que os demais colegas de equipe que são estatutários. Um dos sujeitos da pesquisa mencionou ter sentido o seu emprego ameaçado por ser muito questionador das condições extremamente precárias de trabalho. A luta da categoria por melhores condições de trabalho é constante e vitórias já foram alcançadas, como a Lei de 30 horas (Lei 12.317/2010) que limita a carga horária dos Assistentes Sociais a 30 horas semanais. Contudo, somente a união da categoria, somada aos esforços de outros profissionais, permitirá um avanço na luta dos trabalhadores pela conquista de dignidade através do trabalho.

Afinal, o homem é o que pensa e o que faz a partir de sua relação com a natureza e com os outros homens. Assim, este se transforma e transforma o seu meio, sendo protagonista e sujeito de uma realidade que também o determina. É sempre útil se apoiar em Marx:

Não tem história, não tem desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhe é própria, o seu pensamento e o produto do seu pensamento. (MARX, 1980, p.26)

Tendo como base sua concepção materialista e dialética, Marx desvendou as contradições centrais da sociedade capitalista e apontou a inevitabilidade do desenvolvimento destas contradições no terreno econômico e social. A aposta de Marx foi que nas relações sociais capitalistas, a classe trabalhadora, com seu papel concreto na produção material, iria assumir um protagonismo cada vez mais consciente das suas reais condições sociais e, a partir desta consciência, atuaria para transformar tais relações e superar este modo de produção. Este convite também é dirigido hoje aos Assistentes Sociais.

Para o Serviço Social, o materialismo de Marx contribui para uma análise da sociedade e da vida humana, a partir das suas condições reais, da produção que os homens realizam para garantir a sua própria existência, a partir de seu próprio trabalho. “Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (MARX, 1980, p.19). O trabalho individual não teria nenhuma possibilidade de se realizar fora do trabalho cooperativo entre os homens, o que resulta na sociabilidade entre os indivíduos. Portanto, é através do trabalho que se explica o ser social:

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. (MARX, 1980, p. 25).

Por isso é tão importante defender as bases marxistas do Serviço Social. O Serviço Social, ao aproximar-se desta forma de pensamento, passa a compreender

de forma diferente a sociedade onde se fundamenta a profissão. Para compreender a miséria que homens e mulheres vivenciam, a análise percorre primeiramente o caminho da mediação com o trabalho, através do discernimento sobre como o trabalho na sociedade capitalista se desenvolve. Ao dar este passo, a profissão supera os pressupostos morais de tratamento à questão social e as práticas de ajustamento dos indivíduos, pois parte de uma crítica das relações sociais, enquanto uma totalidade, e não dos indivíduos considerados isoladamente. (BARROCO, 2008).

Este desafio de defesa do trabalho do Assistente Social e do marxismo como sua base teórica deve ser encarado sem que se abra mão da autocrítica. Usando o método marxista é preciso também se perguntar até que ponto as respostas, reivindicando o marxismo como método, não foram dadas no automatismo, em função da influência da formação e do projeto profissional, mas sem uma real apreensão acerca desta teoria. Afinal, o marxismo é uma prática social e política e é nesta prática que se deve medir a sua verdade. Nesse sentido, uma das questões que deve ajudar num trabalho futuro, para saber o real processo de formação dos Assistentes Sociais, é um trabalho de campo, que investigue o nível de participação dos Assistentes Sociais nas organizações sociais e políticas que reivindicam a luta dos trabalhadores.

Além disso, é preciso um avanço na produção teórica sobre o trabalho concreto, sob o ponto de vista dos próprios profissionais. Quanto mais for revelado o trabalho cotidiano do Assistente Social, como este é desenvolvido, considerando suas condições e particularidades, maior será a apreensão sobre no que realmente consiste o produto desse trabalho. Há, ainda, um receio em revelar este processo, seja por medo de julgamentos unilaterais que repreendem e condenam os Assistentes Sociais, sem considerar todos os aspectos conformadores da profissão, seja porque os próprios Assistentes Sociais ainda não tenham a compreensão da importância de dar a devida visibilidade ao seu exercício profissional, enquanto matéria-prima para o avanço dos debates acerca do papel social da profissão para a sociedade como um todo.

“São os sinais dos tempos, que não se deixam encobrir por mantos purpúreos ou negras sotainas. Não significam a ocorrência de milagres amanhã. Eles mostram como as classes dominantes já começaram a pressentir que a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processos de transformação.” (2011, p.18).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. Serviço Social e Sociedade: O Serviço Social no Século XXI, São Paulo, ano XVII, n 50, 1996.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: 1977.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. Editora Cortez. São Paulo: 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/Suas. Brasília, 2006.

_____. Planalto. Censo Suas 2010 mostra aumento de unidades de assistência social em todo o país. Blog do Planalto. Notícia disponível em: <http://blog.planalto.gov.br>. 2010

CAMPOS, L. A crise completa: a economia política do não. São Paulo: Boitempo Editorial; 2001.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: 1993.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível. Editora Cortez. São Paulo: 2008.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (orgs). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Editora Artmed. 6.º edição. Porto Alegre: 2010.

CURY, Carlos R. Jamil. Educação e Contradição. Editora Cortez. 7º edição. São Paulo: 2000.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório. Editora Cortez. São Paulo: 1983.

FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. Ética e Direitos: ensaios críticos. Coletânea Nova de Serviço Social. Editora Lumen Juris. São Paulo: 2011.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Revista do Serviço Social e Sociedade. Editora Cortez, N. 91, São Paulo: 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. Editora Cortez. São Paulo: 2008.

_____. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS e ABEPSS. Brasília: 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela e Carvalho, Raul. Relações Sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Editora Cortez. São Paulo: 2008.

KONDER, Leandro. O que é Dialética. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. São Paulo: 1981.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Editora Paz e Terra. São Paulo: 2011.

LEFEBVRE, Henri. Para Compreender o Pensamento de Karl Marx. Edições 70. Leitura da Política. São Paulo: 1966.

_____. Lógica Formal/Lógica Dialética. Editora Civilização Brasileira. 3ª edição. Rio de Janeiro: 1983.

LESSA, Sérgio e TONET, Ivo. Introdução à Filosofia de Marx. Debates e Perspectivas. Editora Expressão Popular. São Paulo: 2008.

LOWY, Michael. Método Dialético e Teoria Política. Editora Paz e Terra Filosofia. Rio de Janeiro: 1978.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 6ª edição. Editora Atlas, São Paulo, 2009.

MARCUSE, Herbert. Razão e Revolução. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.) Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. NEPI. Veras editora. São Paulo: 1999.

_____. Serviço Social: Identidade e Alienação. Editora Cortez. São Paulo, 2003.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I – O Processo de Produção do Capital. Volume I. São Paulo: 1987.

_____. As Teses Sobre Feuerbach. Filosofia e Práxis Revolucionária. Cadernos de Formação Marxista 2. Brasil Debates Editora: São Paulo, 1988.

_____. Contribuição à Crítica da Economia Política. Editora Martins Fontes. São Paulo: 2003.

_____.As Teses Sobre Feuerbach. In: A Ideologia Alemã. Editora Expressão Popular. São Paulo: 2009.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital. Volume 1. 29ª Edição. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã I: crítica da filosofia alemã mais recente. Editora Presença. Coleção Síntese. Portugal: 1980.

_____. O Manifesto Comunista: 150 anos depois. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2005.

MENDES, Jussara Maria Rosa e PRATES, Jane Cruz. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das Diretrizes Curriculares. In: Revista Temporalis nº14. ABEPSS, Brasília: 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes, Petrópolis: 2004.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. Revista do Serviço Social e Sociedade. Editora Cortez. N. 30, São Paulo: 1989.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. Revista do Serviço Social e Sociedade. Editora Cortez. N. 84, São Paulo, 2005.

_____. Ética e Crise dos Projetos de Transformação Social. Bonetti, Dilséa Adeodata et al. Serviço Social e Ética: Convite a uma Nova Práxis. CFESS. Editora Cortez. São Paulo: 2007.

_____. Introdução ao Método da Teoria Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPPS. Brasília-DF: 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Editora E-Papers. Rio de Janeiro: 2010.

POCHMANN, M. O Emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social. Editora Cortez. 7º edição. São Paulo: 2010.

PRATES, Jane Cruz. Retomando algumas Categorias a partir de uma Perspectiva Dialética. Material didático. Disciplina de Metodologia III. FSS- PUCRS. 2000.

_____. Possibilidade de Mediação entre a Teoria Marxiana e o Trabalho do Assistente Social. Tese de Doutorado. PUCRS. Porto Alegre: 2003.

_____. A Questão dos Instrumentais Técnico-Operativos numa Perspectiva Dialético Crítica de Inspiração Marxiana. Revista Textos e Contextos nº3. Porto Alegre: 2003.

_____. O Método e o Potencial Interventivo e Político da Pesquisa Social. Revista Temporalis nº 9. ABEPSS, Brasília: 2006.

_____. Contribuições da Teoria e do Método Marxiano para a Formação Profissional em Serviço Social. Publicado nos Anais do CBAS. 2007.

_____. Algumas Reflexões acerca dos Desafios para a Consolidação das Diretrizes Curriculares. Revista Temporalis nº 14. ABEPSS, Brasília: 2009.

_____. O Método Marxiano de Investigação e o Enfoque Misto na Pesquisa Social: uma relação necessária. In: Revista Textos & Contextos. V.11, nº1. Porto Alegre: 2012.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção Profissional do Assistente Social e as Condições de Trabalho no Suas. Revista do Serviço Social e Sociedade. nº 104. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, (Coord.). O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. Editora Cortez. São Paulo: 2011.

SIMIONATTO, Ivete. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político. Revista Temporalis, n.8. Porto Alegre, 2004.

VIANA, Nildo. Práxis, Alienação e Consciência. In: A Filosofia e Sua Sombra. Edições Germinal. Goiânia: 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Significado Sócio-Histórico da Profissão. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPPS. Brasília-DF: 2009.

APÊNDICES

Apêndice A

Questionário para os assistentes sociais participantes da primeira etapa de coleta de dados da pesquisa

Identificação geral

Data em que respondeu o questionário: ___/___/___

Data da devolução: ___/___/___

Roteiro de questões

Bloco 1 – identificação:

1. Ano do término da graduação: _____
2. Local onde concluiu a faculdade: _____
3. Setor onde trabalha na instituição: () Área administrativa /Coordenação;
() Rede de Proteção Social Básica; () Rede de Proteção Especial/Média Complexidade; () Rede de Proteção Especial/Alta Complexidade
() Outro setor: especifique _____
4. Após a graduação, realizou ou vem realizando cursos de qualificação?
() Sim ou () Não.

Caso sim, quais: () Residência; () Especialização; () Mestrado/Doutorado

Caso sim, em que

área: _____

Bloco 2 – Questões:

5. Quais os referenciais que você utiliza para instrumentalizar o seu trabalho?
() Referências positivistas/funcionalistas;
() Referenciais fenomenológicos/existencialistas;
() Referenciais marxistas;
() Referenciais pós-modernos;
() Diversos de modo integrado

Explique brevemente sua escolha:

6. A direção teórica por você escolhida pode contribuir para materialização dos princípios, valores e diretrizes presentes no projeto profissional (considerando os documentos legais referentes a profissão: Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999) e Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993))? () Sim ou Não() Por quê?

7. Qual na sua avaliação é o objeto de trabalho do assistente social?
() Questão Social; () Relações Sociais; () Problemas Sociais;
() Políticas Sociais () Assistência Social
() Outro: qual? _____

8. Como o objeto se expressa no seu espaço de trabalho?

OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO!

Apêndice B

Roteiro de entrevista para os assistentes sociais participantes da segunda etapa de coleta de dados da pesquisa

- 1) Quais são as bases teóricas que você utiliza para a orientação de seu exercício profissional?
- 2) Você reconhece o marxismo enquanto referencial teórico para o exercício profissional do assistente social?
()Sim ou ()Não. Por quê?
- 3) Caso sim, quais as contribuições do marxismo para o conjunto da profissão?
- 4) Você utiliza o referencial marxista em seu trabalho profissional?
()Sim ou ()Não. Por quê?
- 5) Como você compreende a relação teoria e prática para a realização do seu trabalho enquanto assistente social?
- 6) Como você identifica o objeto de trabalho do assistente social e como este se manifesta no seu espaço de trabalho?
- 7) Como você definiria os seus instrumentais de trabalho?
- 8) Relate um exemplo de intervenção profissional que você tenha realizado, considerando as mediações efetivadas entre teoria e prática:
- 9) Quais os fatores que você considera que facilitam e/ou dificultam a materialização do trabalho no seu cotidiano profissional?
- 10) Como as condições de trabalho interferem neste processo no seu espaço de atuação?
- 11) Como você percebe o produto do seu trabalho?
- 12) Como você avalia qualitativamente o resultado do seu trabalho?
- 13) Como o seu trabalho contribui para a materialização do projeto profissional do assistente social?

Apêndice C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA:

A influência da Teoria Marxiana no Trabalho do Assistente Social

Vimos por meio deste convidá-lo(a) a participar da pesquisa acima referida. O objetivo principal desta é conhecer como os assistentes sociais mediam a teoria social crítica na realização da práxis com vistas a contribuir para consolidação do projeto profissional.

A Coleta de dados ocorrerá através de duas etapas: questionário e entrevista individual, sendo que nesta última somente uma parte destes profissionais serão convidados a participarem. Esclarecemos que as pessoas que responderem o questionário e as entrevistadas não serão colocadas a riscos, pois não serão colocados as falas e os nomes dos sujeitos que participarão da pesquisa.

Garantimos aos sujeitos a possibilidade de esclarecimentos de todas as dúvidas que surgirem, bem como o direito de abandonar a pesquisa em qualquer momento do processo sem prejuízo para si. Os dados serão utilizados apenas para esta pesquisa, serão armazenados por um período de cinco anos e depois destruídos.

Eu,, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, que recebi informações a respeito da metodologia e me proponho a participar desta primeira etapa através do preenchimento do **questionário** e que sei que poderei, em qualquer momento, solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar do estudo assim que eu desejar.

A pesquisadora responsável por este projeto de pesquisa é a assistente social **Inez Rocha Zacarias**, (51-96142131), e-mail: inezpoa@yahoo.com.br, tendo como orientadora a **Prof.ª Drª Jane Cruz Prates**. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, fone: 51-33203345.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, ____/____/____

.....

Nome do Pesquisado

.....

Assinatura do Pesquisado

.....

Nome do Pesquisador

.....

Assinatura do Pesquisador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA:

A influência da Teoria Marxiana no Trabalho do Assistente Social

Vimos por meio deste convidá-lo(a) a participar da pesquisa acima referida. O objetivo principal desta é conhecer como os assistentes sociais mediam a teoria social crítica na realização da práxis com vistas a contribuir para consolidação do projeto profissional.

A Coleta de dados ocorrerá através de duas etapas: questionário e entrevista individual, sendo que nesta última somente uma parte destes profissionais serão convidados a participarem. Esclarecemos que as pessoas que responderem o questionário e as entrevistadas não serão colocadas a riscos, pois não serão colocados as falas e os nomes dos sujeitos que participarão da pesquisa.

Garantimos aos sujeitos a possibilidade de esclarecimentos de todas as dúvidas que surgirem, bem como o direito de abandonar a pesquisa em qualquer momento do processo sem prejuízo para si. Os dados serão utilizados apenas para esta pesquisa, serão armazenados por um período de cinco anos e depois destruídos.

Eu,, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, que recebi informações a respeito da metodologia e me proponho a participar da segunda etapa através da consecução de uma **entrevista** e que sei que poderei, em qualquer momento, solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar do estudo assim que eu desejar.

A pesquisadora responsável por este projeto de pesquisa é a assistente social **Inez Rocha Zacarias**, (51-96142131), e-mail: inezpoa@yahoo.com.br, tendo como orientadora a **Prof.ª Drª Jane Cruz Prates**. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, fone: 51-33203345.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, ____/____/____

.....

Nome do Pesquisado

.....

Assinatura do Pesquisado

.....

Nome do Pesquisador

.....

Assinatura do Pesquisador